

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS
E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS – MESPT

YTXAHA PANKARARU BRAZ

Rios da História de To'á Kaninã: Do Opará ao Jequitinhonha

BRASÍLIA

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS
E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS – MESPT

YTXAHA PANKARARU BRAZ

Rios da História de To'á Kaninã: Do Opará ao Jequitinhonha

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação MESPT na Universidade de Brasília.

**Orientadora: Sílvia Maria Ferreira
Guimarães**

BRASÍLIA

2023

BRASÍLIA/DF, 23 DE AGOSTO DE 2023.

FICHA CATALOGRÁFICA

Braz, Pankararu Ytxaha.

Rios da História de To'á Kaninã: Do Opará ao Jequitinhonha, Brasília- DF, 2023.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação MESPT na Universidade de Brasília.

1- História de vida

2. Pankararu Pataxó

3. Raizeira

4. Cerrado

I. FGA UnB Gama/ UnB.

II. Título (série)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Braz, P. Y. (2023). Rios da História de To'á Kaninã: Do Opará ao Jequitinhonha. Dissertação de Mestrado Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília – DF, n° p. 137

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Ytxaha Pankararu Braz.

TÍTULO: Rios da História de To'á Kaninã: Do Opará ao Jequitinhonha.

GRAU: Mestre

ANO: 2023

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Ano de 2023

Brasília, DF – Brasil.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS
E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS – MESPT

YTXAHA PANKARARU BRAZ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação MESPT na Universidade de Brasília.

Banca Examinadora

Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães
Orientadora – Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais da UnB

Dra. Sabrina Soares D’Almeida
Examinadora externa – UFMG

Dra. Cristiane de Assis Portela
Examinadora interna - Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais da UnB

Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Examinadora interna (suplente) - Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais da UnB

Cleonice Pankararu
Examinadora da Comunidade – Mestra dos Saberes Tradicionais e Raizeira do Cerrado

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus ancestrais, aos meus familiares que lutaram pelos nossos direitos e a todo meu povo Pankararu e Pataxó.

Nitxi Awêry
(Agradecimentos)

Agradeço aos meus encantados entre o sertão e o mar, aos meus povos que abriram caminhos e resistiram para que eu estivesse aqui, além de tudo compartilhando sabedorias ancestrais comigo.

Agradeço a minha aldeia Cinta Vermelha- Jundiba que me formou para que eu pudesse pisar em outros mundos

Agradeço a Geralda Chaves Soares que compartilhou sua vida para lutar junto com os povos indígenas, por sempre defender e recontar nossa história me fazendo mais consciente e me educando para o mundo da luta.

Aos meus familiares e mais velhos Pankararu e Pataxó que lutaram e ainda lutam pelos nossos direitos, são inspirações para mim, são minha fonte de ânimo. Meus avós Pataxó Domingos Braz e Graça Conceição, meus avós Pankararu Benvina Vieira e Eugênio Vieira, ao meu pai Antônio César da Conceição (Ytxay Pataxó).

As mulheres da minha família que nunca desistiram de lutar pelo nosso Bem Viver. São elas que me acolheram sempre, são inspirações de luta e conhecimento, são minhas mestras e rede de apoio, agradeço minhas irmãs (Uakirê e Nehewane) que me ajudaram e cuidaram da minha filha Tayniawara.

Agradeço minha prima/tia Gessilene Pataxó (Gel) que sempre foi uma companheira na minha vida me ensinando tudo sobre as artesanias, sabedorias e amizade, é uma rede de apoio e incentivadora que tenho.

Agradeço ao meu tio e cacique da minha aldeia, Ivan Pankararu que sempre me ensinou e me criou.

Agradeço as minhas amigas que me ajudou a conseguir recursos para minha primeira viagem à Brasília para as aulas do mestrado

Thauana Domingos que me ajudou a vender trufas, Hanna Mattos que me ajudou a vender acessórios, professora Tatiana do IFNMG- Campus Araçuaí, que contribuiu com minha primeira passagem para viajar.

Agradeço as minhas amigas que fiz no MESPT que com seus afetos e cuidados tornaram possível nossa permanência.

Agradeço às professoras que dão toda força para a continuidade do MESPT Mônica Nogueira, Cristiane Portela, Stephanie Nasuti, Sílvia Guimarães, entre outras professoras.

Agradeço à minha atual orientadora que acreditou em mim e me deu ânimo a continuar no mestrado juntamente com as coordenadoras do MESPT, Cristiane e Stephani.

Agradeço principalmente os meus pilares de existência, resistência, cuidado, liderança, etc, a minha mãe To'á Kaninã Pankararu e minha vó Benvina Vieira Pankararu que com coragem enfrentaram o mundo e ainda permaneceram, sempre ensinando o que é coragem.

RESUMO

Esta dissertação trata da história de vida de To'á Kaninã Pankararu (Cleonice Pankararu), que juntamente com sua mãe fez o movimento das águas em busca do seu avô, seu ente querido. Por um vasto território, acabou reunindo dois povos, Pankararu e Pataxó. No trânsito por biomas, Caatinga e Cerrado, seguia atenta, observando, ouvindo, sentido o movimento das plantas e seus poderes de cura. A intenção desta pesquisa é compreender sua história de vida, no desterro em busca de seu avô e na interação com o Cerrado e a Caatinga. Deste modo, o objetivo geral nesta pesquisa é resgatar a história de resistência de To'á Kaninã Pankararu e mostrar suas lutas, refletindo sobre como ela foi aprendendo e interagindo com os biomas por onde esteve. Sobretudo, baseia-se no fazer etnográfico, buscando sua narrativa e de sua comunidade. Foram feitos levantamentos bibliográficos e fotográficos, como também, entrevistas, rodas de conversa e conversas informais para ter a teoria etnográfica sobre o conhecimento dessa mestra dos saberes tradicionais.

Palavras Chaves: História de vida; Pankararu Pataxó; Raizeira; Cerrado.

Abstract:

This dissertation deals with the life story of To'á Kaninã Pankararu (Cleonice Pankararu), who in the movement of the waters, looking for her loved one alongside her mother and grandmother, across a vast territory and ended up bringing together two peoples, Pankararu and Pataxó. As she traveled through biomes, from the Caatinga to the Cerrado, she remained attentive, observing, listening, feeling the movement of the plants, their healing powers. The intention of this research is to understand his life story in the encounter between peoples, in the exile in search of his grandfather and in the interaction with the Cerrado. Thus, the general objective of this research is to understand To'á Kaninã Pankararu's history of resistance and show her struggles against colonization, resilience and reflect on how she learned and interacted with the biomes where she was. This research is based on ethnographic work, seeking the narrative of To'á Kaninã Pankararu and her community. Bibliographical and photographic surveys were carried out, as well as interviews, conversation circles and informal conversations to have an ethnographic theory about the knowledge of the healer in the encounter between two peoples.

Keywords: Life story; Pankararu Pataxó; healer; Cerrado.

Ãyhã

Ahmône dissertação areneá'xó ie awãkã upu pohêhaw upú Toá kanina, dxa'á niũpatxi'xó hũ iep úna'ã, pôkãkey'irá itsã êhú ûpú tâypãk imamakã tâypãk kehetohê, ikô nioniêmã nioktoiná ahã ug muká mukaú krokxi txihihãe, Pankararu e Pataxó. Nukaú'irá ikô ãbã, upã Caatinga itsã Cerrado, txahätê pagwi'ihé, pinapõ'irá, eretxá'irá etxemãg, mipây'irá iõ trioká upã pokãyã, kotenekô okehôy upu txobhá. Hũ ahmôn~e paxúkixay tokerê areneá'xó ie awãkã upú To'á Kaninã Pankararu ug, ãtxoê'irá tâypãk ikhãp dxahá ahô colonização, ie nuhwãy ug suyhê're ákgaré ahôhê kepây môj aripônã'irá ug niũpatxi'irá hũ ie pokãyã ikô irêk torotê'ã. Ahmône dissertação petõi sarã úxé kawpetõ niokek, pôkãkey'irá ie areneá'xó upú To'á Kaninã Pankararu ug tâypãk pataxí, patxitxá'ã niũpatxi'irá upú fap'bwá ug uxetey, kôpokixay'xó, mukaú'puá, kôpokixay'irá pâx txayuã dxahá petõi txenã, ãtxoê iõ pâktê upã sarãdí'ihé udxêre'irá iõp krokxi txihihãe.

Trioká'xó: awãkã upu pohêhaw; Pankararu Pataxó; sarãdí'ihé; Cerrado

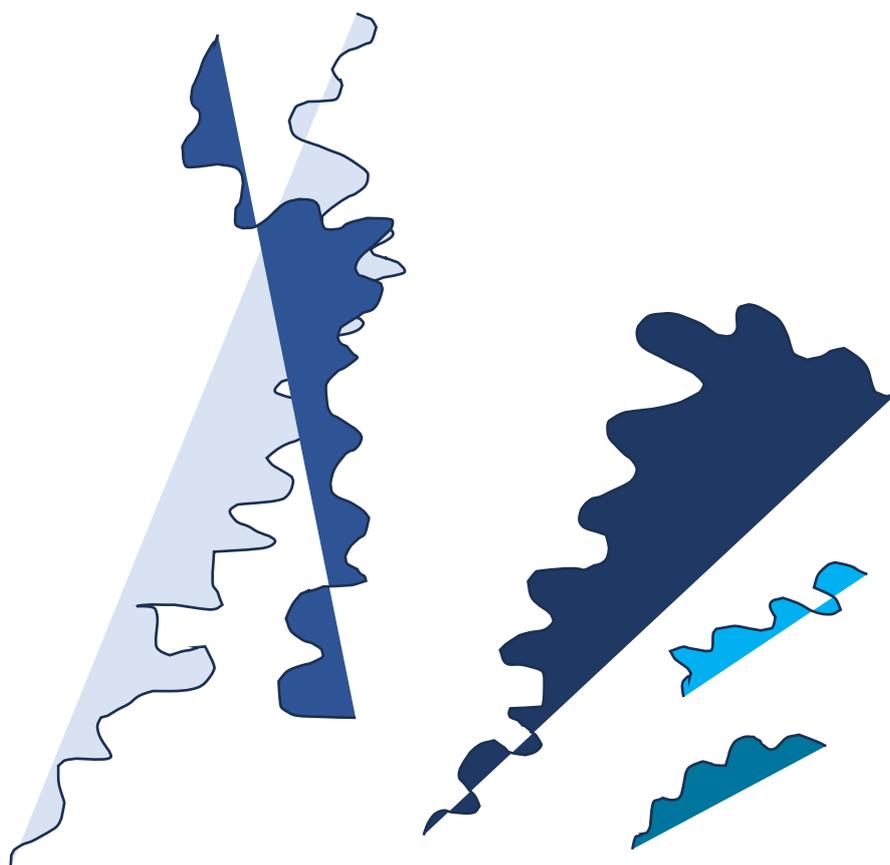
Lista de Figuras

Figura 1- Desenho representando o Espírito Santo, localidade do território do povo Tupinikim.....	12
Figura 2- Calendário Pataxó.....	30
Figura 3- Reportagem retirada do jornal “O Dia” no ano de 1951.....	34
Figura 4- Matéria do jornalista Nelson Shaun para o jornal “Imprensa Popular” ...	35
Figura 5- Tronco da língua Pankararu.....	49
Figura 6- Zoneamento planejado para aldeia Cinta Vermelha- Jundiba.....	64
Figura 7- Simbologias da aldeia Pankararu e Pataxó.....	67
Figura 8- Localização da Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba.....	69

Sumário

1. Onde nasce os grafismos da minha história	12
2- Sobre esta pesquisa	23
3- Caminhos metodológicos	24
4- Barulho que vem das águas batendo nas pedras- história de resistência Pataxó.....	25
5- Aldeamento Barra Velha.....	32
6- “Vida de Chegante” - Reterritorialização na Fazenda Guarani.....	39
7- O povo Pankararu: memórias e resistências.....	48
8- Ventania Pankararu: O croá que é trançado forte é difícil de soltar	54
9- “Quando dois povos se juntam é para resistir”: construção da aldeia Cinta Vermelha- Jundiba.....	61
9.1- Histórias, resistências e aldeia Cinta Vermelha - Jundiba	73
10- PertenSemente: To’á Kaninã- Cobra das Pedras Brancas: Guardiã dos saberes tradicionais, ciências ancestrais indígenas.....	81
11- Parentes Plantas- Vivências, ciência tradicional e direitos	96
12- To’á Kaninã- Mulher Cerrado- Caatinga.....	115
12.1- A Cobra das Pedras Brancas que protege o rio da sua história- Jequitinhonha.	121
13- Referências Bibliográficas	131

Rios da História de To'á Kaninã: Do Opará ao Jequitinhonha



- Nascimento de To'á Kaninã (Opará)
- Convivência com os Karajá (Rio Araguaia)
- Convivência com os Xerente (Rio Tocantins)
- Reterritorialização Pankararu e Pataxó (Rio Jequitinhonha)
- Encontro com o avô- Reformatório Krenak (Rio Doce)

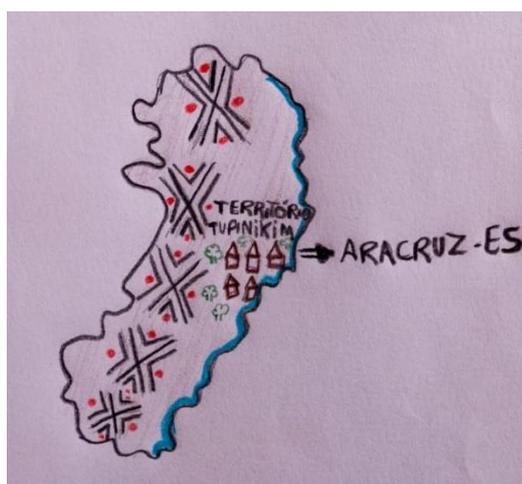
1. Onde nasce os grafismos da minha história

Sou Ytxaha Pankararu Braz e pertencço a dois povos diferentes. Sou filha de mãe Pankararu e pai Pataxó, cresci em dois mundos que se movimentam na luta. Meus povos têm como morada as águas sagradas. O povo Pankararu é do Opará, que significa “mar de água doce”, morada dos encantos ancestrais chamado de Rio São Francisco. Nossa aldeia mãe se chama Brejo do Padres, localizada no estado de Pernambuco. Meu povo Pataxó vive no litoral, extremo sul da Bahia. Também são povos das águas, filhos do mar e da chuva. Nossa aldeia Mãe é Barra Velha, lugar onde meus familiares e ancestrais viveram e lutaram para continuarem vivos.

Minha história começa também nesses dois territórios de convivência onde mergulho em duas culturas e lutas. Para mim, pertencer a dois povos é saber as vivências de resistências que eles carregam desde o passado até o presente, é um compromisso honrar com a história, pois assim sabemos qual caminho seguir. Como diz minha parente Sijanete Pataxó: “A gente anda pra frente, mas temos que olhar sempre pra trás”, é através das memórias que pertencemos e resistimos.

Nasci em Aracruz, Espírito Santo, no ano de 1996. Minha mãe trabalhava como Agente Indígena de Saúde (AIS) na aldeia Caeira Velha, território dos indígenas Tupinikim e Guarani (figura 1).

Figura 1- Desenho representando o Espírito Santo, localidade do território do povo Tupinikim.



Desenho: Pela Autora

Logo depois, fomos morar na aldeia Pataxó, Fazenda Guarani¹. Foi nesse lugar que cresci e conheci a liberdade de viver junto a matas e cachoeiras. Escorregava na ribanceira na mata da Onça e mata da Cutia nas aulas de Uso do Território. Aprendi a andar na mata guiada pela minha avó paterna Dona Graça Pataxó e meu avô paterno Domingos Braz, ou Domingos Cachimbo, assim que ele era conhecido. Eles me mostravam caminhos e me ensinavam por onde pisar, assim como hoje. Cresci ouvindo conselhos, vivendo e recebendo sabedorias do nosso povo, a gente cresce na partilha das ciências, isso também nos forma e nos faz pertencer.

Foto 1 - Meus avós Domingos e Maria das Graças Pataxó com meu primo Awêry Pataxó/Tuxá no colo e eu, no quintal de casa na Fazenda guarani, Carmésia- MG.



Acervo Pessoal da autora- Fotografia dos anos 2000

A casa dos meus avós era o ponto de reunião no fim de tarde de todos os filhos. No fogão a lenha minha vó Graça cozinhava para todos. Assávamos banana de sua roça, carne ou peixe para comer com farinha molhada. O caldo de peixe ou de carne com pirão nunca faltou no cardápio da minha família Pataxó. O mangute (comida) também era uma forma de

¹ Era para uma área do povo indígena Krenak, em Minas Gerais, a "Terra Indígena Fazenda Guarani", antigo "centro de recuperação" de indígenas transgressores, onde o órgão indigenista de então, reunia pessoas de diversas etnias. Esta área foi doada oficialmente pela Polícia Militar de Minas Gerais à FUNAI, em 1987, mas desde 1971 a instituição indigenista a utilizara como centro de repressão desses agentes da ditadura militar (Guimarães, 1998). Com a Constituição Federal de 1988, este território viveu mudanças.

estar em contato com a aldeia mãe Barra Velha, tem ligação ancestral, pois o fazer e os temperos sempre lembravam o território antigo, especialmente a farinha de puba e o peixe. Todas as memórias que tenho com mangute na casa de vó não é só o ato de comer, mas ali existem partilhas de caça ou pesca, às vezes um “pedaço” de algum peixe que há muito tempo não comiam conta história de nosso território. A hora do magunte era o revivamento de memórias, onde as lembranças dos parentes e dos causos estavam sempre presentes. Inclusive sobre a aldeia mãe Barra Velha que sempre eram partilhadas, para nós o ato de comer representava o muká mukaú (unir- reunir), era afeto. Tomávamos o cauim, nossa bebida tradicional feita da mandioca, ouvíamos histórias sobre o Pai da Mata e Mãe da Mata (Katubayá, Hâmãy, Kamudêrê) que são os encantados protetores da mata e animais. As histórias também eram compartilhadas entre famílias e entre toda a aldeia. Todos sabiam algo em comum, riam, bebiam o cauim, faziam farinha e falavam de resistência. A partir daí, entre causos, histórias e vivências do cotidiano vem a consciência do “eu”.

Todos na aldeia exerciam suas atividades, uns faziam e vendiam artesanatos, faziam suas roças, outros já eram professores na própria aldeia, trabalhavam como Agente Indígena de Saúde (AIS) entre outras atividades. Isso no ano 2000, em um contexto em que o nosso povo já tinha algum direito, um deles é sobre o direito de falar nossa língua, lembro bem dos intercâmbios na Fazenda Guarani com os Pataxó da Bahia na época em que nosso idioma Patxohã estava revivendo. Tudo iniciou com os parentes e familiares Kanátyo, Bayara, tio Jonga (João Braz) que começaram a fazer rodas, fortalecer nosso Awê Heruê, pesquisar a língua Patxohã. Depois surgiu o grupo Atxohã (grupo de pesquisa da língua Pataxó fundado em 1998) que estava iniciando os trabalhos em outras aldeias.

Estávamos todos mobilizados em gravar as músicas na nossa língua, compor, fazer dicionários das palavras que estavam adormecidas. Lembro que nós alunos, ficávamos animados quando encontrávamos novidades, orgulhávamos juntos de ter nossa cultura fortalecida.

Cantávamos essa música que marcou nossa infância, ela fala sobre a criança no território, que canta e dança, pega o maracá se pinta de jenipapo etc.

Txawã apôy, dxahá akâ, napinatõ kijeme txuhap hamiá
Arnã pakâkêy katerú mikaré
Paxixá suniatá ʔhá kawpetõ maraká
Hey a hey a hey a hey a há
Paxixá suniatá ʔhá kawpetõ maraká

Tradução:

Ô criança venha pra cá, em nosso kijeme vamos dançar

Eu pego minha tinta jenipapo vou pintar

Vou cantando e dançando tocando Maraká.

Nossa turma ia para a mata conhecer os remédios tradicionais junto com nosso professor que nos explicava no caminho as sabedorias sobre as ervas, a mata também fazia parte da nossa educação, os lugares tinham seus nomes e encantarias próprias. Eu cresci nesse contexto em que já havia resultados da luta dos mais velhos naquele território. Poderíamos ser nós mesmos. E lembro isso repudiando o fato de que era necessário ter a permissão de ser nós mesmos. Então, ali estávamos vivendo nossa própria experiência coletiva e reconstruindo nossa própria territorialidade.

Parte da minha infância foi nessa terra (Fazenda Guarani) que guarda muita memória de terror para os povos indígenas, onde antigamente era um presídio indígena, lá recebia povos de várias etnias na época da Ditadura Militar, quando o Serviço de Proteção ao Índio-SPI atuava até fins da década de 1960. Tinha uma especificidade naquele local relacionado às histórias sobre o antigo dono de descendência europeia, o Magalhães. Todos sabiam que havia uma energia diferente naquela terra, essa sensação era uma constante. Havia uma exposição muito forte sobre o antigo dono, as pessoas relatavam “visagens” que assombravam as pessoas em lugares específicos, resultado das prisões e barbaridades contra nós, povos indígenas de várias etnias, que fomos desterrados de seus territórios-Mãe e obrigados a sobreviver em terras desconhecidas.

Naquela época, eu não entendia muito bem o que ocorria ali, mas ao decorrer do tempo, ouvindo a nossa história cada vez mais a fundo, a gente entende a crueldade do Estado negando nosso direito de viver uma infância digna, assombrada com medos e feridas abertas no cotidiano. Todos buscavam se reinventar, eu vivi a reinvenção de meus pais, avós, tios, e de toda uma aldeia. Eu como criança não tive o direito de viver/conhecer o território que meus pais viveram, nem eles conseguiram viver suas infâncias por conta das invasões e conflitos territoriais, mas cresci reconstruindo um novo contexto junto aos meus familiares, resgatando a dignidade de viver como deveríamos viver.

Essa fotografia (foto 1) é início desta história para mim, marcante, ela foi registrada na Fazenda Guarani no ano de 1992, a partir do momento que começou o fortalecimento da

nossa identidade, início dos casamentos tradicionais Pataxó, dos cantos de resistência e da dança ancestral. Ela representa o recomeço e a “Outra vida de chegante”, frase que ouvi meu pai Ytxay Pataxó dizer quando comentou sobre estar ali em um território desconhecido, mas que a partir dali começaria a se reconstituir novamente resistindo para existir com coragem.

Foto 2- Anemãvêy ûpú kanã imamakã ûg ipamakã- Ritual de casamento de meus pais na Fazenda Guarani, Carmésia, ano 1992.



Acervo Pessoal

Meu entendimento sobre o que é ser uma pessoa indígena começou nesse território, desde menina entendi que a visão das pessoas não-indígenas sobre nós era totalmente deturpada e estereotipada. Já nos anos 2000, comecei a responder perguntas racistas, é assim que infelizmente nos moldamos para enfrentar o mundo, ninguém nos avisa, ninguém nos ensina a viver nesse mundo, a gente já nasce para enfrentamento e aprendendo a lutar. Eu estudava na escola indígena Bacumuxá (Foto 3), nessa época já havia escola na aldeia

Foto 3- Escola Pataxó Bacumuxá- Fazenda Guarani- MG, Aldeia sede 2022.



Acervo Pessoal

Nesse local, foi onde tive oportunidade de participar de mobilizações nas cidades, principalmente no Abril Indígena, época que íamos nas escolas em Belo Horizonte vender artesanatos, apresentar nossa dança tradicional e os professores davam palestras. Lembro também das lideranças falando em mesas sobre nossa luta para outras pessoas, toda a comunidade ia cobrar e reunir com os políticos, ali estava eu e várias outras crianças aprendendo a reivindicar, mesmo sem ter muita compreensão, já estávamos sentados em uma cadeira ouvindo e aprendendo sobre o nosso lugar. Na aldeia e no leito da nossa família, percebemos que temos uma missão coletiva, crescer sendo indígena é um desafio.

Foto 4 e 5 - Minha Turma visitando a cachoeira e a mata na aula de Uso do Território e preparação para o Abril Indígena em Belo Horizonte. Ambas fotografias mostram atividades na escola Pataxó Bacumuxá.



Acervo Pessoal- Fotografia dos anos 2000

Algumas coisas foram mudando ao longo do tempo, minha família já sentia que precisavam reconstruir uma nova aldeia com projetos de vida diferentes, até pelo fato de querer vivenciar a cultura Pankararu. Então, iniciou uma nova jornada para construir um novo território. Quando soube que iríamos mudar de terra fiquei questionando e curiosa para saber como era o novo lugar. Mesmo criança acompanhava minha mãe na descrição de algum documento sobre a luta por terra, sempre ouvia as combinações para mudança de aldeia por telefone com meu tio Ivan Pankararu (To'ê), quase todos os dias eles conversavam. Os dois foram importantes mobilizadores para dar início a construção da aldeia Cinta Vermelha Jundiba.

Sabendo que estava nos últimos dias vivendo na Fazenda Guarani, comecei a me despedir dos lugares, das matas, das amigas, peguei minha bicicleta e andei uma estrada principal onde todos passavam para despedir das paisagens e das casas, queria que tudo ficasse gravado na minha cabeça, ali criei um poema de despedida.

Sendo assim, mudei com minha família para uma outra região, Vale do Jequitinhonha. O primeiro impacto foi ver a paisagem diferente, por ser uma região semiárida todos não gostavam, achavam feio e seco. Quando chegamos na casa de meu tio que já morava na cidade, senti o perfume do pequi (*Caryocar brasiliense*), foi o segundo impacto e uma surpresa boa por experimentar comidas novas. Era tudo uma novidade, ao

mesmo tempo tudo incerto para mim, pois me sentia insegura. Tive que estudar um período na cidade de Araçuaí, município da aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, a escola não indígena se apresentou a mim como um novo mundo, desagradável. As brincadeiras não eram as mesmas, eu não sentia o afeto. Era desconhecida e me sentia invisível, me perdia nas brincadeiras em um pátio de concreto e murada, longe da mata da Onça e da Cutia. Não tinha mata na escola e nem escola na mata. Eu tinha 9 anos, a única indígena da turma, um impacto muito grande para mim que tive que conviver em um mundo totalmente diferente, sobretudo conviver com pessoas com a maneira de ver o mundo totalmente diferente, pois eles não conheciam outros mundos além dos deles mesmos. Nas primeiras semanas de aulas, já recebi um livro que era para ler e falar sobre ele na frente de todos da sala. Eu não consegui ler, no dia da apresentação eu torci para não ser sorteada para falar na frente daquelas pessoas. Tudo que sabiam dizer era “tem uma índia na nossa turma” e cada vez que viravam o pescoço para olhar em minha direção eu me recolhia até querer sumir dali.

Fiquei alguns meses naquela realidade até a construção da escola da nova aldeia, concluí a 3ª série e fui para nova escola improvisada na aldeia Cinta Vermelha Jundiba, que por sinal foi muito reconfortante, porque era nós por nós e para nós, o sentimento era outro, a educação também. Eram nossos parentes que nos ensinavam e nos conduziam.

Foto 6 e 7- Primeira turma da escola da Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba (Raoni Pataxó, Wakixi Pankararu Pataxó, eu, Uakirê Pankararu Pataxó, Arakwã Pataxó, Sayra Pataxó) e a TV Araçuaí entrevistando os primeiros professores indígenas dando visibilidade a luta indígena na região, aldeia Cinta Vermelha- Jundiba- Araçuaí- MG, ano de 2007.



Acervo Pessoal

Nossa primeira escola foi uma conquista coletiva, mesmo que feita de pau-a-pique e tábuas doadas dos restos da construção da Usina Irapé (barragem existente no rio

Jequitinhonha), foi o lugar onde as crianças da aldeia tiveram uma educação digna e de qualidade no novo território.

Foto 8- Nós alunos e professores Pankararu e Pataxó na primeira escola da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, Araçuaí-MG, ano de 2007.



Acervo Pessoal da autora

No ano seguinte, em 2007, tive que estudar fora da comunidade, novamente, quando ingressei no curso de Educação do Campo, na modalidade de alternância, Escola Família Agrícola- EFA de Virgem da Lapa, município vizinho de Araçuaí. Foram novos desafios. A EFA tornou-se parceira da aldeia no que diz respeito à Agroecologia, iniciando assim o meu desafio para ser uma transformadora na minha comunidade, esse era o lema da escola. A EFA assumia o compromisso de formar jovens adolescentes para serem cidadãos críticos, como também aplicar o conhecimento adquirido sobre agricultura orgânica e manejo de animais, entre outras atividades em nossa casa/comunidade. A EFA incentivava os jovens a viverem em coletividade, todas as atividades eram feitas em mutirões e as decisões eram tomadas em reuniões, assim como na aldeia. Sempre me identifiquei com a EFA por ela ser inclusiva com os jovens do campo e de comunidades tradicionais. Nessa escola encontrei acolhimento e percebi que fazia parte de um corpo político maior, uma semeadora de um futuro possível de Bem Viver. Apesar de ser diferente de outras escolas, o racismo nunca dava trégua. Sempre era questionada por não estar vestida com acessórios indígenas, era uma luta constante para afirmar que indígena não é um estereótipo, as aulas de história eram as

piores, pois tinha que “confirmar” tudo que estavam presente nos livros, e eu só queria estar, só queria existir sem ser questionada. Chega um tempo que a vergonha toma conta de nós, a crise com nossa aparência começa a existir. Até o próximo passo da vida escolar.

O meu ensino médio foi realizado na Escola Família Agroecológica de Araçuaí- EFA Araçuaí. Mudei para essa escola no município de minha atual aldeia no ano de 2010. Essa escola foi construída no contexto da luta em defesa da APA Lagoão- Área de Preservação Ambiental Chapada do Lagoão em Araçuaí. Minha turma foi uma das primeiras a integrar a nova EFA na região. Foi nessa escola que tive contato com a luta pela Agroecologia. A gente vivia agroecologia, participávamos de rodas de conversa e espaços políticos. Nesse processo, executei meus primeiros estágios técnicos profissionalizantes realizados na cidade de Araçuaí e nas comunidades vizinhas com atividades práticas de assistência técnica e no Centro de Permacultura de Araçuaí pelo CPCD- Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento. Me formei como Técnica em Agropecuária. As EFAS foram muito importantes em minha formação, principalmente por ter me tirado da educação da cidade que é um viver de muita violência, não ameniza as situações racistas vividas, mas viver a educação no/do campo foi muito acolhedor, os conhecimentos tradicionais não eram tratados com estranheza, o respeito com as cosmopercepções indígenas proporcionou a minha permanência com qualidade. Temas relacionados às tradições, medicinas tradicionais, preservação do meio ambiente, entre outras atividades foram essenciais na minha vida, pois eram lutas que minha aldeia defendia, sobretudo criticando o modelo capitalista, consumista e individualista que nos abrange enquanto jovens, indígenas e de comunidades tradicionais, a luta era coletiva na defesa da vida na região do Vale Do Jequitinhonha.

Depois de 3 anos de formada no ensino médio, ingressei no IFNMG- Instituto Federal do Norte de Minas Gerais no curso de graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental. Essa trajetória acadêmica foi necessária para fortalecer parcerias com minha aldeia atual. Entrei para o Instituto pensando na aldeia e com o objetivo de poder atuar lá. Tive consciência de como nossa presença nesses espaços é necessária e política. Os movimentos em defesa das águas, território e comunidades tradicionais ainda continuavam na trajetória escolar. Juntamente com outros colegas participei de projetos e mobilizações junto ao NEABI- Núcleo de Estudos Afro- Brasileiros e Indígena, rodas de conversas junto às comunidades do município. A aldeia se aproximou do IFNMG contribuindo com os debates e relações referentes à defesa dos povos da região.

No caminhar, acompanhava meu povo e as lideranças nas discussões sobre nossos direitos, cresci sempre no movimento da luta indígena juntamente com as aldeias no estado

de Minas Gerais. Oportunidades foram surgindo, como para participar do curso de extensão sobre incidência política para lideranças de comunidades e aliados de diferentes biomas, assim conheci a Universidade de Brasília (UNB) e conseqüentemente o Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Comunidades Tradicionais (MESPT) que estava no processo de abertura de inscrições para o mestrado. Vi como uma ótima oportunidade pessoal e coletiva. O MESPT significa a continuação dessa trajetória de luta em um espaço que proporciona a interculturalidade com outros povos, fomentando o diálogo e possibilitando aprofundar a visão crítica necessária acerca de questões que nos atingem. É uma forma também de denunciar a colonização que está presente no ambiente acadêmico e propor uma nova concepção sobre os mundos e realidade dos povos. Nossa presença nesses espaços é necessária para afirmar que nós, povos indígenas, temos nossas próprias ciências e vivências, portanto as trocas que acontecem nesses ambientes nos fortalecem enquanto pessoa e coletivo. Foi uma alegria muito grande ser aprovada em um programa tão importante para os povos tradicionais no Brasil. Ao longo do percurso aconteceram trocas valorosas e desafios enormes. No entanto, houve uma mudança abrupta logo nas primeiras semanas do módulo, fomos ameaçados pela COVID-19, fomos a primeira turma a enfrentar uma pandemia mundial. Ao longo desse processo, tínhamos muitas dúvidas e medo sobre a doença, estávamos todos em Brasília assustados com o novo contexto que nos cercavam.

O ano de 2020 foi de replanejamento, com a ajuda das professoras e aliados do MESPT conseguimos recursos para ter condições de estudar a distância. Eu e colegas do bioma Cerrado e abrangência fomos inseridos em projetos, assim como colegas de outros biomas que foram contemplados com projeto de extensão para conseguir se manter e comprar equipamentos, se deslocar para locais com sinal de internet para realizar as aulas. Foram meses desafiadores, mas que mostrou nossa união durante a caminhada, pois todos foram atingidos fisicamente e mentalmente nesse processo.

Sou memória, sou semente que quando encontra o chão brota

Você, colonizador, não conseguiu nos apagar.

Vó manteve o pé firme no chão:

- Vamos meu filho! Segure a minha mão,

caminhando junto é como se aldea. Meu coração ficou na cachoeira, meus pés são firmes como Croá.

Memórias afetivas me mantém viva, memórias culturais sempre é ativa
o Campiô me purifica.

Retomei minha força, o encanto me guia.
Sei que nunca estou só
lembro em quem lutou por mim, soube o que sou desde que nasci,
meu sangue pulsa, as memórias são vivas
meu sangue pulsa, tenho fome de justiça
- Malditos aqueles que roubaram minha casa, tentaram de escravizar com a
tal PALAVRA
me recuso esquecer minhas memórias!
- Meu filho você é Pankararu
Podemos pisar em muitos territórios, mas você deve saber onde seus pés é
raiz
Enterrei seu umbigo perto da fonte, onde a água é pura,
Onde as mulheres sorriam e cantavam, pegavam manga e se banhavam
Seu coração pode enraizar por onde for,
Mas sua memória é o que te faz quem és.
(Ytxaha Pankararu Braz)

2- Sobre esta pesquisa

Este trabalho se refere a Cleonice Pankararu (To'á Kaninã), que no movimento das águas buscou por seu ente querido por um território e acabou reunindo dois povos. No trânsito por biomas da Caatinga ao Cerrado, seguia atenta, observando, ouvindo, sentido o movimento das plantas e seus poderes de cura. A intenção desta pesquisa é compreender sua história de vida no encontro entre povos, no desterro em busca de seu avô e na interação com o Cerrado e a Caatinga.

A partir da história de vida de minha mãe, registrarei a história de deslocamento de famílias e povos indígenas, a trajetória das principais lideranças que foram importantes na luta dos dois povos e suas interações que levaram à situação atual de convivência no Vale do Jequitinhonha. Os dois povos sofreram com a desterritorialização por conflitos causados pelo Estado, sobretudo por projetos desenvolvimentistas que geraram impactos negativos em seus territórios.

Os Pankararu foram expulsos de seu território com a construção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF. Situação semelhante ocorreu no território Pataxó com conflitos pela terra que levaram muitos indígenas a saírem da aldeia-mãe. Os projetos coloniais incentivaram o etnocídio e o apagamento de nossa identidade e cultura. Minha

família, tanto Pankararu quanto Pataxó, viveu em constante luta por direitos, principalmente pelo direito à terra. Desde o processo de desterritorialização, permanecemos firmes nessa luta. Ao longo de sua história, a minha família participou de muitas mobilizações de resistência, enfrentando muitos desafios para combater as injustiças.

Assim, o meu objetivo geral e semente central nesta pesquisa é resgatar a história de resistência de minha mãe, mostrar suas lutas contra a colonização, a resiliência. Refletir sobre como ela foi aprendendo e interagindo com os biomas por onde esteve. Minha mãe é uma raizeira reconhecida, foi Agente Indígena de Saúde. Através do relato da história e seu conhecimento, poderemos compreender como ela se fez uma mulher bioma-Cerrado e bioma-Caatinga, como aprendeu com as plantas a cuidar das pessoas. Pretendo identificar, dar destaque e analisar os momentos-chaves dessa história até o presente, mostrando momentos de aprendizado, de cuidado e ensinamento. Procurarei também enfatizar seus conhecimentos e sabedorias ao se fortalecer no ofício de raizeira que nos conduziram a vários lugares, para formar novas aldeias, até a reterritorialização na aldeia Cinta Vermelha-Jundiba.

Como objetivos específicos e outras sementes que compõe esse colar podemos mencionar os seguintes:

- Levantar o histórico dos povos Pankararu e Pataxó e sua trajetória até o estado de Minas Gerais, destacando os momentos importantes.
- Registrar as interações da minha mãe com os biomas Cerrado e Caatinga e como este bioma marca o desterro e a história da minha família.
- Descrever seu ofício como raizeira em luta pelo Cerrado/Caatinga.

3- Caminhos metodológicos

Percorrer os caminhos dessa pesquisa é seguir o rio da vida da minha mãe, da minha avó, do meu avô, das sementes que se abrem e criam raízes nos rios, mar e terra. São dois caminhos para levantar os dados: pesquisa documental (acervos fotográficos) e entrevistas, diálogos com minha mãe e demais familiares.

A pesquisa documental está baseada em um acervo fotográfico da minha família e fotos recentes que eu fiz. Também fiz uma revisão bibliográfica sobre os povos Pankararu e Pataxó. Os documentos possibilitaram a construção de um memorial com fotos antigas, como marcos da trajetória e vivências dos dois povos e da minha mãe.

Além do levantamento bibliográfico e da análise de documentos, realizei entrevistas para recolher narrativas da minha mãe e de pessoas da minha família.

As pessoas ouvidas da minha família foram a minha mãe To'á Kaninã Pankararu (Cleonice), vó Benvina Pankararu, tio Ivan Pankararu (To'ê), que se deslocaram para muitos lugares, vivendo uma vida “nômade” de desterro. Quero entender como foi essa trajetória, colher relatos da resistência diante dos colonizadores, mas também das vivências com outros povos como Xerente, Karajá, Javaé, Apinajé, Krahô etc. A ideia é registrar a resistência Pankararu em diferentes contextos de “deslocamentos forçados”, mas também os nossos sonhos de um futuro melhor. E registrar como minha mãe foi se tornando a raizeira e liderança que é hoje.

Esta pesquisa é de grande importância, pois registra, pela primeira vez, a longa jornada das minhas duas famílias que acabaram se juntando numa nova aldeia, fundada por dois povos diferentes, gestando um território de (com)Vivência, construindo uma territorialidade diferenciada, em uma região distante das aldeias-mães, mas num território que possibilitou a reconstrução do nosso projeto de vida. E está baseada na formação da minha mãe como liderança e raizeira reconhecida do Cerrado.

4- Barulho que vem das águas batendo nas pedras- história de resistência Pataxó

“Pataxó é água batendo na terra, nas pedras, e indo embora para o rio e mar” (Kanátios Pataxó- Txôpai e Itôhã).

Foto 9: Meus avós paternos Pataxó Domingos Braz e Maria das Graças Conceição no quintal de casa na Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, ano de 2014.



Acervo Pessoal

“Antigamente na Terra existia somente os bichos e passarinhos nas matas, todos viviam em união, tudo era alegria, cada bichinho tinham suas particularidades, seu próprio jeito de viver. Até que formou-se uma grande chuva, quando a chuva terminou o último pingo de chuva se transformou em um indígena. O indígena andou pela terra, adquiriu muita sabedoria. Um dia, o indígena estava fazendo ritual. Enxergou uma grande chuva vindo no céu. Cada pingo de chuva ia se transformar em um indígena” (livro: Txopay e Itôhã de Kanátio Pataxóop)

Segundo as narrativas e crenças do meu povo Pataxó, foi assim que se originou nossa nação. Antes do contato com o indxihi (não-indígena), nosso povo vivia livre, se alimentava de raízes, frutos, caças, peixes e mariscos (Pataxó). Éramos povos que nos movimentavam pelos territórios e se guiavam pelos elementos da natureza como a lua, ao qual consideramos nossa vó. Para nós Pataxó, ela é uma indígena mais velha, através dela vemos quando podemos caçar, coletar sementes e frutos. É na lua nova que pedimos força para a criança andar ou quando a mulher vai ganhar bebê, ela é quem mostra sobre os tempos. Outro elemento que temos grande conexão é o mar, o nome Pataxó significa água batendo nas pedras, os mais velhos contam que quando a onda do mar bate na rocha faz o barulho “Pa” “ta” e quando a onda volta faz o barulho “xó”. Todo Pataxó que se encontra com o mar

conversa com a maré. Me lembro de quando meu pai voltava para o sul da Bahia depois de ter ficado anos em Minas Gerais, era assim que ele se encontrava, conversando com as ondas brincando com a areia. E todo Pataxó que de alguma forma foi obrigado a viver em outro contexto por conta de invasões e perseguições, quando volta para seu território tradicional, ele se (re)encontra.

O povo Pataxó pertence ao grupo linguístico Macro Jê, a língua falada é Patxohã que significa “língua de guerreiro”, passamos por um processo de revitalização pelo fato de sermos proibidos a falarmos nosso idioma nos anos de perseguição, quando nós não tínhamos direitos garantidos. Nosso povo era formado por dois grupos, um residia no litoral e outro ficava mais para dentro da mata. O professor Ytxay Pataxó, meu pai, conta que antigamente havia trocas entres os dois grupos, o grupo que vivia no litoral trocava peixe por caça com o grupo que morava mais dentro da mata. Ele relata:

“Tinha um pessoal que vivia cá no litoral perto do mar e tinha o povo Pataxó que morava mais para dentro tipo no meio da mata, Boca da Mata, na região mais afastada da Praia então o pessoal que costumava pescar, eles pescava e fazia troca com outros tipos de alimentos que o pessoal mais da mata plantava, né, uma farinha mandioca batata tudo que eles plantavam na terra até caça também né, e aí quando ele tinha bastante ele trazia para trocar em Barra Velha com peixe Ostra marisco caranguejo né, e fazia essas troca.”
(Ytxay Pataxó, aldeia Mirapé, outubro de 2022).

Conforme Atxohã (2011) os primeiros registros históricos encontram-se no século XVIII, durante o período colonial o povo Pataxó residia no interior da Capitania de Porto Seguro. A principal referência geográfica do meu povo era o Monte Pascoal, símbolo do nosso território tradicional. Kanátyo Patatxoop o descreve como “Velho Monte” onde é morada ancestral do povo Pataxó, ao qual vive na memória dos indígenas do litoral. Na música com o mesmo título ele descreve a importância do Velho Monte para ele e para o povo Pataxó:

“Velho monte morada ancestral, de um povo do litoral,
na memória desse povo você vive
o velho Monte Pascoal,
é lá que a natureza se concentra

quando o sol se apresenta,
lá no fim do horizonte
o velho Monte vira espelho,
é nesta hora que tudo se completa
na grande roda do conselho”
(música “Velho Monte” composição de Kanátyo
Pataxoop).

Esse trecho diz muito sobre as memórias que os mais velhos têm sobre a morada ancestral e as vivências naquele local. Quando saíam do lugar por motivos de perseguições e guerras, sobraram apenas nossas lembranças e esperança de continuação de nossas memórias e histórias. Isso é sobre construir nossas territorialidades, formar novas aldeias e ressignificarmos depois dos massacres.

Foi nesse território que em 1763, a Coroa Portuguesa implementou políticas coloniais para efetivar a dominação das terras e dos povos que ali residiam. Uma das ações foi a conversão dos indígenas ao catolicismo. Catequisar era dominar os povos. Além disso, foram construídas escolas no modelo europeu para que os indígenas aprendessem a língua portuguesa, deixando os costumes e tradições. Depois que houve a invasão de nossos territórios, sofremos diversas violências, fomos obrigados a praticar um costume que não era nosso.

Com o objetivo de integrar e afastar os indígenas inimigos, a criação das vilas em povoados indígenas já existentes, serviu para incluir os próprios indígenas na sociedade colonial. A Capitania de Porto Seguro era um ponto estratégico, por ser um local central onde possibilitava o acesso a outras capitanias, além disso, as terras eram férteis, propícias para a economia e o abastecimento.

Segundo Atxohã (2011), outra informação sobre o povo Pataxó durante o Brasil Colônia data de 1788. Trata-se de uma carta do Padre Cypriano à Coroa Portuguesa informando que “nas vizinhanças do Monte Pascoal e nas suas fraldas está situada às aldeias do gentio chamado Pataxó, que saem muitas vezes à praia para pescar tartarugas”. Essa foi uma das primeiras referências sobre a aldeia mãe Barra Velha que ficava nas proximidades do Monte Pascoal. Consta no ofício de 1805, enviado pelo governador Francisco da Cunha Menezes ao visconde de Anadia, onde ele pede permissão para explorar os rios da capitania do estado (Castro e Almeida, 1918). O ofício também informava que os indígenas da região

do atual Parque Nacional do Monte Pascoal haviam sido transferidos para a Vila do Prado, lugar onde eram levados os indígenas considerados rebeldes.

Durante o Século XIX, há registros do povo Pataxó e de sua resistência contra os invasores que adentravam seu território. Nosso povo era considerado pelos colonizadores como “arredios” e “desconfiados”, perturbadores dos povoados e vilas que se formavam. Fomos impostos a uma realidade diferente da nossa de forma violenta, os objetivos que nos transformar em “brasileiros” seguiam firmes, mesmo agindo de forma totalmente violenta contra os indígenas.

O registro mais marcante sobre o povo Pataxó foi feito pelo viajante alemão Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied que percorreu a faixa litorânea dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia entre 1815 a 1817 e deixou dados detalhados. Segundo ele, havia agrupamentos nas margens do rio Mucuri e em lugares como Rio das Contas e Pardo, como também agrupamentos entre São Mateus e Santa Cruz Cabrália. Wied (1989) relata que os Pataxó e os grupos composto pelos Kumanaxó, Kutatoí, Maxakali, Malali, Makoni, Kopoxó, Monoxó e Kutaxó tinham costumes semelhantes. O povo Maxakali, por exemplo, pode ser considerado como parente próximo dos Pataxó. Desde sempre mantêm relações e falam línguas semelhantes.

Nas descrições históricas do povo Pataxó, consta que nós éramos povos “nômades”, se olharmos o dicionário da língua portuguesa o significado da palavra nômade a gente encontra “pessoa que não tem morada fixa”, “povos que, por não pertencerem a determinado lugar, andam vagueando sem fixar residência”. Quando olhamos para a origem da palavra que vem do latim ‘normas/namadis’, significa grupo errante. Isso se refere a povos que andavam em territórios em busca de alimentos e outras condições de recursos disponíveis em determinado período, seguindo os tempos da natureza. Mas, muito cientes do seu território, do lugar que viviam e interagiam.

Figura 2- Calendário Pataxó



(Fonte: Livro Raízes e Vivências do Povo Pataxó nas Escolas, 2005).

O calendário demonstra as atividades de agricultura, roça, pesca etc. Durante cada período do ano, as atividades nas roças são mais recorrentes na maioria dos meses e, em abril, ocorre as festividades e mobilizações da “resistência indígena”, onde acontecem manifestações e busca dos direitos indígenas. Para nós povo Pataxó, o ano começa nos tempos das águas, iniciado no mês de outubro. Nas primeiras chuvas, começam a nascer os primeiros brotos. Começa também o planejamento das roças. Na música do professor Ytxay Pataxó, ele relata a espera da chuva nesse mês, tempo em que Txôpay, Encantado das chuvas, faz chover, e então tudo nascerá e enfim o povo Pataxó vai cantar e dançar:

Txôpay patxitxá hãktxé

Ui hamôtxê hahaw heruê

Kixay akdxihí tornõ sonarú hamikay

Txôeki txihí suniatá

Txõeki txihi hamiá uhitué

Suniatá kartenotú awê heruê

De acordo com o livro do Povo Pataxó (2011), nas anotações de uma viagem de Luis Tomás Navarro, da Bahia para o Rio de Janeiro, ele descreve o povo Pataxó como quem

“anda errante”, assim diz: “Gentio muito atrevido e valente, que não tem domicílio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça e frutos”. Essa ideia de nomadismo contradiz o nosso conhecimento, manejo e interação com o nosso território ancestral.

Nosso hãhãw (território) se estendia desde o extremo sul da Bahia, o estado de Espírito Santo e uma parte de Minas Gerais, incluindo o Vale do Mucuri ao Vale do Jequitinhonha (Arawê Pataxó, 2020). Para nós, toda essa região era nosso kijeme (casa). Não existe “andar errante” dentro do nosso próprio território, dentro da nossa própria casa, conhecíamos épocas propícias à nossa sobrevivência. Quando os colonizadores chegaram e invadiram o Brasil, a estimativa da população no Brasil seria de mais de 2.000.000 (IBGE,2023) de pessoas vivendo de diversas maneiras. As matas, as águas eram suficientes para a população, sabíamos sobre as medicinas que nos curavam, tínhamos nossas próprias espiritualidades. As únicas pessoas que andaram errantes foram os europeus que chegaram nesse território e pensaram que chegaram ao país da Índia.

Meu povo Pataxó tinha bastante conhecimento sobre o território, no trecho do livro “O Povo Pataxó e Sua História” o professor Kanátyo descreve:

Antigamente, nós, Pataxó, vivíamos exclusivamente da caça, da pesca e de frutas da floresta. A caçada e a pescaria eram realizadas com suas próprias armas e armadilhas. O arco e flecha, a borduna, a lança, o mundéu, o kisô, o fojo e muitas outras que nosso povo fazia. [...] Antigamente, tinha muitas farturas, nosso povo não passava fome e nem sede[...]. (Ytxay Pataxó, aldeia Mirapé, outubro de 2022).

Em outro trecho do livro “Cada dia é uma história” dos professores Pataxó é narrado: “O índio pataxó fazia o cozido com folhas de patioba; o buraco era feito na terra. Só comiam carne do mato cozida, assada e munquinhada.”. A Patioba é uma palmeira muito importante para meu povo. A Japira Pataxó fala que a Patioba cobre a aldeia dos encantados, é na mata que buscamos a força encantada, e a palmeira é a casa da Katubayá (Encantada das Matas). Meu avô Domingos Braz conta que a patioba era usada como forma de comunicação, quando um pataxó estava perdido na mata ele batia a folha até fazer um estalo alto. São inúmeros exemplos de como meu povo vivia na mata, a mata era o nosso kijeme, a maneira de andar e se alimentar fazia parte da nossa ciência.

Nosso olhar para a natureza é diferente do olhar do Indxihi (não- indígena), o professor Ytxay Pataxó, meu ipamakã (pai) relata que o Pataxó se movimenta de uma forma

circular dentro do seu território, ele anda em muitos lugares, mas sempre volta ao lugar de origem. Ele explica:

“Antigamente os Pataxó andando de maneira circular, sempre voltava para o mesmo lugar da onde ele saiu, e nós fizemos esse círculo também, só que nós não voltamos pra Barra Velha né, porque pai não quis voltar pra Barra Velha, mas mesmo assim, a gente voltou quase pro mesmo território, a gente foi lá por Minas Gerais, lá pro guarani, e do guarani, passamos pra Araçuaí que é quase Bahia e depois voltamos pra cá de novo, nós fizemos o círculo, mas foi no território, estado bahiano, voltamos para o mesmo espaço.” (Ytxay Pataxó, aldeia Mirapé, outubro de 2022).

5- Aldeamento Barra Velha

“Barra Velha minha terra querida, o meu chão de vida, é lá que eu nasci, tenho saudade de ti, estamos tão distantes, mas eu não te esqueci” (Kanatyo Pataxoop, música Barra Velha).

Barra Velha está na memória e oralidade de todos os Pataxó, na música de Kanátyo ele descreve o sentimento de todos nós, que somos filhos desse lugar, que o temos com nosso território. Apesar de ser um espaço de aldeamento forçado, foi também um lugar de resistência, uma estratégia que nosso povo ressignificou para viver. De acordo com as histórias, no ano de 1861, por decisão do governo da Província da Bahia, foi decretado o aldeamento dos indígenas. O objetivo era “amansar” os indígenas que já eram considerados catequizados pelos padres (Atxohã, 2011). A finalidade principal do aldeamento era facilitar a exploração da região, aumentar a produção de cacau e mandioca, exploração de madeiras e agropecuária. Outra questão seria a estratégia de expulsar a população considerada “índio de verdade” das vilas criadas na região, principalmente os da região chamada Vila do Prado-BA.

O aldeamento que está citado nos documentos da época faz referência ao rio Corumbau, os capuchinhos deram o nome de Bom Jardim devido às flores perfumadas que existiam no local, logo mais recebeu o nome Barra Velha. O aldeamento era o ponto de encontro de muitas etnias. A forma de viver em aldeamento modificou totalmente o modo

de vida pataxó (Atxohã, 2011), tivemos que aprender um novo modo de viver, a parente Nitynawã, uma jokana (mulher) que lutou pela demarcação da Reserva da Jaqueira, localizada no município de Porto Seguro- BA, fala que “perdemos a liberdade de ter a vida livre”, pois a partir daquele momento tudo tornou- se limitado, nossas casas tinham que ser fixas, de palha ou barro, tivemos que aprender a fazer roças. Os colonizadores estavam nos afastando de nosso Kijeme e limitando nossos movimentos circulares tradicionais no território.

“Quando chegou em 1961, o povo Pataxó e Maxacali foram pegos, quando nós passamos a ser aldeados, esse foi nosso primeiro aldeamento, ali foi tudo proibido pra nós, a caça a pesca já não podia mais. E de que iremos viver se isso era a nossa sobrevivência? Mas essa era a intenção do governo, era nos aldear, tirar nosso costume, para que nosso povo fosse dizimado. E ali ficamos lutamos para sobreviver naquele lugar.” (Nayara Pataxó, Aldeia da Jaqueira- BA, 2023).

No século XX, o povo Pataxó também sofreu com um episódio que ficou conhecido como o “fogo de 51” (Silva, 2013). Foi uma emboscada contra o meu povo Pataxó que foi cruelmente atacado por policiais e perseguidos em seu próprio território. Tudo começou nos conflitos em torno da criação do PNMP- Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1943, a intenção do governo totalitário do Estado Novo de Getúlio Vargas, era preservar as paisagens para o orgulho nacional do evento que eles disseram como “Descobrimento do Brasil” no ano de 1500. Portanto, para manter o PNMP como monumento, o governo autorizou que as populações ao redor deviam ser retiradas. Segundo Atxohã (2011) não havia referência de indígenas de Barra Velha no entorno do Velho Monte nos documentos do governo durante a criação do parque. A instituição que ficou responsável pelo PNMP era o Instituto Brasileiro Florestal- IBDF.

Para oficializar a criação do PNMP o governo enviou um engenheiro chamado Aurelino Costa Barros, conhecido como Dr. Barros. Ele chegou na aldeia Barra Velha para iniciar a delimitação do local, convenceu os indígenas a ajudar nesse processo alegando que tudo aquilo era para benefício da comunidade, eles ficaram encarregados de guiá-lo, abrir trilhas e carregar os equipamentos de medição. Quando o trabalho estava concluído, ficaram

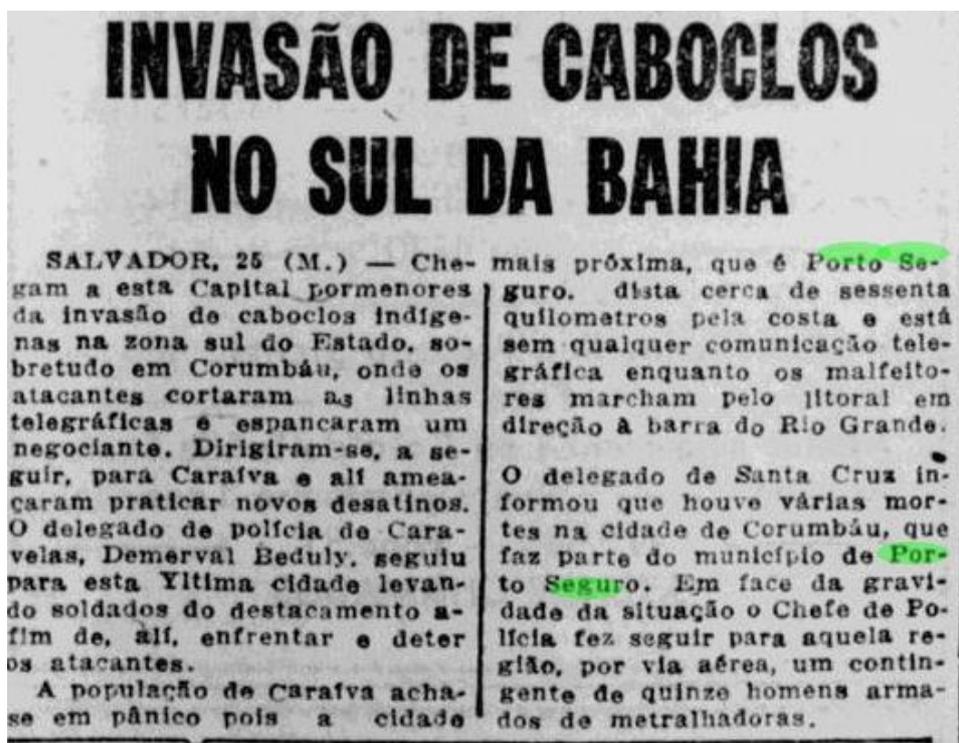
sabendo que naquele local iria ser um parque nacional e logo mais os indígenas seriam retirados dali.

Revoltados com a ameaça de perda do território ao redor de Monte Pascoal, os indígenas foram até a capital procurar o Serviço de Proteção ao Índio- SPI, o líder encarregado foi o Capitão Honório Borges mais dois parentes Pataxó. Eles viajaram até a capital do Rio de Janeiro a procura do Marechal Rondon, diretor do SPI. Eles conseguiram apresentar demandas da comunidade, inclusive a de demarcação da terra indígena Barra Velha. Eles foram garantidos que o governo iria iniciar o processo de demarcação enviando técnicos para começar os trabalhos. Todos ficaram felizes com a boa notícia.

Após algum tempo, misteriosamente apareceram 2 indivíduos se passando por tenente e engenheiro, disseram que estaria ali a mando do governo, como as lideranças da aldeia esperavam pela demarcação, os indivíduos ganharam a confiança e logo mais acarretou enormes conflitos na comunidade saqueando um pequeno comércio no povoado de Corumbau com ajuda de dois parentes que não sabiam do tal objetivo. Além disso, foram obrigados a cortar a linha de comunicação da região e logo após se esconderem numa igreja.

O Jornal “O Dia” com uma matéria explicitamente provocativa publicou o episódio como “Invasão de Caboclos”.

Figura 3- Reportagem retirada do jornal “O Dia” no ano de 1951



Fonte: O Dia, Curitiba, sábado 26 de maio de 1951, número 8.714

É notável que a matéria tem intenção provocativa e negativa contra os indígenas, colocando-os na posição de inimigos, uma vez que na região existiam interesses nas terras, contudo, gerar um conflito seria positivo para a desapropriação. A pressão e perseguição aumentaria com ajuda da população extremamente racista.

O professor, jornalista e fundador na Academia de Letras de Ilhéus, Nelson Shaun, publicou no jornal "Imprensa Popular" em junho de 1951 uma matéria narrando episódios que os Pataxó sofreram com o sangrento ataque partindo da polícia.

Figura 4- Matéria do jornalista Nelson Shaun para o jornal "Imprensa Popular"

IMPRESSA POPULAR

Espancamento, Prisão e Morte De Homens, Mulheres e Crianças

MINUCIOSA REPORTAGEM SÔBRE O INCÊNDIO E MASSACRE DE UMA ALDEIA PELA POLÍCIA BAHIANA — INQUÉRITO PROMOVIDO NA ASSEMBLÉIA CONTRA O "MAC ARTHUR DE CORUMBÃO" — TEM TODAS AS CARACTERÍSTICAS DE UMA PROVOCAÇÃO A SERVIÇO DOS GRILEIROS QUE PRETENDEM AVANÇAR NAS TERRAS DOS CABOÇOS

SALVADOR, 16 (Especial) — Foi minuciosa e documentada reportagem do Nelson Shaun, publicada pelo matutino "O Momento", desta capital, são relatados os sangrentos acontecimentos de Porto Seguro, que a imprensa interessada em defender grileiros e latifundiários tem deturpados. Os fatos são narrados desde o início. Há dois meses encontrava-se no Rio o capitão Honorio Borges, chefe dos caboclos da aldeia de Barra Velha, também chamada de Bom Jardim do Monte Pascoal, com o fim de pedir ao presidente da República ajuda para os caboclos. Abordado por um desconhecido, que se fazia passar por engenheiro e serviço do governo federal, ouvia dele que iria a Porto Seguro realizar uma nova medição oficial das terras de Monte Pascoal. Efectivamente, a 18 de maio, o suposto engenheiro desembarcou em Porto Seguro, acompanhado de outro aventureiro que se dizia tenente do exército. Ladroando os caboclos, os dois conseguiram arrastar alguns del.: ao assalto da casa comercial do Sr. Teodomiro Rodrigues Cerqueira, em Corumbão. O comerciante cari-

rido e a casa comercial saqueada.

TIROTEIO COM O DESTACAMENTO

Esse foi o pretexto utilizado pela polícia, comandada pelo

sul, a serviço dos grandes fazendeiros. Espalhou-se a notícia do assalto, além de muitas outras, de cunho alarmista, lançadas pelo major Arsenio apelidado de «Mac Arthur de Corumbão», e logo foram enviados contra os caboclos dois

constituído de 14 homens, e partiu de Porto Seguro, enquanto o outro partia de Caravelas, sob o comando do cabo Eugênio. Perto de Barra Velha os dois destacamentos se encontraram. E, na escuridão da noite, julgando ambos

fuga dos soldados de Caravelas, em verdadeiro pânico, deixando armas e bagagens. Esse foi o único combate travado em Porto Seguro, conforme as declarações dos próprios sargentos Laurival e Altino.

TERROR EM TODA A ZONA

as casas, aprisionando e espancando os caboclos, praticando as maiores atrocidades. Muitos foram amarrados às caudas dos cavalos e arrastados pela estrada. Diversam-se os comandados do major Integralista Arsenio Alves de Souza aproveitou a situação para desencadear o terror contra os caboclos. Depois de tirotear a aldeia durante várias horas, incendiou todas as casas, aprisionou e espancou dezenas de homens, mulheres e crianças, levando-os para Caravelas. Os demais encostaram para a mata. O capitão Honorio, homem de 85 anos, foi espancado a colle de fuzil, até ficar desacordado. Não houve possibilidade de resistência dos caboclos, que estavam desarmados. Alguns possuíam apenas espingardas de caça, de carregamento local. O assalto à aldeia não passa de um massacre, com o objetivo de avançar a propriedade de grileiros sobre as terras dos caboclos, que foram praticamente trucidados ignorando-se o número de mortos e feridos.

ASSASSINADOS OS AVENTUREIROS

A expedição de Arsenio prosseguiu, mata a direita, perseguindo os dois aventureiros, o suposto engenheiro e o sargento tenente. Cercados e presos, com eles foi encontrada uma arma automática, tomada do comerciante Teodomiro Rodrigues, mas sem munição. Apesar de se haverem rendido aos soldados, foram assassinados irremediavelmente, a tiros de fuzil, disparados pelo soldado Ambrósio e pelo guarda-linhas do Telegrapho Paulo Cruz, que serviu de guia ao destacamento. Uma jovem cabocla, que se encontrava na cabana dos aventureiros, enganada por eles ou arrastada à força, também foi assassinada com um tiro de fuzil disparado pe-

las costas. Os documentos encontrados com os dois aventureiros os identificam como Antonio Barbosa e Jorge de Tal.

CONTINUAM AS ATROCIDADES

Com o caminhar aberto para novas «razias» Arsenio continuou percorrendo as matas, caçando caboclos, praticando as maiores atrocidades. Muitos foram amarrados às caudas dos cavalos e arrastados pela estrada. Diversam-se os comandados do major Integralista Arsenio Alves de Souza, praticando as maiores atrocidades. Muitos foram amarrados às caudas dos cavalos e passando a chiloteá-los. Em toda a zona do sul é geral a indignação contra esses atos de banditismo, que visam intimidar os trabalhadores do campo, permitindo que os «caxerões» avancem mais profundamente seu domínio sobre as terras dos caboclos.

REPERCUSSÃO NA ASSEMBLÉIA

Esses fatos tiveram repercussão na Assembléia Legislativa. Abriu os debates, baseado na verídica reportagem de Nelson Shaun, o deputado Carlos Anibal. Responsabilizou a polícia, que enviou ao local o major integralista Arsenio Alves de Souza, para servir ao grande «caixeiro» contra os caboclos. Mostrou que os caboclos, desarmados pelo governo, estavam no direito de defender suas terras, não importando saber se foram ou não enganados pelos dois aventureiros, que bem podiam ser instrumentos dos «grileiros». Outro deputado, o sr. Wilson Lins, diz que o massacre realizado pela polícia foi «elementar e criminoso». Da bancada governista surgem apertes em defesa da polícia. Mas o deputado Wilson Lins, agitando na mão um exemplar d'«O Momento», afirma que esse foi o único jornal que narrou a verdade: não se deixando levar pelas falsas versões da polícia e do governo. O Sr. Carlos Anibal apresentou um requerimento, a fim de que a Assembléia



ATRAVES DO MUNDO

(Resumo Telegráfico das agências I. P. L. N. S. e Telegress).
 * GOREKI
 Em toda a União Soviética realizaram-se atos preparatórios as grandes comemorações que assinalarão o 15º aniversário da morte de Maxim Gorki, a 18 do corrente. Nos auditórios são feitas conferências sobre a vida e a obra do grande escritor. Os teatros estão encenando peças de Gorki.

capanga nazí-integralista major Arsenio Alves de Souza, para cometer um rosário de crimes selvagens na zona do

destacamentos policiais. O primeiro, comandado pelos sargentos Altino Calmon e Laurival José dos Santos, era

que estavam detrontando os caboclos, iniciaram um fogo cruzado que durou quase uma hora, e que terminou com a

Manobra Para Forçar a Alta do Arroz

A. I. R. G. A. pretende exportar quatro milhões de sacas em troca de juta indiana — Desabastecido o mercado interno — A crescente importação da juta ameaça liquidar por completo com a produção nacional

Apesar do encalhe de milhões de sacas de arroz nos Estados produtores, o povo está ameaçado com um novo aumento. A manobra parte, já se sabe, do Instituto Witzendense de arroz

o fomento da produção da fibra nacional. No entanto, logo nas primeiras reuniões ficou demonstrado que essa Comissão se interessava exclusivamente em manter as importações e eleva-

SOLUÇÃO PARA TUBARÕES

A solução para o caso da falta de juta faz parte da engenharia. Os interesses dos im-

Fonte: Jornal Imprensa Popular, junho de 1951

Ele logo expõe em sua reportagem o interesse que a imprensa tem em deturpar os fatos colocando os indígenas como provocadores de tal ataque, beneficiando assim os interesses de grileiros e latifundiários naquelas terras. Segundo o Plano de Gestão Territorial-PGTA Pataxó, no período de 1861 a 1950, o território Pataxó sofria pressão enorme dos exploradores de madeira e cacauzeiros. A ocupação aumentou o fluxo de fazendeiros na região, assim como a exploração de mão de obra barata dos indígenas. Muitos parentes e minha família relatam que para sobreviver trabalhavam nas fazendas ao redor. Minha avó Graça já contou que na década de 1950 e após também, não foi nada fácil para o povo Pataxó. Nesse tempo muitos indígenas trabalhavam para os fazendeiros da região. Eram trabalhadores das fazendas.

De acordo com o documentário “Memórias do Fogo de 51”, a polícia da cidade de Prado e Porto Seguro chegaram em Barra Velha com extrema violência contra mulheres, homens e crianças. Os dois não-indígenas foram mortos e o Capitão Honório preso. A violência da polícia durou por 30 dias, muitos parentes fugiram para as matas e se esconderam, outros não escaparam das torturas militares.

Nessa época minha bisavó estava em seu último mês de gestação e meu avô Domingos Braz, seu filho, relata:

“Nessa época de guerra minha mãe saiu corrida. Foi uma guerra muito feia, feia mesmo. O índio não tinha direito. As polícia chegou atirando com maldade. Uns fugiram pra mata outros não teve jeito não. Essa história é uma história que ninguém esquece.” (Domingos Braz Pataxó, Aldeia Mirapé, 2022)

Muitos parentes contam como foi esse massacre, está vivo na memória dos povos Pataxó, a parente Nayara Pataxó ouviu da sua mãe, uma sobrevivente, e agora registra em outras memórias:

“A minha mãe foi sobrevivente desse massacre, assim como ela outros contam pra gente que eles foram atacados ali, não esperava o momento, muitos não tiveram tempo para correr para se proteger, foram mortos ali mesmo, outros tentaram fugir pela mata pelo parque para se esconder, mas ela conta que lá eles eram caçados como se fossem bichos.” (Nayara Pataxó, Reserva da Jaqueira, 2023).

Depois dessa guerra, meu povo perdeu muito do seu território, não podiam caçar, coletar, tirar piaçava, entre outras atividades, os conflitos se intensificaram com o IBDF após a oficialização do PNMP pelo decreto Nº 242 de 29 de novembro de 1961. Nayara Pataxó fala um pouco desse conflito e como os Pataxó foram afetados tendo o direito ao território negado, assim:

“Houve a proibição da pesca no mar pra nós, não podia mais pescar, aonde a pesca ali pra nós era pra sobrevivência nossa né, ali naquele lugar que era beira de praia né. O IBDF era tão malvado que cercaram o mangue todo com arame farpado, depois vieram com veneno, jogaram veneno no mangue e matou todos os caranguejos, aí como ia se alimentar se tava tudo envenenado? A pesca proibida, a caça nem se fala, que logo fomos aldeado proibiram a caça pra nós.” (Nayara Pataxó, Reserva da Jaqueira, 2023).

Além disso, houve a negação forçada da identidade, perda dos costumes e a língua. Nesse trecho ela reforça.

“Ali ficamos lutando pra sobreviver, já que não podia mais sair dali. Aí só foi luta pra nossos anciões, nossas lideranças mais velhas. Por que a aonde nós éramos vistos, éramos mortos, passamos a ser vistos como bicho, como animal né, passamos a nos esconder, negar nossa identidade, não podia nos identificar como índio, toda nossa cultura e inclusive nossa língua que não podia ser mais falada.” (Nayara Pataxó, Reserva da Jaqueira, 2023).

Foi a partir desse momento que lentamente começamos a nossa grande luta pela demarcação do nosso território e pela defesa dos nossos direitos (Atxohã, 2011).

“Eu vou contar agora/ O que aconteceu/ No ano de 51/ O que meu povo sofreu Teve índio que sofreu/ Pensando que ia morrer/ Com as mãos amarradas/ Impedido até de comer Eu vou pedir/ Ao povo do Brasil inteiro/ Para dar apoio ao índio/ Pois somos todos brasileiros Outros correram para bem longe/ Pensando que estavam em paz/ Quando olharam pra frente/ Quase caíram pra trás/ Tinha um grupo

de homens/ Todos estavam armados/ Prontos para destruir/ A vida daqueles coitados Eu vou pedir/ Ao povo do Brasil inteiro/ Para dar apoio ao índio/ Pois somos todos brasileiros Se o índio tivesse direito/ Como outra nação tem/ Não existia conversa/ De nada também Eu vou pedir/ Ao povo do Brasil inteiro/ Para dar apoio ao índio/ Pois somos todos brasileiros.” (música do povo Pataxó em memória ao massacre de 51).

Trinta anos após o massacre, algumas famílias começaram a retornar para a aldeia Barra Velha. Outros parentes não voltaram, alguns foram para as proximidades do Rio Corumbau como é o caso da família do meu avô Domingos Braz. Meu avô conta que a liderança Honório os chamou para voltar para Barra Velha para ajudar na luta pelos direitos:

“Fica pertinho de vale verde, aí moremo aí uns 3 anos (perto do rio corumbau), aí depois moremos em arraial d’ajuda uns quatro cinco anos. Aí Epifânio que era o cacique lá da aldeia, mandou buscar nós porque eles ia pra Brasília e precisava de nosso apoio, aí mudamos todo mundo pra Barra Velha, aí ficuemo lá, ficuemo muitos anos, sabe, aí quem nunca saiu de lá foi Arbino e os outros também que nunca saíram, teve um tempo que saíram todo mundo de barra velha, barra velha ficou limpo de gente. Hoje tenho uma irmã Pagona que mora no Pé do Monte.” (Domingos Braz, Aldeia Mirapé, 2023).

A luta pela demarcação do território se fortaleceu diante de muitos conflitos e revoltas, em decorrência do assassinato do seu irmão Alfredo Braz que era uma das lideranças de Barra Velha, mais a perda de uma filha de 5 anos por falta de acesso a saúde e transporte, meu avô saiu da aldeia Barra Velha, se mudando para fazenda Guarani, território Pataxó em Carmésia, Minas Gerais. Meu pai Ytxay conta que sua família “acabou desgostando” de Barra Velha por tanto sofrimento causado por violências, começando assim uma outra vida.

6- “Vida de Chegante” - Reterritorialização na Fazenda Guarani

O território é o lugar que marca nossa cultura, porque é nele que produzimos tudo o que faz parte da nossa cultura. O nosso território é como um retrato que mostra tudo o que tem na nossa cultura”. Luciene Pataxó

Foto 10 - To'á Kaninã, Dona Bernarda, Natalina Pataxó, Tica Pataxó fazendo trajes tradicionais de Taboa na Fazenda Guarani em 1994.



Acervo To'á Kaninã

A Fazenda Guarani pertencia ao coronel Magalhães que era de ascendência europeia. Depois de sua morte, em 1946, as terras passaram a pertencer ao Estado. A fazenda era um polo de produção agrícola, abastecia as regiões vizinhas e o estado do Rio de Janeiro. Localizava-se no município de Carmésia, nas proximidades da capital Belo Horizonte e Serra do Cipó, num bioma de Mata Atlântica. No ano de 1972, a terra foi doada à Funai (Fundação Nacional do Índio) através de permuta com o governo mineiro, em troca das terras krenaks, município de Resplendor, que estavam sendo invadidas por fazendeiros desde a época do SPI. Conseqüentemente, houve a transferência dos indígenas que estavam confinados no posto Guido Marliére, no Reformatório Indígena Krenak (RIN), no Vale do Rio Doce, para a Fazenda Guarani, que seguiu como prisão até o final dos anos de 1970. A Funai ainda tentou devolver as terras para o estado na época da “desmilitarização”, mas os

indígenas que ali residiam resistiram. Os grupos familiares, entre eles a minha família, começaram a reivindicar autonomia.

Esse período de transição, designado como o “tempo da dureza” foi marcado por muitas lutas. Os grupos familiares se espalharam pela fazenda, plantando roças de milho, feijão, arrendando pastos, negociando animais (bezerro e vacas), viajando para Belo Horizonte para vender peças artesanais e realizar apresentações nas escolas a fim de obter apoios diversos com vistas a assegurar o direito de permanência na fazenda, após a desativação do RIN. (SOUZA, 2015, pág. 83).

Minhas duas famílias relatam a dificuldade em se readaptar nesse lugar, pois era uma realidade forçada, não tinham outra opção a não ser resistir ali. Meus dois avós Domingos Braz (Pataxó) e Eugênio Pankararu eram funcionários da Funai, na época faziam serviços braçais, cuidavam da propriedade, dirigiam tratores, dentre outras atividades. Os dois foram transferidos para a Fazenda Guarani e se estabilizaram ali. Era também um lugar que muitas famílias viam como melhor, por conta da facilidade de acesso a outros meios de saúde e alimentação. Ressaltando também que os territórios desses povos viviam em constantes dificuldades para sobrevivência, na minha família Pataxó especificamente ocorreram duas mortes que ocasionaram o “desgosto” por Barra Velha por parte do meu avô Domingos, assim como muitas famílias que decidiram não mais voltar por conta dos traumas gerados pela violência. Meu Pai Ytxay (César Braz) relata como foi sair de Barra Velha e ir para lá, ele lembra também a presença da minha família Pankararu já morando lá, mas na época tinha ido para Pernambuco visitar a aldeia-mãe:

“Eu nunca pensava de sair de Barra Velha assim né, deixar nossos avô e tia pra trás, foi muito muito triste assim, a despedida né, e aí nós pegamos esse caminhão, vô ficou lá do outro lado do rio mais vô chorando, e nós fomos embora, sumimos, todos triste chorando também né, nós entramos nesse caminhão sentamos lá e pronto, quem buscou a gente foi um motorista chamado Juvenil, motorista da Funai, e viemos embora, meu deus do céu tristeza, foi triste demais, foi nossa tristeza pior que teve, deixar a família pra trás. A

gente escrevia carta pra mandar pelo correio pra Barra Velha. Chegamos no Guarani nossa! Um trem esquisito nadado, cheio de morro parece que a gente estava preso naquele Guarani velho. Tinha pouca gente, tinha o povo de Seu Manel, Seu Nilson, Bastião, Divino, era um pessoal que tinha ido para lá já também, na época que guarani era presídio né. E aí morava lá Sapucaia, Seu Manel, Vavá, aí tinha Bastião, Divino, tinha Krenak também, Manelão, Zoim, Gonzaga. Seu avô Eugênio já morava lá, quando nós chegamos lá ele tava lá para Pernambuco estava lá eu acho que estava indo visitar.” (Ytxay Pataxó, Aldeia Mirapé, 2022).

Ele relata também a dificuldade que foi em adaptar a Fazenda Guarani, por ser um ambiente totalmente diferente do tradicional ancestral onde tinha o mar, o peixe e os mariscos, então tiveram que se adaptar forçadamente a viver um outro modo de vida. Ele conta:

“Os córregos eram tudo cheio, tudo amarelo de lama, e a gente ficava assim, “meu Deus do céu que lugar assim feio danado, água suja” e a onde a gente ia pegar peixe, se não tem peixe? A onde que a gente vai comer farinha, se não tem farinha? porque quem é acostumado a comer só o pirão mesmo... E aí que a gente foi comer feijão arroz macarrão e foi com esses trem né, a gente nunca tinha comido essa coisas. Aí fomos comer esses negócio, aí eu sei que até hoje o frango de granja que eu comia, armaria! Não gostava não, depois acostumamos a comer a comida que a gente come hoje, mas custou a gente se acostumar com o ambiente, com a alimentação, com gente que eu nunca tinha visto e o frio também, aí foi uma outra história mesmo assim né, saímos do lugar que a gente nasceu cresceu até certo ponto, com tipo de cultura de diferente né, tipo de alimentação diferente, mudar para outro lugar, Nossa! É ruim demais viu, muito ruim, a pessoa até acostumar é muito complicado principalmente com alimentação que a gente tinha né, como a dança também, mas ficamos lá e pai já trabalha na Funai também né, aí pai começou a trabalhar, aí pai conseguiu um lugarzinho para fazer uma casa lá no

Imbiruçu, foi a primeira casa também que fez lá embaixo, de taipa e arrumou todinho, nós embarriamos a casa e foi viver outra vida, outra vida de chegante né.” (Ytxay Pataxó, Aldeia Mirapé, 2022).

Minha Família Pankararu também conta essa dificuldade de adaptação a essa “outra vida de chegante”. Tio Dery fala da tristeza e da vontade de voltar para o Goiás, lugar onde sua família estava morando.

“Fazenda Guarani assim, no início, foi um pouco meio difícil. Goiás não é um lugar frio é um lugar temperado no máximo que quando chega o frio lá é um friozinho leve, o guarani já era gelado, tanto é que quando nós chegamos lá de muitas vezes a gente chorava poder voltar para o Goiás né, mas aí foi muito complicado.” (Deryvaldo Pankararu, Aldeia Apukaré, 2023).

Mãe também fala do frio do “Guarani”, era algo que todos reclamavam quando foram forçadamente para lá. Quando revisitamos essa memória nos momentos em família e na convivência entre parentes era algo comum de escutar. Ela conta da vez que foram definitivamente para o Guarani, sobre o início dos seus estudos no município de Carmésia. Nessa época já estava empregada e já era de maior idade:

“Chegamos lá a primeira vez, um frio! Mas a gente tinha ido lá antes, mas foi atrás de vô, quando nós chegamos lá tinha Guarani, tinha Tupinikim, tudo amontoado, tinha Krenak, os krenak não estavam no krenak (território), estavam tudo na Fazenda Guarani. Antes na Fazenda Guarani, eu tinha ido lá, mas eu era muito pequena, depois é que eu falei que eu queria ser enfermeira pra voltar pra cuidar de vô, porque aí nós voltamos, andamos um bocado, depois que eu tive 18 anos eu voltei [...] E dessa primeira vez quando a gente era criança, quando a gente voltou que a gente já era adulto aí que pai já veio funcionário e eu também aí a gente não quis sair mais, eu fui fazer um ensino médio fui a primeira aluna indígena de Carmésia. Da escola do ensino médio, eu que inaugurei aquela escola, o meu nome

tá lá na primeira turma.” (To’á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

A partir dos anos 1980, quando a luta do movimento indígena começou a se fortalecer, iniciou-se a formação de uma aldeia. Bicalho (2010) afirma que o movimento indígena no Brasil, baseado em organizações indígenas, teve início no período de 1974 a 1980, com a realização de assembleias indígenas apoiadas, principalmente, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Esses encontros tinham como objetivo a organização e mobilização de indígenas diante da violência cometida contra esses povos. Na década de 1980, com apoio de aliados, o movimento indígena ganhou força política e começaram a surgir organizações regionais e nacionais.

Por sua vez, lideranças do estado de Minas Gerais começaram a lutar pelos direitos territoriais, por demarcação da Fazenda Guarani, pela educação e saúde. Mãe conta que sua mãe Benvina era uma das pessoas que incentivava o fortalecimento cultural Pataxó, ela corajosamente falava da importância da cultura, das músicas tradicionais e do espaço educativo.

Ela era a técnica em enfermagem, juntamente com o pai e a família dava assistência para os Pataxó. Em certos momentos, questionou se poderia intervir em conflitos internos ou de outras etnias, mas ela trabalhava mesmo assim sem nenhuma estrutura, contando que a Funai não tinha uma administração muito boa na época, não havia apoio. Foi nesse processo que ela conheceu Baiara, Sikwara, Kanátyo, Nete entre outras lideranças importantes no estado de Minas Gerais.

Ela relata o início da retomada cultural protagonizada por Kanátyo Pataxoop, seu pai Jonga e Bayara, todos da família tradicional Braz, que são consideradas raízes da aldeia mãe Barra Velha. Ela relembra também quando começou a colocar os nomes indígenas nas crianças como forma de retomar nossos nomes tradicionais. Ninguém tinha nome indígena, aí mãe falou “cadê a cultura de vocês? Traz a culturas de vocês aqui” foi quando começaram a revitalizar a cultura conseqüentemente.

Mesmo inserida nessa ambiência, minha mãe teve um papel muito importante em aldeias em MG e ES, como por exemplo em iniciar o resgate dos nomes das crianças na língua, em uma realidade que os cartórios negavam os nomes indígenas. Ela estava se tornando uma liderança juntamente com outros indígenas no estado de Minas Gerais. Vale ressaltar que a família Pankararu contribuiu muito para a conquista de direitos como a saúde, educação, cultura e território.

Ela recebia os nomes de outras etnias, com a convivência com povos de outros estados e de culturas diferentes, ela aprendeu muitas palavras nos idiomas com as quais viveu. Seu primeiro nome indígena era “Uakyrê” que significa lua cheia, ela o recebeu do povo Xerente, mas após o nascimento de minha irmã ela repassou seu nome. Segundo ela o cartório quase não aceitou meu nome, mas por ser uma pessoa firme, ela conseguiu registrar meu nome que significa “estrela cadente”, os nomes dos nossos parentes não eram considerados “nomes de gente” pela sociedade e pelo cartório. Insatisfeita com isso, minha mãe fez esse retorno da identidade.

Quadro 1- Nomes indígenas que To’á colocou nas crianças que nasceram nas aldeias de Minas Gerais, iniciando a revitalização da língua indígena e influenciando outras famílias.

Nomes indígenas colocados nas crianças por To’á Kaninã	
Wydjarure	Aykewara Haranari
Sekwaí	Wakaynê
Riredi	Tyxaya
Tshaká	Wakrewá
Rurinã	Ytxawí Arat’sé
Sinaré	Nehewane
Amynoaré	Ytxwara

Segundo To’á, a revitalização da cultura foi crucial para diminuição dos conflitos internos que existiam com reforço do Estado, em uma das falas ela demonstrou o quanto funcionários da Funai não se importavam com as condições da Fazenda Guarani, se houvesse conflitos ou até mortes, eles alegavam que não tinham “nada a ver”, eram ditas falas como “os índios é que se resolvam”. Vale lembrar que indígenas de diferentes regiões, vivências e entendimento foram obrigados a ficar ali, todos com traumas por conta das violências em seus territórios, longe dos seus costumes alimentar, espiritual e físico, além do mais sem nenhuma assistência e qualidade de vida, o fortalecimento da cultura foi fundamental para que a comunidade começasse a se organizar e lutar pelos direitos.

Foto 11- To’á Kaninã, Sijanete Pataxó com o bebê, Elizabete Pataxó, Nataloema Pataxó (Filha de Sijanete), Nilson Pataxó (Pai de Elizabete), Dimas Pataxó (Filho de Nilson),

Loro Pataxó, Neca Pataxó, Ronialdo Pataxó, Bayara Pataxó na semana dos povos indígenas em Belo Horizonte- MG em 1990.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Nesse trajeto de luta pelos direitos indígenas a partir da década de 1980, ela encontrou com muitas lideranças indígenas, com sua família participou de mobilizações, como por exemplo a ECO-92 ao lado de lideranças como Raoni, Davi Kopenawa e Mário Juruna. Muito aprendizado, muitas alianças.

Foto 12 e 13- To'á Kaninã com o Deputado Federal Mário Juruna Xavante na ECO-92 no Rio de Janeiro- RJ e sua mãe Benvina em protestos em Brasília- DF também nos anos 90 em momentos de defesa dos direitos indígenas juntamente com o cacique Raoni Kayapó.



Acervo: To'á Kaninã Pankararu

Foto 14 e 15- To'á Kaninã juntamente com lideranças Yanomami em protesto em Brasília- DF e ela e o cacique Bayara Pataxó no Encontro de Povos Indígenas da América Latina juntamente a uma parente representante Guatemala em Santa Maria- RS



Acervo: To'á Kaninã Pankararu

Filha de kamuhuá

Busco a força que vem do barulho das águas, ele grita meu nome, chama meu povo, é Kamuhuá que traz a palavra e benze meu corpo. Kanã nuhatê torotê txõg, Io txôpay parnen niamitãg.

Luto pelo bem viver, somos força, somos cura. Sagrados, filhos das águas, meu corpo é terra firmado de raiz.

Raízes me abraçam, nutre do que me falta.

É olhando para trás que tenho força para ser futuro.

Arnã mê´á txihi, arnã me´á xohã petoi´xo puhuy ug akuã. Caminhamos nas pegadas das nossas antigas, nossas memórias é o que nos mantém vivas, são registros, é o que fica, é afetiva. Somos movimento através das narrativas.

(Ytxaha Pankararu Braz).

7- O povo Pankararu: memórias e resistências.

Foto 16- To'á Kaninã e seus pais Benvina e Eugênio Pankararu, na Fazenda Guarani, anos 90.



Acervo: To'á Kaninã Pankararu

“Quando Sântsé criou o mundo (universo), ele se preocupou muito com as águas, por isso criou muitos rios, riachos, lagos, lagoas e suas nascentes. Um desses rios foi o fabuloso Opará (rio São Francisco). Em seu leito preencheu com diversos seres vivos, dentre esses, o povo Pankararu.

(História do surgimento do povo Pankararu contada por To'á Kaninã Pankararu e repassada por Tereza Mbako-Mbako Pankararu, sua tia materna.)

A aldeia Mãe dos Pankararu se chama Brejo do Padres e fica localizada em Pernambuco, um lugar que meus avós guardam na memória. Segundo Arruti (1996), Brejo dos Padres foi um aldeamento que reuniu indígenas de diferentes etnias, muitos indígenas provenientes de fugas, deslocamentos ou vindos de outros aldeamentos que foram extintos. A aldeia Pankararu teve sua origem num aldeamento por ordem de São Felipe Néry nos fins do século XVIII.

Os primeiros registros do povo Pankararu datam em 1702. Constam em um relatório referente à aldeia Nossa Senhora de Ó, aldeamento formado pelos missionários Jesuítas na Ilha de Sorobabé no Rio São Francisco. O etnônimo “Pancararu” faz referência a 3 grupos: Kararúzes (Cararús), Porú e Tacaruba. Entre 1696 e 1702 os Pankararu e Poru foram agregados no aldeamento de Nossa Senhora de Ó. Mais tarde, esses dois grupos também foram localizados no aldeamento Beato Serafim em 1846 e no de N.S de Belém em 1845, organizados por capuchinhos italianos nas ilhas da Vargem e do Acará localizados no São Francisco. Os Pankararu são parentes dos Pankararé. Estes dois povos teriam se separado a partir de um desmembramento de um primeiro aldeamento no Curral dos Bois (BA) (Arruti, 1996).

A construção da aldeia Brejo dos Padres na proximidade da cidade de Tacaratu (PE) é um exemplo da estratégia etnocida colonial, a intenção era que a população indígena se misturasse progressivamente com a população do município até desaparecer como população culturalmente diferenciada.

Figura 5- Tronco da língua Pankararu

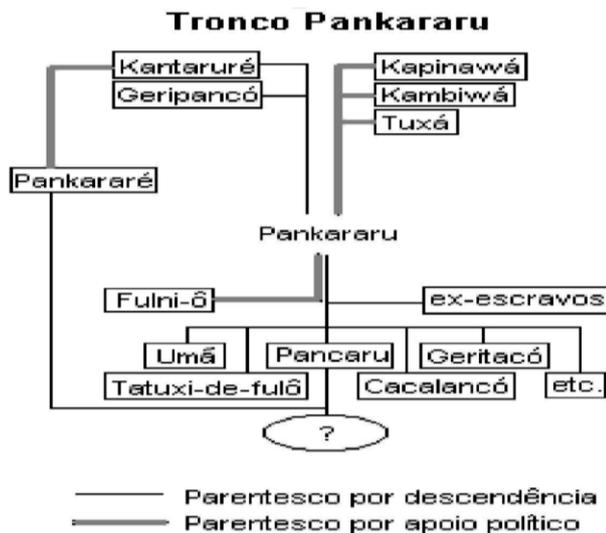


Figura retirada da pesquisa de mestrado de José Maurício Arruti (1996, p. 25).

Os jesuítas provavelmente foram os primeiros a estabelecer aldeamentos no rio São Francisco em 1650, acompanhados por capuchinhos e oratorianos. Estes últimos fundaram 5 aldeias em Pernambuco e Ceará na metade do século XVII. Em 1700, o rei de Portugal escreveu ao governador de Pernambuco exigindo a implantação de novas missões religiosas para acelerar o povoamento e fornecer tropas para evitar a resistência de indígenas. O processo dos aldeamentos gerou conflitos e “prejuízos” para a mão de obra na região. Em 1775, os missionários perdem seus poderes sobre os aldeamentos que, no ano seguinte, são transformados em vilas com incentivo de casamentos entre portugueses e indígenas (FARAGE, 1988, CUNHA, 1992, HOORNAERT, 1992 apud ARRUTI, 1996).

Em 1878, o aldeamento de Brejos dos Padres, que reunia 350 indígenas, foi extinto por ordem imperial. As terras foram divididas e os indígenas passaram a viver com membros de Jatobá e Tacaratu, municípios vizinhos da aldeia. Os Pankararu têm uma longa história de resistência. Desde 1931, encontram-se em um processo contínuo de negociação com o Estado sobre suas terras e buscam projetos econômicos de subsistência. Na década de 1930 meu povo foi registrado pelo pesquisador Carlos Estevão de Oliveira.

Foto 17 e 18- As Forças Encantadas, Dança e Ritual entre os Pankararu



Fonte: Ensaio Fotográfico de Renato Athias & Sarapó Pankararu com as fotografias de Carlos Estevão de Oliveira, 1937.

Um momento marcante na história do povo Pankararu no estado de Pernambuco é relacionado aos conflitos territoriais por motivos da implantação de projetos para irrigação a partir de 1930, pela Companhia Industrial e Agrícola do Baixo São Francisco. Em um trecho do pesquisador Carlos Estevão ele descreve sobre sua passagem sobre o projeto de irrigação na região do território Pankararu:

Tive a satisfação de acompanhar o dr. Liebig à cachoeira de Itaparica. Esse fato proporcionou-me, primeiro: a agradabilíssima surpresa de ver o adiantamento das obras que estão sendo executadas pela referida Companhia e que representam um empreendimento de valor real para Pernambuco.

(OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e algumas Notícias sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste).

Nos anos seguintes, o território sofreu mudanças e impactos, a partir da instalação da Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (CHESF) em Itaparica, muitas famílias tiveram que sair, inclusive minha família. Além de tudo isso, houve a prisão do meu bisavô Antônio Ventania na ditadura militar, levado para cadeia ou “campo de concentração” no estado de Minas Gerais. A partir de então, minha avó Benvina Pankararu juntamente com a família iniciou a jornada forçada a procura do pai “Ventania”, ela viveu por outros estados e aldeias até encontrá-lo em Minas Gerais.

Durante os anos de chumbo, após o golpe de 1964, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve silenciosamente em Minas Gerais dois centros para a detenção de índios considerados “infratores”. Para lá foram levados mais de cem indivíduos de dezenas de etnias, oriundos de ao menos 11 estados das cinco regiões do país. O Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), eram geridos e vigiados por policiais militares. Sobre eles recaem diversas denúncias de violações de direitos humanos. Os “campos de concentração” étnicos, em Minas Gerais, representaram uma radicalização de práticas repressivas que já existiam na época do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – órgão federal, criado em 1910, substituído pela Funai em 1967. Em diversas aldeias, os servidores do SPI, muitos deles de origem militar, implantaram castigos cruéis e cadeias desumanas para prender índios. (André Campos para o site Pública, em 24 de junho de 2013).

Nesse tempo de muitos conflitos e repressão, assumir nossa identidade era um ato de muita coragem, justo na época da Ditadura Militar que o projeto de etnocídio estaria em curso, principalmente com a atuação do SPI com seu discurso de “integrar os indígenas a sociedade”, de acordo com Valente (2017), o órgão operava para transformação dos indígenas em trabalhadores rurais, para fazerem parte da “Comunhão Nacional” operando contra a história e identidade dos povos.

O Serviço de Proteção ao Índio- SPI foi fundado em 1910, com objetivo de localização da mão de obra, nacionalização do interior, abertura de terras, diminuição de custos da “fronteira”. Visava a “proteção” aos indígenas, fixação de mão de obra não estrangeira no campo, assumindo o perfil de uma agência de colonização. Ao qual as funções seriam:

- “Treinamento técnico para a força de trabalho”.
- Controle do acesso à propriedade.
- Treinamento para mão de obra nos postos indígenas e em centros agrícolas.

Somente em 1918, o SPI perdeu sua parte no LTN (localização de trabalhadores nacionais), porém mantendo o objetivo de integração de indígenas e transformá-los em produtor rural. A visão tida era que o indígena era um *estado* a ser superado, esse controle levou a figura jurídica da ideia de Tutela, que foi introduzida no código civil no ano de 1918, com intenção de atrair e pacificar grupos indígenas que resistiam ao avanço da fronteira agrícola no século XX.

A resistência Pankararu tem uma história muito longa e não se apresenta como uma atividade recente, desde 1931 encontram-se em um processo contínuo de negociação com o Estado sobre suas terras em busca de projeto econômico de subsistência. As terras Pankararu foram identificadas em 1940 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 14.294 ha, porém apenas 8.100ha (Terra Indígena Pankararu) foi demarcada em 1996, e recentemente, em 2003, foi iniciado o processo de demarcação do restante, ou seja, 7.800 (Terra Indígena Entre Serras). (Athias, R. M,2007. 33).

De acordo com a história do povo Pankararu, apresento aqui um diálogo comigo e minha avó. Ela relembra sobre o principal ritual Pankararu na aldeia mãe Brejo dos Padres, Corrida do Imbú, onde ela participava. Em certos momentos existe a interação com a planta sagrada cansaço², onde homens e mulheres seguram ramos para dançar no terreiro. Para outras pessoas a planta causa coceira, ela narra que ela não sentia.

- A gente mesmo não sentia não, é mesmo que mato. Eu dançava, depois que terminava, chegava de noite e ficava tirando os espinho. ela dizia.

- E dançar no cansaço é todo domingo? pergunto.

-3 domingos, se dançar o primeiro, tem domingo de novo, tem um outro domingo.

Ah! minha filha eu ficava cheia dos espinho. Chegava de noite ficava catando assim, chega era uns espinzinho de cansaço. Minha mãe

² O cansaço ou urtiga brava (*Jatropha urens*) é uma planta sagrada na tradição Pankararu, acreditamos que ela afasta a energia ruim. Na época do tradicional ritual da “corrida do umbu”, homens e mulheres seguram um ramo de cansaço enquanto participam do toré (manifestação que envolve dança e cantos).

mais meu irmão ficava tudo melado de tôá, as moças ficavam tudo danadas, eles falavam tú vai mesmo? (dançar). Aí eu falei.

- Vou! Quando eu peguei o cansação e saí no meio delas (fazendo o som do toré com a boca). Eu me lembro da primeira vez que eu botei o Cesto, em um domingo coloquei um cesto, em outro domingo botei outro cesto, no outro domingo é o terceiro. (Vó Benvina Pankararu, Aldeia Apukaré, 2023).

8- Ventania Pankararu: O croá que é trançado forte é difícil de soltar

Foto 19- Meu bisavô Ventania Fumando seu Campiô na Terra Indígena Krenak, lugar onde ele foi preso no reformatório Krenak, ano de 1980.

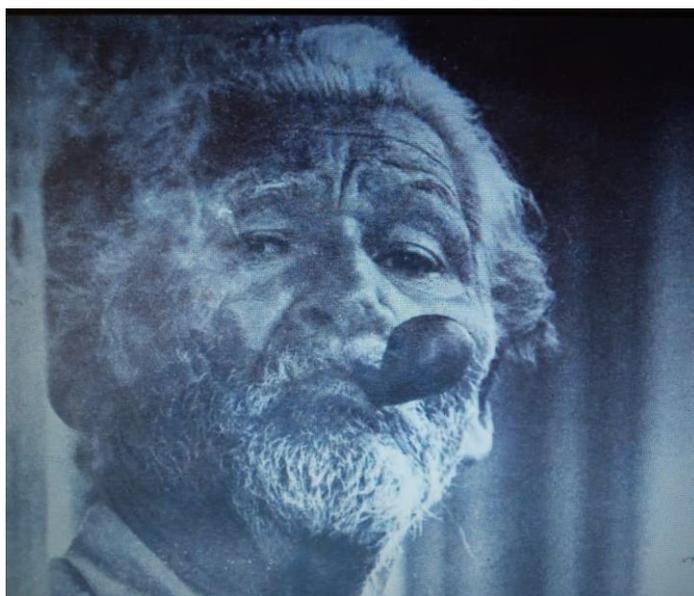


Foto: Geralda Chaves Soares.

As lembranças compartilhadas sobre Antônio Ventania são com muitas risadas, como quem conta a história de alguém histórico, que foi firme nas posições políticas e na vida, a alguns geravam medo. Na roda de histórias, ele contava causos “pesados para uma criança ouvir”. Assim que ele foi descrito por minha mãe, sua neta. Na roda da fogueira ele fumava seu Campiô (cachimbo Pankararu) falava sobre sua valentia com quem lhe desrespeitava. Com os pés sempre descalços, ele caminhava pelo território Krenak,

município de Resplendor, Minas Gerais, local onde ele sofreu seu último exílio juntamente com outros parentes na época da Ditadura Militar. Eu pergunto:

- Deu tempo de você conhecer ele, mãe?

Ela respondeu:

- Deu, mãe foi lá visitar vô, no krenak, na cadeia, e vô com vô Ana. Nós fomos no krenak, ficamos uns 3 meses, vô fazia uma fogueirona, ficava contando caso [...] os krenak morria de medo de vô. (To'á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023)

Meu bisavô Antônio Vieira foi um dos indígenas presos na Ditadura Militar e levado para a cadeia ou “campo de concentração” no território krenak, no estado de Minas Gerais. Minha vó Benvina então resolveu sair a procura de seu pai, minha mãe tinha apenas 1 ano de idade. A aldeia mãe também estava em conflito com posseiros e projetos que chegavam no território na época. Vó, juntamente com a família, iniciou uma jornada forçada, consequentemente viveu em outros estados e aldeias em busca de pistas, tudo que ela tinha era informações parciais dadas por pessoas que ela encontrava no caminho e colhia informações onde pudesse.

No trajeto dessa jornada, meu avô Eugênio arrumava trabalhos para sobreviver e sustentar a família. Antes de ser empregado eles andaram em muitos lugares, pois não sabiam onde era Minas Gerais, onde estava Ventania. Foram até a Chapada dos Veadeiros, segundo minha mãe, lá tinha muito garimpeiro, marreteiro e trabalhos relacionados à mineração. Ela relata:

“Aí que pai pegou pesado, eles colocavam os marreteiros pra quebrar aquelas pedronas, era brita. Usavam mão de obra barata, índio e negro, nós fomos parar lá em Alto Paraíso, São João da Aliança, em Goiás. Daí pai ia andando, onde tinha emprego pai ia, aí depois que ele entrou na Funai, ele só andou nas aldeia.” (To'á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Foto 20- Irmãos Cleide, Ivan (To'ê) e To'á depois de adultos retornando à região agora com filhos e netos, ano de 2023



Acervo: To'á Kaninã Pankararu

Meus avós sempre foram atrás da Funai, mãe conta que funcionários fizeram testes mostrando artesanatos de outros povos perguntando se os mesmos eram Pankararu. Mostraram uma boneca Karajá, mas vô Eugênio falou que os Pankararu não faziam aquele tipo de artesanato, então eles mostraram o artesanato do povo até vô confirmar, então começou a falar um pouco sobre nossa cultura. Vô Eugênio foi contratado como trabalhador braçal, trabalhava nas aldeias em que a Funai atuava, onde a instituição o mandava ir, ele ia. Com isso minha família conviveu com vários povos indígenas, como por exemplo os Karajá, os Javaé, os Xerente, os Apinajé, os Krahô, os Xavante e os Guarani Kaiowá. Em alguns casos foram constituindo laços, como é o caso do povo Xerente. Nesse percurso, os meus tios foram nascendo e crescendo em territórios diferentes. Os partos dos meus tios Deryvaldo

e Ivanildo (To'ê), por exemplo, aconteceram em território Xerente, no estado do Tocantins. Eles contam que quando uma mulher xerente faz o parto de uma criança, ela é considerada como parte da família, se a parteira tem filhos, o recém-nascido e os filhos da parteira são considerados irmãos. Por isso, meus tios consideram que têm “familiares” no território xerente

Fotos 21- Irmãos de meus tios Pankararu na Terra Indígena Xerente – Aldeia Funil, Miracema do Norte, anos 80.



Acervo pessoal To'á Kaninã Pankararu

Para a minha avó, esses meus dois tios estavam “virando” Xerente. Eles falavam a língua, viviam a cultura, conheciam todo o território, para ela isso não poderia acontecer porque eles eram Pankararu e ela sentia a necessidade de partir.

Tio To'ê conta:

“A gente falava outra língua, até hoje a gente ainda fala, não 100% como era, mas a gente fala muito. E a minha mãe por ser Pankararu falava, “Não, estão roubando meus filhos aqui, eles vão virar Xerente, e eu sou Pankararu!”, mas assim, a gente sempre estava mudando de lugar e lá o costume deles lá, uma vez.” (Toê Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023)

Quando o menino Pankararu está crescendo, ele passa por um ritual denominado “Menino do Rancho”. O rito é considerado a passagem do menino, ele é protegido e curado

pelo praiá por toda sua vida. Dentro da minha família o encantado protetor é o Cinta Vermelha. Depois que vó Benvina Pankararu saiu do território, ela fazia questão de levar os filhos para o Brejo dos Padres para passar por esse ritual tão importante para a família. Foi nos 12 anos de tio Dery que ele fez esse ritual de passagem.

Foto 22- Tio Dery Pankararu no preparo para o ritual Menino do Rancho, Fazenda Guarani, 1980.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Nessa época, as famílias Pankararu sobreviviam das vendas das frutas e grãos colhidos da propriedade. A feira ficava na cidade de Tacaratu, localizada há poucos quilômetros da aldeia. Mesmo não convivendo dia a dia, ela e a família mantinham-se conectadas à aldeia mãe. Deryvaldo Pankararu relata a vida de nossa família longe da aldeia mãe, porém a conexão era forte:

“Mãe nunca deixou a cultura dela morrer sempre contava história, chorava, não falava que a vida dela era diferente, apesar de ser uma vida boa né, mas é diferente até mesmo as fruta. Lá em Pernambuco

é umbú, é pinha, é caju. No Goiás tinha caju mas já não tinha umbú, não tinha pinha. Já é uma fruta bem típica dos Pankararu, que faz até parte da dança, do ritual, da cultura, mas mãe sempre foi segura né nunca deixou o lado dela Pankararu não, é assim a gente vivia bem graças a Deus aí depois dessa trajetória toda, a gente já passou para o guarani, foi que eu particularmente conheci o Brejo dos Padres, até então não conhecia.” (Deryvaldo, Aldeia Apukaré, 2023).

Foto 23- Minha Vó Benvina Pankararu com tias e primas na feira da Aldeia Brejo dos Padres, Tacaratú- PE, ano de 1987.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Sobre a caçada do Morokondô, Lagarta encantada que as Pankararu colhiam, minha vó Benvina Pankararu tem a lembrança:

“Isso era de primeira, eles matava aquelas coisas, Eu ia passando, um bando de rapaziada e é gostosa, aquilo ali era bom, tanto faz

assada como cozinhada [...] mas agora não fazem isso mais não. Elas chegava com aquela moqueca, moqueca, moqueca, ai ela iam pro mato, eu não, eu tinha medo, eu não encostava nela não. Aí eu perguntava:

- Onde mãe foi, elas dizia

- Não sei!

Mas mentira, elas sabiam,

Mas agora já acabou, já mudou muita coisa. A lagarta de mandioca, assada, chega vê elas bem amarelinha, podia comprar arroz com carne e elas não queria não. Isso é o que eles queriam.”

Assim, a minha família materna foi construindo sua jornada em diferentes territórios de convivência interétnica, construindo relações com outros povos, convivendo com culturas indígenas diferentes.

Meu bisavô materno acabou sendo encontrado no território Krenak, em Resplendor, Minas Gerais, lugar onde viveu e morreu. Sua história foi marcada por trabalhos forçados e dois exílios, um no presídio na aldeia Krenak e outro na Terra indígena Pataxó, Fazenda Guarani. Minha família ainda teve a oportunidade de ouvi-lo contando as histórias do seu jeito, preservando a memória. Foi em Minas Gerais que essa jornada se findou, iniciando outras lutas.

Minhas famílias Pankararu e Pataxó, viveram, trabalharam e lutaram por muitas batalhas na aldeia sede Guarani em Carmésia, Minas Gerais, conquistaram direitos junto com outras lideranças, chegou um tempo que muitos não desejavam mais morar ali, minha família sonhava em construir um novo projeto de vida em outro território. Saíram então à procura de uma terra no Vale do Jequitinhonha, região onde teve o primeiro aldeamento Pankararu no final dos anos 90.

Foto 24- Mudança de minha família da Fazenda Guarani para o Vale do Jequitinhonha, na foto está minha mãe To'á, segurando seu sobrinho Baninarí no colo e vó Benvina Pankararu em cima do caminhão para mudança, ano de 1992.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

9- “Quando dois povos se juntam é para resistir”: construção da aldeia Cinta Vermelha- Jundiba

Foto 25- Primeira Cabana da Aldeia Pankararu- Pataxó, Vale do Jequitinhonha, ano de 2005.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

O território da aldeia Cinta Vermelha- Jundiba foi adquirido em 2005, a única estratégia para garantir a terra era comprá-la através de um financiamento no PNCF- Programa Nacional de Crédito Fundiário, O território foi adquirido através do que atualmente conhecemos como Terra Brasil:

O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário - oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento de crédito rural. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), gerando oportunidade, autonomia e fortalecimento da agricultura familiar, alicerçado na melhoria da qualidade de vida, geração de renda, redução da pobreza, segurança alimentar e sucessão no campo para os agricultores familiares. (Governo Federal- Ministério da Agricultura, pecuária e Abastecimento, 2022).

Esse programa foi criado com o objetivo de oferecer autonomia, melhoria da qualidade de vida aos agricultores familiares, sendo que a produção da propriedade poderia ser destinada para o autoconsumo, como também ao mercado, possibilitando a manutenção do agricultor e seus familiares no campo, evitando o êxodo rural. Para acessar o programa era necessário um projeto técnico, demonstrando a viabilidade técnica, econômica, ambiental e social (BRASIL, 2022). Diante dessa possibilidade, as lideranças fundadoras da aldeia foram orientadas a apresentar um projeto para serem contemplados com o recurso.

Assim, o projeto construído foi uma feitura coletiva, de interesse da aldeia, e se referia à Permacultura, conceito definido por Bill Mollison como “Cultura Permanente”, para ele seria uma resposta possível para as crises ambientais sentidas em meados das décadas de 1970 (Mollison e Holmgren, 2013 e Holmgren, 2013). De acordo com esses autores, a Permacultura é uma forma consciente de planejar espaços produtivos que sejam semelhantes a padrões da natureza, ao qual fornece alimentos, fibras e energia de forma abundante. Seria também um exemplo de agricultura sustentável, cultivos orgânicos em que famílias, comunidades e diferentes sociedades poderiam usar para planejar futuros sustentáveis.

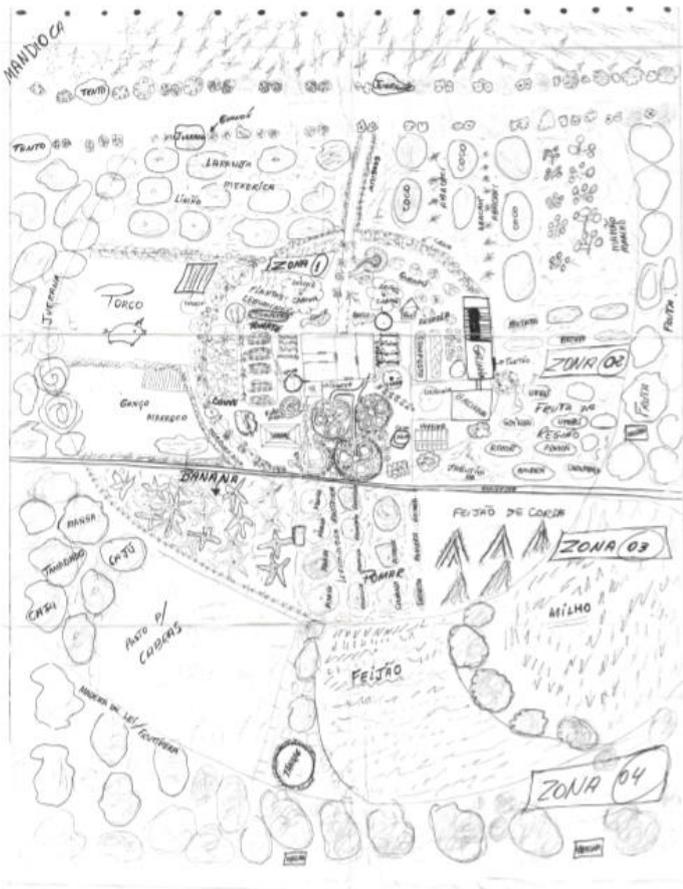
O professor Ytxay Pataxó, que já havia trabalhado com a permacultura, construiu juntamente com as famílias um projeto para a aldeia que baseava na recuperação da

vegetação e áreas degradadas pela agropecuária. Ele foi um dos primeiros a ingressar em cursos de educação no campo se aprofundando em estudos relacionados à agropecuária. Ele relembra:

Então, foi o pessoal que começou a se mobilizar para formar uma associação, né, para ver se conseguia um fundo para comprar a terra e chegou pessoal do sindicato e apresentou o INCRA. O INCRA entrou no meio também pra tá ajudando e falou que tinha um projeto pra poder tá apresentando, mas a comunidade tinha que apresentar um projeto também pra eles avaliar e tá caminhando né. Então foi aí e nesses tempo, aí eu já tinha, eu tinha estudado tinha terminado o curso de agropecuária aí na Agrogemito. Na época, estudei lá no Espírito Santo também, na escola família, foi os primeiros a estudar na escola família também, eu saía daí de Araçuaí pra estudar lá no Espírito Santo ficava 15 dias e voltava. Terminei lá e terminei o curso de técnico em Agropecuária. Foi aí que depois fui fazer um curso de Permacultura junto como pessoa do IPEC. (Ytxay Pataxó, Aldeia Mirapé, 2022)

A Permacultura baseia-se em zoneamentos de acordo com as condições do território, a propriedade é planejada para atender as condições do permacultor e do espaço.

Figura 6- Zoneamento planejado para aldeia Cinta Vermelha- Jundiba



Desenho feito pelo professor Ytxay Pataxó no ano de 2005

A Zona 1 se refere ao ponto inicial, a casa, incluindo o quintal e plantios de mais necessidades do dia a dia, como ervas para chá, outras ervas medicinais e a horta. A Zona 2 se refere às necessidades secundárias, destinadas às culturas frutíferas como laranja, coco, limão, entre outras frutas nativas, podendo também integrar a criação de animais como aves e animais de pequeno porte. A Zona 3 se refere a produção das roças, lugar de cultivos dos grãos, mandioca, feijão, milho integrado a animais de médio porte como caprinos. A Zona 4 seria reservada para a manutenção das árvores nativas. No caso da aldeia, o local seria para recuperação ambiental e preservação permanente onde não seria tocada. Ytxay conta como foi a construção do projeto e seu objetivo, no caso a aquisição da terra:

“O primeiro passo foi esse aí, tinha que fazer um projeto, aí nós pensamos nessa forma de estar fazendo um projetinho baseado na permacultura né, fazer as casas. Então eu desenhei esse mapa, coloquei todo o zoneamento pra poder o pessoal fazer as casas, fazer a criação de animal, fazer uma horta, as coisas tudo dentro do termo

da permacultura mesmo. Aí, apresentamos esse aí, aí o pessoal formaram a associação, criaram toda a estrutura para apresentar para o pessoal do INCRA. Só sei que aí, depois, pagaram a terra, aí o pessoal ficou mais tranquilo né. E tinha que pagar a terra, o banco pagou, e nós ficamos, só que aí esse projeto da permacultura que era pra ser feito, era pra poder fazer e plantar, fazer horta, criar, então toda as coisas que fosse tirar e vendesse era para poder pagar anualmente.” (Ytxay Pataxó, Aldeia Mirapé, 2022).

A aldeia foi planejada para ter essa estrutura, cada casa tinha um espaço próprio para a agricultura e manejo com os animais. Outra pessoa que foi muito importante para planejar os caminhos da aldeia foi a indigenista e pedagoga Geralda Chaves Soares, que refletiu junto à comunidade sobre os conceitos e discussões acerca do “Bem Viver” ou “Sumak Kwasay”, reflexões de caminhos possíveis para uma sociedade justa para povos, comunidade e sociedades. Ela trouxe exemplos de como o Bem Viver tem tomado proporções interessantes em países como Equador e Bolívia.

O Bem Viver, conforme Alberto Acosta (2016) aponta, é uma alternativa de se pensar e construir a vida, bem como um projeto coletivo que faz resistência ao projeto capitalista e desenvolvimentista. Os principais povos que estão na linha de frente em defesa dos direitos humanos e da natureza são os povos indígenas e movimentos de povos tradicionais da Abya Yala (América Latina).

O autor discorre que o Bem Viver é um caminho a se pensar, com objetivo de construir sociedades democráticas possibilitando caminhos e alternativas ao desenvolvimento, colocando a importância de repensar o atual modelo ocidental, que por si, é responsável por impactar negativamente a Terra e causar desigualdades aos povos.

A luta do território é ampla, pois faz frente de defesa juntamente com outros povos tradicionais do Vale do Jequitinhonha, visando a proteção dos rios Jequitinhonha, Araçuaí e a Terra, contrapondo também projetos sobretudo de mineração, cada vez mais fortalecidos na região segundo a ativista Maria Afonso.

“Se a mineração está presente no Vale, precisamos discutir sobre isso, porque a gente quer proteger nosso território. E é por isso que chega esse projeto de unificar o Jequitinhonha como território único. A mineração não vai trazer benefícios para o território do Vale, mas muitas ameaças. Vai diminuir a água. Além da destruição em si de

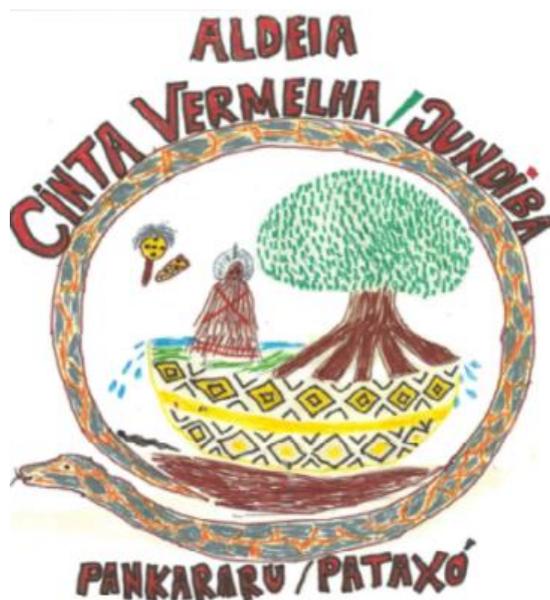
onde vai ser explorado o ferro, tem as barragens de rejeitos, que serão imensas. As comunidades que serão desapropriadas. Não é só terra, não é só água, é a cultura do povo.” (Maria Afonso, agente da Cáritas, trecho retirado do site Brasil de Fato, em 23 de janeiro de 2020).

Cinta Vermelha- Jundiba é mais que um nome próprio de uma aldeia, é nosso próprio conceito de vida, sobrevivência e Bem Viver. Demonstra a resistência de dois povos que se encontraram para resistir com sabedorias, cosmologias, percepções sobre a vida e luta. As famílias viveram trajetórias de perseguições, massacres, assassinatos, prisões, entre outras violências causadas pelo Estado, mas, mesmo assim, se manteve firme afirmando suas identidades e lutando por um território ao qual nunca abriram mão. A escolha do nome da aldeia diz muito sobre o projeto de vida que as famílias sonhavam para o território, as simbologias e significados foram pensados coletivamente. A liderança To’á Kaninã enfatiza a força de dois povos juntos.

“Quando dois povos se juntam é porque tem muita coisa em comum, por exemplo: Tem a necessidade de fortalecer a identidade, garantir o território para as futuras gerações, garantir seus direitos, trabalhar juntos, manter o conhecimento da história, cantar, dançar, fazer pintura, festejar.”

(To’á Kaninã Pankararu para cartilha Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba)

Figura 7- Simbologias da aldeia Pankararu e Pataxó



Desenho feito pelos artistas Toê Pankararu, Ytxay e Tupã Pataxó, juntando as cosmovisões Pankararu e Pataxó.

As simbologias tradicionais dos povos Pankararu e Pataxó eram caminhos e ações para convivência na aldeia, refere ao respeito mútuo entre os povos, espaços próprios para desenvolver as diferentes culturas, zelo pela união, proteção do ambiente. Sobre o significado do desenho:

Quadro 2- Elementos e significados sagrados que direcionam a aldeia Cinta Vermelha- Jundiba na vivência entre os dois povos, Pankararu- Pataxó.

<p>Cuia- significa partilha, com ela dividimos as comidas e as bebidas tradicionais. É um valor muito importante para nós enquanto comunidade.</p>

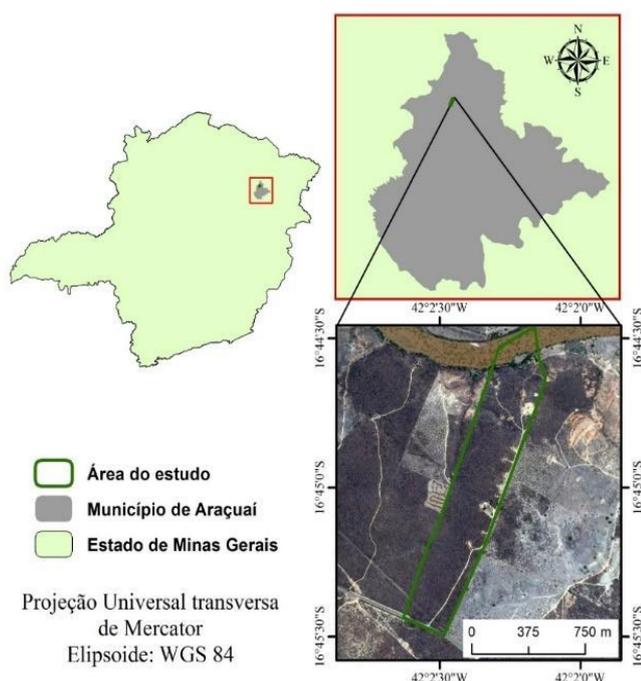
<p>Árvore da Jundiba- árvore sagrada para o povo Pataxó, protegia os guerreiros que eram perseguidos nas guerras. É inspiração para lembrar dos nossos antepassados.</p>

<p>Praiaí- Encantado e protetor espiritual do povo Pankararu. É quem nos guia nas decisões coletivas.</p>
--

<p>Maracá, kampriô (cachimbo)- alegria, religião, paz, proteção, união, saúde física e espiritual. Nos lembra que nossa cultura, as festividades tradicionais e o fortalecimento de nossa identidade é essencial.</p>
<p>Sucuri- força e coragem.</p>
<p>Mussum- é um peixe que segundo a espiritualidade Pataxó, o jovem que vencê-lo em uma luta, é considerado guerreiro. Significa libertação.</p>
<p>Terra e água- vida de todo o universo.</p>

O território possui 68 hectares, está localizado às margens do Rio Jequitinhonha, (Figura 8) é composta por um grupo familiar de 7 famílias. A aldeia está situada no município de Araçuaí- Minas Gerais, Médio Jequitinhonha. A chegada no Vale do Jequitinhonha foi desafiadora, chegamos em um território impactado pela agropecuária. Esse encontro de corpos e territórios, possibilitou construir uma nova morada com muitos projetos de vida de Bem Viver. Resistindo com a terra e as matas para construir um futuro possível, onde cada povo se respeita e inter relacionam entre si. O Bem Viver apresenta uma forma de vida que envolve a questão comunitária e sua relação com a natureza. Esse modo de pensar é bem crítico ao atual desenvolvimento, em que há divisão entre as pessoas ricas e pobres (ACOSTA, 2016).

Figura 8- Localização da Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba.



Fonte: ArcGIS

O Vale do Jequitinhonha é marcado por uma história de genocídio e perseguição na época conhecida como “desbravamento”, com a “Carta Régia” autorizou-se a perseguição de indígenas. Em 1800, a expansão de fronteiras agrícolas e áreas de mineração, possibilitou o contato de indígenas com colonos, que por sua vez invadiram os territórios, acarretando a dizimação de aldeias e grupos, ocasionando a extinção, conseqüentemente destruindo o modo de vida e organização cultural (MORENO, 2011).

Após denúncias de que indígenas Botocudos estavam praticando atos violentos, ou seja, atos antropofágicos, matando portugueses e indígenas “civilizados”, é declarada por D. João a “Guerra Ofensiva Justa”. Essa foi concretizada com A Carta Régia de 13 de maio de 1808 encaminhada ao responsável pelo governo da capitania de Minas Gerais, o Capitão – General Pedro Maria Xavier de Ataíde Melo (MORENO, 2011).

No Estado de Minas Gerais, vários povos construíram a própria territorialidade. Em Araçuaí, o grupo familiar Pankararu e Pataxó constituíram seu território, mantendo relação ancestral vivenciada coletivamente naquele local. Os povos Pankararu e Pataxó possuem em si suas particularidades, assim apresenta formas diversas de se alimentar, de se cuidar, de construir processos formativos, de pensar seus seres ancestrais. As duas culturas são totalmente diferentes, enquanto o povo Pataxó tem sua alimentação baseada em frutos do mar, farinha de puba (farinha tradicional feita da mandioca), suas memórias afetivas com o

mar são fortes, o povo Pankararu tem vivências no sertão, tendo como alimentação a carne seca, umbu que é um fruto sagrado e tem como costume tradicional se alimentar da lagarta proveniente da Faveleira. É curioso que as mulheres Pataxó têm receio de lagartas, segundo as mais velhas, existe a lenda que se as mulheres menstruadas passassem por cima de alguma, poderia engravidar delas. Apesar das divergências de vivências, as duas etnias têm ligação forte com os territórios e águas sagradas das aldeias mães, além disso, o processo de desterritorialização pelo Estado e projetos coloniais são exatamente compartilhados entre si, constituem-se em elementos e desafios comuns.

Quando eu era criança, pela primeira vez me banhando no rio Jequitinhonha, não tinha proporção do significado de estar perto de rios. Minha mãe e sua família acompanharam rios desde que saíram da aldeia mãe Brejo dos Padres, quando eu cresci, sempre ouvi histórias compartilhadas por ela e meus tios sobre os vários rios que corriam nos lugares que viveram. Eles contavam sobre o rio Araguaia e do quanto ele era largo, minha mãe diz que atravessava nadando aquela imensidão, a gente ouvia e via a saudade estampada em seus rostos. Meus tios falavam de suas aventuras com os irmãos Xerente, eles brincavam com animais e cobras que habitavam aquele lugar. Além dessas lembranças e narrativas que agora me habita, tenho em mim uma nova narrativa sobre o Jequitinhonha, que também banhava meus ancestrais Pataxó, e ele deságua em nosso território chamado de Bahia.

Foto 26- Mãe To'á Kaninã levando eu e minha irmã Uakyrê para banhar no encontro dos rios Jequitinhonha e Araçuaí na comunidade de Itira, Araçuaí- MG, anos 2000.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Conversando Com Meu Parente Rio

Eu te ouço contando histórias como quem ouve causos de uma mais velha.

Os rios sempre me acompanharam, sustentaram minha família, conversava com bisavô Ventania.

Rios me contam histórias.

Quando fecho os olhos me transporto para outros territórios, me fazem reviver memórias de quem eu sou.

Tudo começa lá no Rio São Francisco! Em Pernambuco.

Meu povo Pankararu o chama de Opará,

meu tio Bisôro conversava com as cachoeiras de lá antes de inundar.

Saudades da minha aldeia Brejo do Padres!

Quando nasce o primeiro umbu, é tempo de festa, fartura e fé.

Hey hê, hey hê, hey hê, canta minha vó.

Que através dos seus olhos me leva ao passado,

Quando bem menina dançava com os praiá, brincava no terreiro, se benzia no croá.

A flauta soa em nossos ouvidos em qualquer lugar que a gente pisar,

Isso é identidade, mesmo aqui do ladim de Itaporé, vale do Jequitinhonha,

dançamos nosso toré, no balanço do maracá pedimos proteção aos encantados.

Itaporé é cachoeira das pedras, são nossas parentes, sentimos a força dos nossos ancestrais que sempre nos acompanha.

Tenho em mim a continuação,
nossa geração espalha raiz, meu corpo desterrado semeia outras aldeias.

As pisadas das minhas avós registraram memórias,
mantenho a história de quem nesse rio banhou.

Jequitinhonha é uma veia que atravessa corpos, desagua para o início de nossa história.

Aqui é meu lugar, território que acolhe o toré, terra que ouve o toante vaguear.

Danço, danço com meus pés arrastando nesse chão.

Danço, canto meu awê que atravessa o Sertão

Essa terra também é minha parente,

Tem sangue da minha gente,

kumanaxó, malali, panhame, maxacali.

Além de ser de pequi é uma grande aldeia ancestral

(Ytxaha Pankararu Braz)

9.1- Histórias, resistências e aldeia Cinta Vermelha - Jundiba

A aldeia Cinta Vermelha – Jundiba é onde estamos vivendo, construímos nossos saberes, conhecendo e mantendo relações com outros seres que habitam ali. O Cerrado se faz presente, criamos uma interação com o bioma, buscando a cura, o alimento, a alegria e a resistência.

Conhecimentos são partilhados e aprendidos entre si. Eu caminho entre esses mundos tão complexos e particulares. Cresci, aprendi e me criei na cultura Pataxó, desde sempre vivi a língua Patxohã (Língua de guerreiro), desde os anos 2000 ela vem sendo revitalizada, juntamente com as músicas, danças e histórias. Ainda na infância já nos era contado sobre a luta que meu povo batalhou no sul da Bahia, entre a mais marcante, o “Fogo de 51”, conforme foi discutido anteriormente. Esse massacre e outras violações desencadearam a saída de vários grupos Pataxó para outras regiões.

Além disso, foi graças às memórias revividas de minha vó Benvina para com a minha mãe To’á Kaninã, que me fez ter a consciência de uma dupla etnia. A identidade e memória da aldeia mãe Brejo dos Padres em Pernambuco é viva dentro do contexto de reconstrução e ressignificação da nossa aldeia, e o mais importante, dentro de cada um de nós.

A partilha dos saberes é a marca da nossa comunidade. Um dos conhecimentos que se movimentam entre os dois mundos é sobre o artesanato, repassado do mais velho para o mais novo, existem trocas de experiências sobre o fazer arte com as sementes, penas e barro. Além de proporcionar relações científicas. A produção de artesanato também é complementação da renda de algumas famílias que participam de feiras regionais.

Na aldeia, há pessoas consideradas como guardiãs desses conhecimentos, uma delas é a professora Gesilene Pataxó, ela é responsável por circular os saberes sobre artesanato e plantas medicinais com crianças, mulheres, entre outros povos da região. Ela tem consigo o entendimento sobre diversos tipos de sementes e sua época de colheita, ou de como podemos usar a planta para fazermos remédios, chás para algum tipo de enfermidade.

Este capítulo é sobre a aldeia Cinta Vermelha – Jundiba, discorro sobre essa partilha e interação que produz uma vida cotidiana múltipla. Para tanto, faço aqui uma exposição fotográfica de nossa aldeia, reunindo momentos cotidianos e ritualísticos, por meio de fotos.

O Cuidado é coletivo

É cuidar de si, ainda num mundo de colonização

É cuidar da terra, ainda em exploração

É cuidar de uma aldeia, das crianças e mulheres

Se cuidar da aldeia, cuidamos da Mãe Terra

Cuidar das crianças, é cuidar do bom futuro

Cuidar das mulheres é cuidar da vida em comunidade

Os povos indígenas cuidam da natureza, a natureza cuida do mundo

Mas infelizmente, quem está no poder ainda está mudo, LUTO

Não existe cuidado, se o cuidado não for coletivo,

para cuidarmos é preciso conscientizarmos, agroecologizar as mentes,

reflorestar corações, jogar sementes de libertação,

principalmente ser semente contra colonização.

Cuidado é Demarcação dos territórios indígenas, reparação,

Políticas efetivas para povos tradicionais,

É pensar nos direitos da Natureza, não a sufocar jamais.

(Ytxaha Pankararu Braz)

As fotos 27 e 28 retratam as crianças Pankararu Pataxó, Tayniawara e Wakenã, explicando para a indigenista e amiga Geralda Chaves Soares o significado do “rancho” na tradição do “Menino do Rancho” no terreiro Pankararu. Wakenã aprendendo sobre sua tradição na vivência no terreiro



Acervo Pessoal ano de 2023



Acervo Pessoal ano de 2022

As fotos a seguir, 29 e 30, mostram as crianças no plantio de mudas para arborização em torno da escola da aldeia. Essa atividade faz parte das aulas de “Uso do Território” incluídas no currículo escolar específico indígena.



Acervo Pessoal ano de 2022

As fotos 31 e 32 apresentam os Praiás cantando os toantes Pankararu no terreiro, momentos em que os homens vestem o roupão feito de fibra do Croá e dançam a “Parêa”, momento em que as mulheres dançam com os praiá. Segundo as mais velhas, é quando as mulheres dão força para “os homens” que dançam por muito tempo, então há uma troca de energias e um cuidado mútuo.



Foto: João Eduardo (2022)

As fotos 33 e 34, a seguir, mostram o Terreiro Pataxó do Mayão (Sol) onde acontece o Awê Heruê (ritual), o Mayão é um elemento importante para nosso povo, pois é ele quem traz a vida, quando ele se põe ele leva todas as energias ruins, quando ele nasce traz a cura e boas energias.



Foto: Rita Simone

Foto: Lori Figueiró (2021)

As fotos 35 e 36 retratam a culinária tradicional Pankararu com carne cozida, pirão e arroz servidos no prato de barro, nos alimenta fisicamente e espiritualmente, são servidos em momentos de rituais. E prato tradicional Pataxó, o mukussui (peixe) assado na folha de bananeira, feitos em momentos cotidianos.



Foto: João Eduardo (2022)



Acervo Pessoal (2023)

As fotos 37, 38 e 39 mostram as artesãs, Cida Pankararu e Gessilene Pataxó, fazendo artesanatos de penas, sementes e trocando sabedorias. Antônio Pankararu com seu Praiá feito de fibra. Eu debulhando Juerana para fazer colares.



Acervo Pessoal (2020)



Acervo Pessoal (2022)



Acervo Pessoal (2023)

As fotos 40, 41 e 42 retratam os mutirões comunitários, onde aprendemos a cuidar do nosso território, há também as partilhas de histórias e narrativas dos nossos povos. É um espaço de educação.



Acervo Pessoal (2022)

A foto 43 mostra Antônio e Cida Pankararu servindo a garapa (bebida tradicional feita de rapadura ou cana) no terreiro Mayão. A bebida traz fortalecimento ao corpo-espírito, antes de ser servida ela é benzida.



Foto: Acervo Pessoal

As fotos 44 e 45 mostram o Cacique Ivan Pankararu e a liderança To'á Kaninã com os parentes Maxakali, que são pajé, liderança, professores fazendo um adereço e conversando sobre a cultura em momento de intercâmbio.



Foto: Lori Figueiró

Meu sobrenome, tem meu legado

Tem minha raiz, tem a resistência semeada por mulheres

Sou mais uma geração, a continuação Pankararu.

(Ytxaha Pankararu Braz)

10- PertenSemente: To'á Kaninã- Cobra das Pedras Brancas: Guardiã dos saberes tradicionais, ciências ancestrais indígenas

No fundo do rio, havia vários espaços diferentes pra cada ser vivo. Tinha o lugar do mandí, o lugar do cari, o lugar do siri, o lugar da curumatã, o lugar do surubim, o lugar da *Mãe D'água, o lugar do *Nego D'água, e o lugar do Pankararu era próximo das cachoeiras.” (História do surgimento do povo Pankararu contada por Cleonice Pankararu e repassada por Tereza Mbako-Mbako Pankararu, sua tia materna.)

Foto 46- To'á Kaninã na semana dos povos indígenas na Fazenda Guarani juntamente com o povo Pataxó no ritual Awê- Heruê, anos 90.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Este capítulo trata da história de vida da liderança indígena To'á Kaninã (Cleonice Pankararu, minha mãe) que se faz no desterro, na construção do coletivo, acionando memórias e criando outras, seu *PertenSemente*, seu pertencimento de uma mulher de biomas, atenta ao movimento das plantas, animais e rios. Sempre se vinculada à terra. Aqui irei seguir os rios e caminhos que a levaram a ser uma guardiã de saberes ancestrais, reconhecida como uma conhecedora dos biomas Cerrado e Caatinga.

Nós, Pankararu temos uma ligação ancestral com o Opará, nossa origem está ligada com esse mar de água doce que atravessa territórios antigos, To'á nasceu no estado onde o

rio é muito importante para o povo, seu nome tem um significado sagrado: “Cobra Protetoras Das Pedras Brancas”. Um dos elementos sagrados para nós Pankararu, é o barro, com ele fazemos nossas artes, como potes, panelas, pratos, copos entre outros, usados em nossos rituais e em nosso dia a dia, serve também como tinta para pinturas corporais, protegendo e identificando nossos corpos quando nos preparamos para o Toré.

Foto 47- Sayry e Jussary Pataxó com pintura Pankararu feita do To’á (barro branco), Aldeia Apukaré, Coronel Murta- MG, Vale do Jequitinhonha, anos 90.



Acervo To’á Kaninã Pankararu

Antes de discorrer sobre minha mãe, quero relatar como foi conviver com ela e sua história, me entender parte de um povo com uma vivência tão complexa leva tempo, portanto me entender Pankararu foi parte disso, pois é diferente quando nascemos e crescemos em uma determinada cultura que entendemos aquele mundo, onde temos contato desde bebê. Minha referência era minha mãe, que cresceu nessa busca pelo seu avô. A consequência disso foi o desterro e ter crescido longe da aldeia mãe, longe das vivências, das paisagens, da terra física. Mas, esse movimento a trouxe para perto do Cerrado e de outros territórios.

Nessa busca, ela foi entendendo outras lutas pelos direitos indígenas, sobretudo entendendo como era ser uma pessoa indígena na década de 1970. Nesse processo, cresceu andando em lugares à procura do avô com vó Benvina e vó Eugênio, nesse percurso morou em barracos temporários em qualquer lugar onde seu pai arrumasse trabalho. Ela relata um episódio de sua infância sobre minha avó: “Mãe fala que eles saíam deixando tudo na casa, só andavam com o básico (...) A gente vivia uma vida nômade mesmo, mãe pegava a gente e saía procurando vó, deixava até o rádio ligado”.

A partir de suas memórias, ela conta que quando saíram de Pernambuco, minha família chegou a acampar em Brasília, vó Eugênio trabalhou como pedreiro construindo a cidade, eles moravam em um lugar chamado Morro do Urubu, onde minha tia Cleide nasceu. Mãe enfatiza as localidades que seu pai trabalhou: “Ceilândia norte, Ceilândia sul, sobradinho, w3 toda aquela parte da estrutura da cidade satélite, pai ajudou a construir (...) as cidades satélites né, Gama, até Planaltina”.

E a vida não tinha trégua:

“Quando a Funai descobria a gente, eles davam jeito de tirar a gente, era muito sofrimento, sem água, sem água sem coisa, não sei nem como a gente sobreviveu, naquele tempo a poluição era menos né, a gente morava em barracão de papelão e de frande, e que sobrava dos restantes das construções. Era nós e aquele mundo de gente, chamava Candango e aquele tanto de gente do nordeste, e tinha outros índio, não era só nós não, tinha Fulniô, tinha Xukuru, tudo do nordeste e dali a pouco chegava a Funai, trazia comida, trazia roupa, naquela época já era Funai.” (To’á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Um certo dia, eles souberam a localização da Funai, então vó Benvina sempre procurava, questionava sobre seus direitos e ajudava outros parentes que estavam procurando apoio nos territórios. Mãe fala que ela era como uma “cacica” ao lado dos parentes, pois muitos não sabiam falar português, então ela dava todo suporte. Naquela época a Funai recebia muitos indígenas do nordeste para reivindicar os direitos territoriais, pois viviam em conflitos constantes. Em alguns momentos minha vó relatou seu desejo de voltar para seu território. No trajeto encontrou Quitéria Binga, que era sua prima e uma liderança muito importante para o povo Pankararu. Segundo mãe, To’á Kaninã, ela dizia:

“Eu quero voltar pra minha aldeia! Aí o pessoal falava:

- Benvina não vai pra lá não, lá tá seco. E tá tendo conflito. Aí foi quando nós encontramos Quitéria Binga. Quitéria Binga acampou bem no porão, onde era o prédio da Funai. Aí ela falou:

- Só saio daqui depois que vocês me atender. Quitéria Binga era danada né, levava aquele monte de criança e a gente se juntava, aí mãe encontrou com ela. Ela disse:

- Vamos Benvinda pra aldeia?. Aí mãe:

- Não vou não!

Lá onde era terra de mãe, lá no Jitó tava tudo ocupado já.” (To’á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023)

Quitéria e Vó Benvina chegaram a ir juntas nas manifestações em Brasília com outros parentes. Minha mãe cresceu nesse contexto de diáspora e luta, se formou em múltiplos territórios, conviveu com outros povos e culturas, entre aldeias e cidades, ouvindo e observando o movimento indígena, sobretudo acompanhando o início das mobilizações nacionais.

Além de tudo, vivendo a sabedoria de minha vó Benvina, que nunca deixava de falar da aldeia mãe Brejo dos Padres. A oralidade foi uma ferramenta de resistência que sempre acompanhou minha família, foi o que formou a todos de acordo com nossa ancestralidade Pankararu. Sendo assim, trago aqui a trajetória de minha mãe To’á Kaninã, uma mulher histórica na luta territorial, medicinal e ancestral, atuante principalmente do estado de Minas Gerais onde se estabeleceu com a família, casou e fortificou histórias nas aldeias do estado.

Foto 48- Os irmãos To’ê e To’á Pankararu em busca dos direitos territoriais em Brasília- DF, anos 1990.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Seu primeiro compromisso foi buscar por uma educação de qualidade para ajudar a família, com ajuda de uma indigenista chamada Noeme, ela conseguiu ingressar no ensino fundamental aos 13 anos de idade, então foi estudar no estado de Mato Grosso na Missão Evangélica Caiuá. Nessa época, essa instituição tinha como objetivo fomentar a educação para integração de indígenas à sociedade dos não-indígenas em parceria com o Estado Republicano (Lourenço, 2010). Faziam essa preparação dos indígenas para oferecer mão de obra. A Missão Caiuá foi criada em 1928 pelo Reverendo Maxwell, em São Paulo. Em 1929, chega ao estado de Mato Grosso em Ponta Porã. A instituição tinha convênio com a Funai, To'á Kaninã Pankararu relata essa fase:

“Aí quando chegou na fazenda Guarani a gente tava grandinho né, aí a gente falou assim não a gente não vai sair mais não, a gente quer estudar, aí a gente tudo grande sem estudar eu falei não eu quero estudar, aí uma mulher que trabalhava no Funai falou “menina você é nova estude. Se você quiser eu te dou uma bolsa, se você quiser eu te ajudo, estude, vocês são índio, vocês têm o direito de vocês”. Ela chamava doutora Noeme, eu nunca esqueço dela minha filha.” (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Nessa época, a indigenista perguntou o que To'á Kaninã queria ser: “Aí ela perguntou o que eu queria ser, aí como eu achava bonito aquelas mulher vestida toda de branco, eu falei, eu quero ser enfermeira”. Depois de 3 anos no estado de Mato Grosso, ela estava formada. Nesse tempo ela conheceu outros povos como Terena, Xavante, Kaiowá, Bororo e Karajá. Na convivência fez muitos contatos e alianças. Ela acompanhou de perto o nascimento de articulações indígenas, se atentando para o ativismo em busca pelos direitos indígenas, principalmente de acordo com a realidade em que nossa família estava no momento.

Neste momento, inicia-se a jornada na Fazenda Guarani, lugar onde ninguém queria ir trabalhar por conta de conflitos internos e externos devido às políticas territoriais. Com To'á Kaninã já formada e seu pai trabalhando na Funai, a instituição mandou sua família para a Fazenda Guarani. O objetivo era de alguma forma mediar os conflitos existentes ali, conseqüentemente Benvina iria finalmente encontrar o pai. Mãe relata ser uma local conturbado, como poderia viver harmonicamente em estado de guerra? Pessoas de diferentes povos foram retirados forçadamente de seus territórios e “jogados” ali em uma terra desconhecida, as pessoas guardavam na memória o desterro e a violência da época da ditadura militar. Meus familiares saíram do sertão e não encontraram mais as frutas sagradas como umbu e pinha, meu povo Pataxó que vivia no mar, comendo peixe e mariscos por exemplo, tiveram que mudar drasticamente a alimentação, assim como outros povos ali presentes que também tiveram que modificar os costumes e readaptar a essa nova realidade.

Depois disso, eles também transitaram para o Cerrado, morando no estado de Goiás, precisamente na comunidade chamada Colorado, nas proximidades de São João d' Aliança, aqui To'á Kaninã aprendeu as sabedorias ancestrais sobre as plantas medicinais com sua tia Tereza Pankararu, que também acompanhou Benvina a procura do pai. De acordo com minha mãe, lá era um lugar onde havia uma empresa mineral que explorava mão de obra de indígenas e homens nordestinos.

Na foto abaixo, registrada por ela, é possível ver alguns trabalhadores e alguns dos seus irmãos ainda criança, que estavam reunidos em um local perto de um dos barracos onde sua família morava.

Foto 49- To'á e seus irmãos junto com amigos de seus pais, trabalhadores na mineração Colorado e Palmeira na propriedade em São João D'Aliança- GO, no ano de 1979.



Foto: Acervo To'á Kaninã Pankararu

Aos 12 anos de idade, ela convivia com o Cerrado, sobretudo aprendendo ofícios aos quais sempre se interessou, com o chamamento de sua tia, foi se aproximando e seguindo o caminho da medicina tradicional. Ela relata como era o lugar que ela e sua família moravam e como a influência de sua tia foi importante para ela.

“Agora, lá, é puro soja, acho que já acabou com tudo, a gente morava na beira do Rio Tocantzinho, uma água limpa, limpa. Um cachoeiras lindas, igual aquelas cachoeiras lá, sabe? A que nós fomos lá, acho que aquele rio que nós fomos acho que passava por lá. E lá tinha muitas famílias, lá tinha Guajajara, Guarani, não sei se tinha Fulniô. Minha tia Tereza ela que era das plantas, eu sempre me interessei em conhecer, eu sempre fazia chá, inventava, sabe? Procurava saber. Ela sempre fazia chá, eu lembro do cheiro, filha! O cheiro das plantas, aonde ela ia, eu lembro do cheiro, ela falava: “Cleonice pega lá faz o chá pra mim”. Eu fazia. Eu lembro do cheiro da Imburana, ela usava muita Imburana, Erva Doce, Endro, Fedegoso de tudo eu lembro, era muita planta, desde pequena, e ela falava das plantas que era bom, e só fazia coisa de planta. (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023)

To'á cuidava de seus irmãos mais novos quando estavam com algum resfriado, ela tinha a iniciativa de fazer os remédios, ela lembra de um senhor chamado Cearenso que era benzedor de dores, foi onde ela teve os primeiros contatos com essa ciência: “Um velho chamado Cearenso que benzia a gente, benzia pra dor de dente, qualquer dor ele benzia, aí depois que eu fui crescendo e entendendo das coisas, eu vi”.

Ela narra um fato ocorrido em Alto Paraíso, quando sua mãe a levava para o benzedor, acontecimento corriqueiro que nos faz entender seu contato prematuro com a medicina tradicional. A jovem To'á ouviu sobre um povo: “Eu preciso descobrir onde que é esse lugar, era tipo espírita, o povo só mexia com plantas também, o povo tudo vestido de branco. O povo falava: “Benvina, ali tem um lugar, que tem uns homens, umas mulheres que cura, vai lá”, eu preciso saber que lugar é esse.”

To'á se refere a um momento que um dos seus irmãos estavam doentes e o levaram para um lugar que cuidava das crianças, eles nomeavam como “Cidade das Crianças”. Em muitos momentos do nosso dia a dia, ela nos marca com uma das histórias de quando ela vivia no Goiás, fala da sua relação com o Cerrado. Esse tempo no Cerrado foi marcado por muito cuidado, a todo momento ela estava atenta, havia pessoas envolvidas com o cuidado coletivo, minha mãe estava pronta para ouvir e aprender.

Ela afirma que passaram a construir uma vida boa, onde comiam pequi, seu pai matava tamanduá para alimentar todos, viam casas de tatu. Um dia, meu avô, estava caçando um tatu canastra, todos ficaram surpresos:

“Você acredita um casco de tatu enorme assim ó, dava de mãe lavar roupa. Olha a pernona do bichão. Uma vez a gente viu foi uma tamanduá com filhotes nas costas, olha! A gente brincando com um tamanduá, correndo atrás da gente. Aquele tamanduá bandeira, e a gente correndo.” (To'á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023)

Do estranhamento inicial, tudo passou a ser conhecido, observado, informações eram trocadas com as pessoas que já viviam no Cerrado. E a beleza do bioma começou a aflorar, a ciência indígena começou a se fazer, experiências, experimentações, sentidos apurados

para analisar e compreender a vida, o movimento de suas plantas, animais, minerais. Ela continua a contar:

“O povo ensinava, olha, vocês têm que ter cuidado com a língua dele. Ele põe a língua no seu nariz e te mata sufocado e a unha bem assim ó, dizem que quando ele abraça a gente ele não solta. E a gente achava bom. E tinha tudo quanto é fruta fia, no Cerrado. O Cerrado é o bioma que mais tem fruta. Tinha muita comida no Cerrado. É pequi, mangaba, araticum, murici, muita fruta mesmo, sangue de cristo que a gente comia à vontade. E hoje, ave maria, me deu vontade de chorar quando vi só soja.” (To’á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023)

Minha mãe sempre desempenhou esse papel de cura, quando nós, filhas dela, ficávamos doentes ela recorria aos conhecimentos tradicionais dos povos que ela tinha contato. Na minha infância, eu fui orientada por uma médica a tomar um remédio para asma, nas palavras dela “a vida toda”. Mas minha mãe se recusou a me dar, pois se tratava de um remédio “não natural”, poderia me trazer consequências, não a cura. A partir disso ela começou a procurar a cura para minhas crises asmáticas. Me lembro que eu vivia no hospital, eu passava muito tempo internada fazendo nebulização.

Lembro também quando comecei a tomar remédios naturais à base de plantas medicinais e xaropes. Me lembro que ela conheceu uma irmã que se chamava Eulália, especialista em homeopatia e terapia holística, além de outros tratamentos que envolvia a medicina natural com plantas e barro. Ela foi uma médica, juntamente com minha família fomos para Teófilo Otoni, em Minas Gerais, tratar da minha bronquite, lá a irmã dava orientações e recomendações que envolvia o respeito com o tempo, as luas e os momentos certos. Passei mais de 6 meses me tratando com essa medicina. Até então, depois desses cuidados nunca mais tive crises. Mãe afirma que se eu continuasse em tratamento com outros medicamentos eu não teria melhorado.

Além de mim, minhas irmãs, Uakirê e Nehewane, sempre eram levadas a um médico tradicional, pois a sua confiança era somente nesses sabedores da ancestralidade.

Foto 50- Benzedeira Teresinha Aranã do Vale do Jequitinhonha, benzendo Uakirê com catapora, ano 2000.

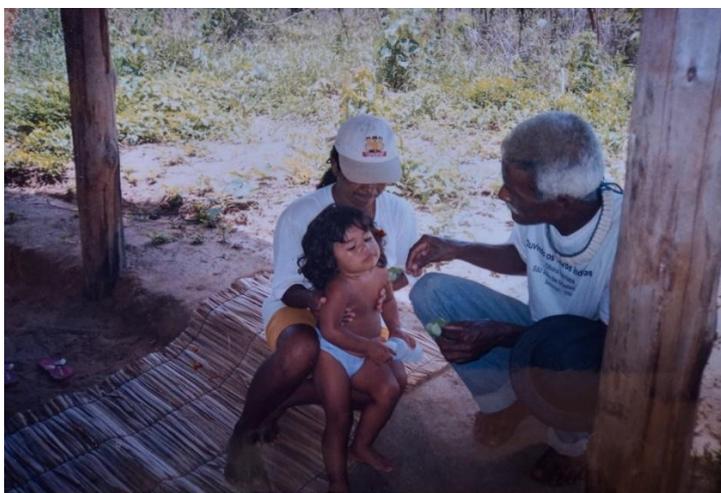


Acervo To'á Kaninã Pankararu

Na época da fotografia, o povo Aranã estava em processo de retomada, o contato com o povo Pankararu e Pataxó resultou no fortalecimento identitário desse povo do Vale do Jequitinhonha. Nesses momentos de vivências com as mulheres, elas partilhavam suas sabedorias ancestrais, no qual foi muito fundamental no enfrentamento ao racismo existente na região. O sentimento de acolhimento foi muito importante para a permanência de meu povo na região.

Alguns anos depois, já na Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba começaram mais alianças com outros povos de Minas Gerais, um dos momentos está exposto na fotografia a seguir.

Foto 51- Benzedor Dr. Valdemar Xacriabá Benzendo Nehewane Pankararu Pataxó na Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, ano de 2010.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Através das importantes memórias da passagem de minha família na Chapada dos Veadeiros manifestadas anteriormente, honramos cada momento dela, valorizando a história da nossa família, obtendo a consciência que o Cerrado é nosso lar. Então o retorno era previsível e natural. Em maio de 2023, fizemos uma visita à região da Chapada dos Veadeiros com minha mãe, quando acontecia o Encontro Raízes, ela foi contando suas andanças de infância, reconhecendo o território e suas plantas, agora, como uma conhecedora da medicina tradicional.

Foto 52 e 53- To'á Kaninã no Encontro Raízes, no estado de Goiás participando de rodas de conversas juntamente com outras raizeiras e ela nos levando para uma oficina de reconhecimento das plantas do Cerrado e nos mostrando para que serve, ano de 2023.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Minha mãe mobilizou nossa ida ao encontro, segundo ela, é um direito ir onde nossos avós moravam. Toda a sabedoria sobre a medicina tradicional que ela tem hoje é porque existe uma escola território chamado Cerrado. Vivemos isso através de suas narrativas ancestrais que ela nos transmite a cada tempo, especialmente nesse retorno.

Essa viagem foi fundamental para entendermos um dos caminhos da nossa história, estavam presentes jovens, crianças, mais velhos cantadores da tradição Pankararu, etc. Isso

possibilitou a troca de saberes dos mais velhos para os mais novos presentes. É assim que a gente aprende, com esse bioma vivo.

Foto 54- To'á com Antônio Pankararu, mestre das medicinas e espiritualidade do nosso povo conversando sobre as vidas existentes no Cerrado, ano de 2023.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Passamos por caminhos que meus avós pisaram e trabalharam por um tempo, conhecemos plantas e ervas medicinais, dentre elas a palmeira que meu avô fazia o rancho para minha família morar. Fomos nas cachoeiras e vimos a rica diversidade que esse corpo (Cerrado) tem, entramos no Cerrado para trocarmos histórias, sobretudo nos formar como defensores do bioma. Na estrada, vendo o vasto monocultivo do agronegócio, lamentamos a perda da diversidade por uma infinidade de plantios que tem mal cheiro e vista cinzenta.

Foto 55- Minha família no retorno à Chapada dos Veadeiros- GO, reconhecendo o lugar onde os nossos mais velhos viveram e conviveram com o Cerrado, ano de 2023.



Acervo Pessoal To'á Kaninã Pankararu

Nos dias atuais, juntamente com uma neta, mãe revê essa região com muita tristeza, pois ela conta sobre essa sua volta para esta região, onde a monocultura invadiu o território de muitos seres que ali habitavam:

“Aí, eu criança, né, há 40 e tantos anos atrás, da idade de Tayni, a gente andava aqui, só catando fruta, a gente vivia bem, a gente encontrava com tamanduá bandeira, encontrava com lobo guará, encontrava com tatu canastra, a gente encontrava com um monte de bichinho, a gente se alimentava de caça né. Meu pai era caçador, então a gente se alimentava dos animais que a gente achava, né. Aí a gente se alimentava comia fruta, aí meu pai fazia uma rocinha de mandioca com minha mãe, a gente tirava a mandioca fazia farinha e comia com a caça. (To'á Kaninã Pankararu, Chapada dos Veadeiros-GO, 2023)

Ouvimos essas histórias da vida no Cerrado, mãe nos mostrou o local onde nossos avós passavam quando saíram em busca do nosso bisavô Antônio Vieira, onde iniciou sua trajetória na saúde indígena tradicional. Fizemos uma caminhada enquanto ela contava:

“Murici, Mangaba, Pequi, Coquinho, puçá, Tutturubá, Mamacadela, e remédio também, muitos remédios, Sangue de Cristo (que a gente chama)”.

Hoje, já com uma neta, ela mostrou presencialmente uma história que ouvíamos, permitindo que a história e sensações do Cerrado sejam passadas adiante. Uma história que trata da busca por território.

Viagem de Volta

Andar na história

Nosso lugar não é limitado

A história vai tecer o futuro, voltar onde os nosso pisaram é resistir, é manter o passado vivo, é construir o futuro vivo.

Ouvir nossa história é saber o que se quer

A oralidade é poder

Escrevemos nossa história com os pés, registramos nossas pegadas.

(Ytxaha Pankararu Braz)

Vivenciando essa experiência juntamente com minha família observo os contos da espiritualidade dos nossos povos, lembro da importância das plantas recordando de uma das falas do professor e primo Kanátyo Pataxoop, quando fala da existência dos três elementos da espiritualidade, são o Vegetal que são as ervas sagradas, Mineral que são a terra, os barros que usamos para pintar e curar nossos corpos, as águas e Animal. Segundo ele, nossos ancestrais foram transformados na avó lua, mãe terra etc. Portanto os elementos da natureza são nossos parentes, nossa língua Patxohã é como se fosse um portal de comunicação com esses elementos.

A língua é nossa ciência, eu converso com a planta, como é a língua da planta, eu converso com o rio, como é a língua do rio? Como é nossa forma de comunicação? É comunicada pelo coração. (Kanátyo no curso “Histórias e Memórias da Língua Pataxó, 2019).

Ele enfatiza nossa relação com as plantas, dizendo ser feita com cuidado e escuta, por ser nossa parente viva, merece todo respeito. Ela também tem seu espaço no nosso dia a dia. Em concordância a esse pensamento, To'á manifesta:

“Como a gente fala né, a planta é um ser vivo, sendo ser vivo ela respira, ela se alimenta, elas se reproduzem, então ela é um ser vivo. Quando a gente chega perto da planta e conversa com a planta, cuida dela, ela entende, então quando a gente vai pegar uma folha, tem que pedir licença, depois tem que agradecer. Quando a gente conversa com a planta, ela fica alegre, ela fica bem ativa, bem verdinha. Quando a gente joga ela para lá, deixa ela no canto, quando a gente vai ver ela tá toda tristonha né, murcha, não fica viçosa, a gente tem que conversar. A voz da gente é importante e gera ondas sonoras isso é importante e a gente tem um relacionamento [...] agradecer quando vai mudar ela de lugar, falar que tá mudando ela de lugar, quando vai jogar água falar que tá oferecendo água para ela, quando vai coletar falar que tá coletando a sua semente, tem que conversar assim porque ela é um ser vivo.” (To'á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Nesse sentido, quero trazer uma narrativa sobre uma árvore espiritual para meu povo Pataxó, a Amesca. Segundo a cacica Sinajete Pataxó, a Amesca era uma pataxó muito baixú (bonita), ela foi destinada a ser uma guerreira para defender a cultura e a perpetuar as tradições. Um dia ela se apaixonou por um outro guerreiro de seu povo, mas segundo os mais velhos e de acordo com as tradições da época ela não poderia ter filhos por causa do seu destino para ser uma guerreira. Passando um tempo ela ficou grávida de gêmeos, naquela época se nascesse gêmeos teria que sacrificar um, pois segundo o seu povo um dos bebês teria o espírito do mal. Sabendo disso, ela seguiu com a gestação sofrendo muito, mesmo não sabendo o que aconteceria com seus filhos, ela seguiu com a gestação, enfrentando tudo e a todos para defendê-los.

Infelizmente Amesca morreu no dia do seu parto, conseqüentemente levando toda a maldição acerca dos seus gêmeos e de crianças futuras, salvando assim sua nação. No local onde ela foi enterrada, nasceu uma árvore que soltava uma resina parecida com lágrimas. Os

indígenas perceberam que com ela, poderia usar como vela e um remédio poderoso para cura de todo povo. Amesca foi muito corajosa por salvar seus filhos e sua nação. Hoje ela é uma árvore muito importante para os nossos rituais, sua resina cura inflamações, dores de cabeça, verminoses, entre outras doenças. Quando a misturamos com outras ervas fazemos defumação para purificação para então receber o Naô (espírito bom) como também utilizar em nossos Timbero (cachimbo pataxó).

11- Parentes Plantas- Vivências, ciência tradicional e direitos

Nossas plantas é uma ciência, uma ciência tradicional, mãe conta que sua tia Tereza Pankararu tinha a sensibilidade de conversar com as parentes plantas, ela ouvia sua tia dizer que sonhava com elas:

“Minha tia sonhava com as plantas, as plantas elas vinha no sonho, às vezes ela nem conhecia a planta, aí ela sonhava e ia pro mato né, caçar a planta. Eu falava:

- Tia a senhora tá caçando o que?

Ela falava.

- Tô caçando uma planta.

Aí depois ela achava.

- Olha aqui a flor! O cheiro!

E era essa.

Então ela tinha esse dom de cuidar das plantas, sonhar para curar.

Tinha uma parente dela que tava muito doente, doente mesmo. Aí um dia ela sonhou, falou:

- Olha, a planta que essa mulher precisa pra curar tá bem perto do quintal dela, vai lá?

Aí no outro dia ela levantou e foi lá, ela foi e achou a planta. Acho que era planta pra dor, eu sei que fizeram esse remédio pra mulher e a mulher sarou, passou a dor. Então o sonho dela era assim.” (To’á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023)

Episódios do ofício de raizeira da sua tia eram observados atentamente por To'á, que ainda na infância já recebia os saberes científicos do bioma ao qual estava inserida. Ela lembra como era a receptividade para com as plantas e sementes por sua tia:

“Às vezes a semente vinha, e ela via a semente, e saia procurando “de quê era aquela semente?” e achava a semente da planta. E ela sempre andava com semente, com folha, com raiz. Quando eu sinto o cheiro das plantas, aqui do chá, sabe. Quando eu entrava na casa você sentia o cheiro da casa dela, das folhas, a mesma coisa quando sinto esse cheiro, né. Capim Santo, Erva Cidreira, Erva Doce. Na casa dela era só folha[...] aí eu fui gostando das plantas também. (To'á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Quando mãe fala sobre essas vivências dela percebo o quanto ela e minha tia- avó Tereza Pankararu se parecem. Desde criança eu vivenciei minha mãe falando das medicinas das plantas, a todo lugar que íamos ela também voltava para o território com mudas novas para multiplicar. Sempre observava o interesse que ela tinha em ouvir os sabedores e mestres das plantas sagradas. Ela juntamente com outros mestres é defensora de nossas medicinas tradicionais indígenas no dia a dia. Principalmente na aldeia Cinta Vermelha Jundiba, juntamente a outras mulheres ela propaga essa valorização defendendo nossa medicina.

“Quando a gente vai coletar as plantas né?! Eu acho que eu já falei, Aí tem que pedir licença né, tem que te perguntar, tem que falar: “olha eu vou pegar essa sua folha porque eu tô sentindo isso isso”, e que tá precisando dessa ajuda, tem que conversar de seus rituais. Tem planta que você só pode coletar de manhã, tem planta que você pode só coletar antes do sol nascer, tem outra que você pode coletar só depois que o sol se for, tem outras plantas que você pode coletar só na lua clara, outras você pode coletar só na luz escura, só no escuro. Então tem todo um ritual, quando for tirar a casca de uma planta você tem que ver para que lado que o sol nasce para você tirar a planta, quando for coletar uma semente você não coleta tudo, só um pouco, você vai tirar um galho. O pessoal recomenda que a gente tira a casca da planta do lado, depois faz uma compressazinha de barro e coloca na planta, onde tirou a casca para

proteger. Tem uns cuidados assim que a gente tem que ter, não é só chegar e arrancar, arrancar tudo, não pode fazer isso, aonde tem poucas para você tirar da raiz você tira uma raiz, aí você pega a raiz e se tiver outras plantas você tem que deixar pelo menos outras ali, não tira tudo de uma vez, tem que ter esses cuidados.” (To’á Kaninã Pankararu, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Foto 56 - To’á colhendo sementes e plantas na Escola Família de Conselheiro Pena-MG com Bekoy Pataxó, anos 1990.



Acervo Pessoal To’á Kaninã Pankararu

Foto 57- To’á e Cida Pankararu pegando plantas medicinais para fazer mudas na Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, ano de 2022.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Na aldeia Cinta Vermelha Jundiba, ela criou o projeto “Okhá Kahab- Casa de Saúde, Cura e Harmonia”, idealizado para trabalhar a medicina Pankararu e Pataxó no território. Possibilitando aos povos indígenas e quilombolas da região a troca de experiências acerca da diversidade de plantas existentes nos territórios, como também discutir a importância da urgência da preservação das plantas ameaçadas de desaparecimento. Esse foi o tema do seu trabalho na pós-graduação.

Foto 58 e 59- Família de Gessilene Pataxó, a indigenista e amiga Geralda Chaves Soares e Nehewane em um dia de atividade na Okhá Kahab- Casa de Saúde Cura e Harmonia, Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba.



Foto: Rita Simone Liberato

Foto 60- To'á Kaninã Pankararu na Okhá Kahab que ganhou o Prêmio Cultura Xicão Xucuru no ano de 2007, pela importância para a medicina tradicional.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Foto 61 e 62- To'á Kaninã juntamente com a equipe de saúde do PSI- Polo de Saúde Indígena realizando uma oficina sobre as plantas medicinais na Aldeia Cinta Vermelha-Jundiba.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

To'á Kaninã nos exemplifica os princípios que ela acha importante quando se trata do atendimento à saúde na aldeia Cinta Vermelha- Jundiba quando se refere ao envolvimento da equipe de saúde indígena do Polo Base de Saúde Indígena de Araçuaí- PSI, pois a equipe precisa estar envolvida quando se trata da medicina tradicional.

“O pessoal do posto de saúde é exemplo de experiência interessante entre o Polo de saúde né, o Polo de saúde faz visitas na horta medicinal para conhecer as plantas, para tomar o chá, tomando chá, como diz o seu avô né Domingo, o chá da Esperança, da paciência e da perseverança. E quando a gente quer tomar o chá da paciência aí vai tomar erva cidreira, tem esses chás importantes, e a equipe vem para sentir o sabor, para sentir o cheiro das ervas medicinais. São atividades que são feitas na horta medicinal, experiência importante porque essa interação entre a equipe multidisciplinar do Polo de saúde.” (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Foto 63 e 64- Incentivo e valorização da saúde tradicional pela Equipe do Pólo Base Indígena nos encontros sobre a medicina sagrada e encontro de Pajé, Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, ano de 2015.



Acervo To'á Kaninã Pankararu.

“O pessoal do posto de saúde sempre convida a gente para conversar para falar um pouco sobre a medicina tradicional, sobre as plantas medicinais, mas isso foi uma luta dos povos indígenas né, das raizeiras e das benzedeiras, dos pajés e nós da comunidade. O pessoal exigiu esse direito da Saúde diferenciada com as plantas medicinais. E aí nós incluímos aqui no posto de saúde dentro da programação dos agendamentos, tudo a prática da medicina tradicional. Essa prática diferenciada que tem que ter respeito, tem que ter conhecimento, tanto nos hospitais aqui, como nos postos de saúde. Os médicos também tem que conhecer as diferentes práticas.” (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Pergunto como se dá esse respeito com as práticas tradicionais no território Pankararu e Pataxó em que ela é protagonista.

“O povo da aldeia, os Pankararu e os Pataxó que a gente conhece se curam com a medicina tradicional né, para poder fazer seu tratamento da maioria das vezes é curada com as plantas, as raízes, xarope, os banhos e também os benzimentos né. A espiritualidade não pode estar afastada do tratamento com as plantas medicinais, a espiritualidade, ela tem que estar junto a fé né, a pessoa tem que ter fé para receber o tratamento com as plantas medicinais. Então a espiritualidade é muito forte, a fé tem que ser muito forte e aí a pessoa se cura né, pode estar com enxaqueca, por exemplo, Cleide

se curou da enxaqueca com cafezinho do mato, ela fez a tratamento e se curou. Outros que tem problema de anemia, vai tomar o chá de fedegoso, vai tomar o licor de Jenipapo, então vai curar da anemia ou da infecção urinária, vai tomar o Quebra Pedra, vai tomar Caninha do Brejo, tá com algum problema nos rins? Aí vai tomar chapéu de couro, vai tomar ele outra planta aqui que é muito bom, a Tansagem para limpar infecção, então todas essas plantas curam né e cura com as plantas e a fé e a espiritualidade junto. Primeiramente procura a medicina tradicional, aí se persistir muito, se tiver muito com outros problemas, procura um médico, mas até a médica já é tá orientada que às vezes tem algum problema de doença e só vai para médica quando passar pela medicina tradicional.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Seguindo a mesma proposta da valorização das plantas medicinais e a saúde indígena, além da continuação dos objetivos das propostas da Okhá Kahab, foi idealizado o primeiro Encontro de Pajés da Aldeia Cinta Vermelha Jundiba para ampliar as discussões acerca das plantas medicinais na saúde indígena, focando no sagrado dos povos existente no estado de Minas Gerais. Então To’á viu a importância de ouvir os mais velhos de cada povo e disseminar seus conhecimentos com jovens, instituições, povos tradicionais do Vale do Jequitinhonha. Vários povos estiveram presentes no encontro como Krenak, Aranã, Xacriabá, Pataxó, Maxakali, Xucuru Kariri etc, além do povo quilombola Baú de Araçuaí.

Foto 65- Mesa sobre a importância de nossas águas e medicinas sagradas, composta por To’á Kaninã Pankararu, Djanira e Euclides Krenak, Domingos Braz Pataxó e um professor universitário, Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba.



Foto: Rita Simone Liberato

Nessa época do encontro de Pajé eu esperava a minha primeira filha, Tayniawara, no dia do seu nascimento tive cuidados medicinais das pessoas da minha aldeia, principalmente da minha mãe que me acompanhou, dando o suporte necessário para que o parto ocorresse de forma saudável. O primeiro passo foi a observação das contrações. Mãe fala que para o parto ocorrer da melhor forma e rapidamente, tinha que tomar um banho de mamão macho, pois segundo os seus conhecimentos ele facilitaria o parto e a mulher não iria sofrer tanto.

No meu resguardo seguimos alguns rituais como: a bênção do pajé com a fumaça medicinal da Amesca (Foto 66), pirão de galinha caipira feito especialmente para este momento, banhos com Picanso ou Picão (*Bidens pilosa*) nos primeiros dias de nascimento da criança, caso apresentasse a icterícia, além da garrafada feita de ervas que cuidam do útero, ajudando a desinflamar e a “limpar”. São elas: Arruda (*Ruta graveolens*), pimenta do reino (*Piper nigrum*), mentrasto (*Mentha suaveolens*), artemijo (*artemisia*), Anchota (*Conyza spp*).

Foto 66- Bênção do Pajé Domingos para Tayniawara Lyra no dia do seu nascimento, Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, 2014.



Acervo Pessoal

Os cuidados coletivos são essenciais nesses momentos tão importantes para nossas vidas, é um momento que todos da aldeia se mobilizam para celebrar o nascimento de um Kitok (Criança). Por ser um momento sagrado, os trabalhos de cura e de saúde coletiva estão todos concentrados nesse processo, como a disponibilidade das benzedeadas para cuidados com a mãe e criança, consideramos também a importância dos astros, o Mayão (Sol), por exemplo traz sua energia de cura quando ele nasce, a vó Angohó (lua), oferece força e vitalidade para o kitok em cada fase de sua vida.

Meu parto ocorreu no hospital da cidade de Araçuaí, mas os cuidados antes e pós parto recebi em casa. To'á tem experiências em partos, mas por conta de alguns desafios de hoje em dia, ela apenas assiste quando necessário, ela narra suas vivências nos partos que realizou quando era mais jovem:

“Eu já fiz vários partos, fiz o parto da minha irmã, eu já fiz um bocado de parto, mas depois começou a equipe de saúde do governo e aí a gente que não tem Coren não pode estar fazendo parte, aí depois que a equipe foi montada que chegou para fazer os atendimentos a gente parou de fazer parto, eu parei de fazer. Aliás a gente que tem Coren, o Conselho Regional de Enfermagem, não pode fazer o parto, é só o médico, no caso aí, como eu fiz o curso de agente de saúde, eu registrei no Coren, aí não pude mais fazer parto, mas a gente acompanha a gestante.” (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023)

Ela relata sobre os remédios medicinais específicos para saúde da mulher e para as crianças no período de pós parto:

“Tem sim os remédios que a gente faz para gestante, e tem os remédios também para o recém-nascido, as plantas dos recém nascidos, os banhos, as massagens que faz nas gestantes e depois que ela ganha neném, vai tomar também a garrafada. Quando eu já falei com raízes para limpar o útero outras plantas para ajudar na lactação pra produzir leite, aí tem o tratamento da criança né, a gente usa sempre o Picanso, depois que ela ganha neném aí vai tomar também a garrafada né, como eu já falei para limpar o útero outras plantas para ajudar na lactação né para produzir Leite aí tem o tratamento da criança né que a gente usa sempre o Picão né picanço para criança o chá do picão para dar um banho e também o alecrim Alfazema e para mãe. Ela toma um mentrasto, toma artimijo, toma uns banho antes de ganhar neném né toma um banho de folha de manga com flor de manga com flor de laranja e aí por aí por diante.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

A “temperada” ou “garrafada” é uma conserva com as folhas usado na saúde da mulher, principalmente no momento pós parto, quando o útero precisa de um cuidado maior. É consumido com acompanhamento e orientação da pessoa (raizeira ou raizeiro) que fez. No quadro a seguir, podemos citar as ervas medicinais/tradicionais e sua indicação pesquisadas por To’á no Vale do Jequitinhonha.

“Tem algumas plantas é algumas que a gente mais usadas né porque por exemplo o fedegoso, o fedegoso a gente usa para febre usa para para problemas de reumatismo né dor de cabeça Então usa o fedegoso a Imburana também né aí durante o cheiro usa para dor de cabeça para enxaqueca né para limpeza pessoal fala limpeza do organismo né então tem a o mentrasto, o mentrasto é uma planta feminina né que é para limpeza do útero que para quando a mulher ganha neném para para desinfetar né, limpar o útero usa o ovário

para evitar a cólica para evitar infecção né Tem um mentrasto e tem a tem o hortelãzinho poejo que é para curar gripe resfriado do bebê né, que o poejo e hortelãzinho a gente considera como planta para criança né, planta infantil então já é para problemas respiratórios né, o adulto também pode usar problemas respiratórios, é o poejo e hortelã e outros, é depois se você quiser eu tenho até aqui anotações no caderno viu o jeito de fazer para que que serve.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

Quadro 3- Plantas usadas na saúde da mulher, plantas pesquisadas por To’á Kaninã.

NOME POPULAR	INDICAÇÃO/ RECOMENDAÇÃO
Anchota ou enxota	Problemas do aparelho reprodutivo, pós-parto
Artimijo ou Artemísia	Usada no pós-parto, anti-inflamatório, regulador da menstruação
Barbatimão	No tratamento de DST, cicatrizante Crista-de-galo No tratamento de DST, cicatrizante e anti inflamatório das vias genitais
Mentrasto	Cólicas menstruais, anti-inflamatório uterino
Tiborna	Aumenta a fertilidade

Fonte: SILVA, 2018

Conforme To’á, são necessários cuidados sensíveis com as plantas, uma vez que elas têm suas próprias individualidades. Além do mais, há fases da lua que precisam ser respeitadas para haver a coleta das plantas. Ela cita nossa prima Bárbara Pankararu (Cantadeira que recebeu o diploma de patrimônio vivo do estado de Pernambuco), mulher referência ligada à espiritualidade, bem como guardiã dos saberes encantados.

“Os remédios eu aprendi a fazer de acordo com os ensinamentos antigos, como que vai fazer o remédio que você vai fazer um xarope ou vai fazer um banho, ou vai fazer um chá, tem que saber fazer, a gente não pode fazer de qualquer jeito, tem que ter muito cuidado. Fazer a medida certa, a quantidade da raiz ou da folha, ou do Mel, o

jeito de coletar raiz, tem que ver a lua. Tem planta que você pode tirar de manhã ou pode tirar à tardinha, então isso a gente vai aprendendo com as nossas, os nossos antigos. Os nossos antepassados, as mais velhas da Aldeia, das Comunidades, aonde a gente vai, a gente vai aprendendo, trocando experiências, observando. A gente tem que observar bastante os conhecimentos, têm que prestar atenção para conhecer mais plantas, o jeito de fazer, o jeito de usar. Cada comunidade tem um jeito de acordo com os conhecimentos que foram repassados, então eu aprendi a fazer os remédios assim, observando e tendo os ensinamentos dos mais velhos, das mais velhas. Como eu falei e como a Barbinha faz, não é para todo mundo que ela ensina. E a gente não pode ensinar para todo mundo também não, a gente só ensina para quem tem o dom e para pessoa que tem responsabilidade e respeito. Tem gente que pega lá uma folha, quer tomar o chá para ficar bem, mas não conhece a planta, não sabe cuidar da planta, então eu aprendi assim com os antigos, com os mais velhos. Ainda há troca de experiência no dia a dia com outras pessoas outras comunidades.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

Foto 67e 68- To’á e Bárbara Pankararu na Aldeia Mãe Brejo dos Padres, Pernambuco, andando pelo território e olhando a biodiversidade e as plantas medicinais da Caatinga, ano de 2023.



Foto: Uakirê Pankararu Braz.

Ela relata a importância das pessoas mais velhas em seu aprendizado sobre a ciência das plantas, principalmente pelo chamado de sua tia Tereza que a incentivava na vivência. É preciso também estar com os ouvidos atentos a aprender esses conhecimentos passados de geração em geração, foi assim que To'á tecia os seus.

“Eu aprendi a usar as plantas medicinais e a conhecer no dia a dia mesmo, na aldeia eu sempre gostava de conversar com os mais velhos, via as mais velhas usar as plantas, eu tinha a irmã de mãe, a irmã mais velha, a tia que acompanhou a gente, ela conhecia muito né, tia Cassimira, lá da Aldeia conhecia muito a nossa família, os mais velhos da nossa família e também nos rituais que a gente participa. Tinha muitas plantas usadas nos rituais, a Imburana, o Fedegoso, o Juazeiro, a Quixabeira, além desses remédios de quintal, Capim Santo, Erva Cidreira, Poejo para criança. Geralmente quando as crianças nascem nas aldeias, você sabe né, quando nasce uma criança o pessoal faz festa, então já tem as Garrafadas com plantas, as temperadas. Têm Arruda, Artimijo, Mentrasto, Alho. Então, no dia a dia mesmo com as mais velhas e nos rituais da Aldeia eu fui aprendendo, interessante também porque minha tia sempre

incentivava, isso é importante, faz parte da Cultura, da identidade da gente, da religião, dos conhecimentos da gente mesmo. (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, 2023).

Pergunto para To'á se ela se considera uma raizeira. Ela responde:

“É a questão aí de quando eu me senti que era uma raizeira? A gente não tem esse sentimento né, assim de se sentir uma raizeira. Eu acho que a gente vai de acordo com o dia a dia né. O cotidiano é que ele vai fazendo, mas eu mesmo assim, eu não me sinto que eu sou uma raizeira não, eu acho que a gente vai cuidando das raízes, utilizando as raízes a cada momento de necessidade né, e vai entendendo, cuidando do valor que as raízes tem. Porque as nossas avós, as mais velhas, elas sempre falam que as plantas são nossas irmãs, são seres vivos e são seres de direitos. Elas são seres vivos, então elas são seres de direitos e de respeito né, então a gente vai cuidando de acordo com a necessidade de cada um né, mas assim, eu me sentir, quando eu me sentir, mas eu acho que nunca me senti não, eu senti assim a necessidade de cuidar da raiz das raízes né, das raízes e reconhecer o valor das raízes, cuidar das raízes, das plantas. A gente sente isso, a gente essa obrigação, essa responsabilidade e esse respeito com as plantas.” (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

Além de falar sobre as plantas serem seres de direito, ela diz também sobre os cuidadores tradicionais em nossas comunidades. É fundamental a existência deles, pois isso mantém quem nós somos. Essas pessoas são verdadeiros cientistas que lutam pela medicina sagrada dos povos, se tratando disso, a luta se amplia para a preservação da biodiversidade.

“Toda planta tem que ter um cuidador né, é por isso que temos os pajés, os benzedores, as benzedadeiras, os raizeiros e raizeiras, porque tem que ter alguém para cuidar, é uma troca né, a pessoa cuida da planta e a planta cuida da pessoa no tempo certo. Tem plantas medicinais que a gente planta, coleta semente no tempo certo cuida da semente. Quando for o tempo de plantar, planta, sai semeando, a gente não pode só usar não, a gente tem que semear também. Por exemplo, a Tansagem que já está desaparecendo. Tem outras

plantinhas que são bem sensíveis né, o calor principalmente agora nessas mudanças climáticas, essa emergência climática, esse calorão aí, nossa! Tô até imaginando o sofrimento dessas plantas com esse calorão, então a gente quando é o tempo de coletar as plantas, as semente né, tem que ficar observando o tempo de coletar e planta no tempo certo, tem que observar a lua, se for na Lua Nova, lua cheia... e no Cerrado as plantas são as nativas, as aves os animais cuidam dessa dispersão, então tem algumas aves que se alimenta das sementes e vai espalhando a semente no ambiente, os animais também que come alguma semente já sai dispensando no ambiente, então algumas plantas nativas do Cerrado são os próprios animais que dispersou, que cultiva, o que plantam essas sementes para não perder a árvore, nem a planta, e no Cerrado agora com esse fogo né queima tudo, as sementes... é um desastre, mas a gente tem que cuidar das plantas, esses impactos de sol e chuva no tempo errado, o sol forte demais, a gente tem que cuidar dessa planta para ajudar essa planta.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

Pergunto como surgiu as plantas de acordo com a cosmovisão Pankararu. Ela responde:

“Elas surgiram quando o universo foi criado né, quando o Santsê criou o povo Pankararu, que o povo Pankararu veio da água né, da das Cachoeiras do Rio São Francisco, o Opará. Então, o Opará é território do Povo Pankararu, E quando Santsê criou o universo, então o criou as águas e o povo Pankararu morava junto com outros seres aquáticos né. No fundo do Rio São Francisco, nas grutas do Opará, das grotas né, que eles falam lá na cachoeira e daí quando ele resolveu sair da água para Terra e aí Santsê já tinha criado tudo, seres das águas, seres da terra né. Só que nós saímos dentro da água pra habitar a terra e para conhecer as plantas. Naquele tempo os bichos falava né, a coruja falava, o camaleão falava, tudo falava todos os animais falavam E aí o ensinou, ele já tinha planta já e quem ensinou o humano Pankararu a cuidar das plantas foram os bichos né o gavião, a coruja, o camaleão, o teiú, então cada bicho ensinou, mas

ia ensinando cada planta para que seria, a gente só usa a planta ou come a fruta do mato, da Mata aquela fruta que o passarinho come aquela fruta, aquela folha que o passarinho bica, aquela semente que o passarinho come, o que o teiú come, o que o tatu come. Então todos esses, isso até hoje se a gente viu que uma fruta tá no chão e que não tá picada de passarinho é porque ela não, é porque ela é venenosa ela não serve para alimento e nem para remédio né. E então ela é tóxica então é observando a natureza que o Pankararu foi aprendendo né que a gente que é raizeira, benzedeira, parteira, observa, é através da observação dos animais, das aves, dos insetos né, da Abelha e de todos os animais. Então aonde tem animal que tá se alimentando, tá utilizando. Então pode é aquela planta que serve para tratar.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

As narrativas nos mostram a interação com o mundo animal e vegetal em um outro tempo, nossos antepassados conversavam com os animais, atualmente esse conversar é através da observação e pela sensibilidade adquirida através disso. A observação como disse To’á, dita os caminhos das atividades rotineiras, exemplificado nesse caso, a alimentação. A relação próxima com os seres vivos é um pertencimento coletivo, existindo o sentimento de parentesco. To’á como bióloga, expõe o ponto de vista da biologia em relação ao parentesco dos seres plantas:

“As plantas têm parentes, elas têm família, todas as plantas têm família até mesmo na Biologia né, tem as famílias, têm os gênero, tem quando a gente tá estudando lá, a classificação e a gente vê que ela tem família mesmo, tem filhote, filho né, ela gera filho ali é o primo a prima. As raízes delas entre conexão com outras raízes e onde há comunicação, então as plantas são famílias, são parentes. Tem as companheiras, tem planta que se você identifica com uma planta e você já sabe que junto dela tem uma planta companheira né, que sempre vai estar ali, você acha onde ela tiver pode ver que tem a outra planta que a gente já sabe que tem outra planta junto, né. Isso é importante, então elas têm família, têm seus filhotes, têm o seu avô, sua avó, têm família e as raízes se comunicam umas com as outras,

têm parentes né, as plantas companheiras né, que nunca ficam sozinhas. (To'á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

Com esse depoimento, percebemos em outros diálogos em nossa comunidade, principalmente com mulheres, a relação de proximidade e cuidado através do conversar com as plantas, é comum perceber a proximidade, a observação aguçada sobre o tempo, sobre os cosmos e as medicinas. Principalmente quando se é criança, onde o Kitok (criança) transita por vários espaços, pois é ali que se aprende a cultura. To'á relata como aconteceu esse chamamento através da observação e convivência com as mais velhas.

Foto 69- To'á Kaninã sendo benzida pelo Doutor em educação por notório saber Valdemar Xacriabá no Encontro “Plantas Sagradas, Mulheres e Direito” na Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, ano de 2015.



Acervo pessoal

Nessa experiência de vivência, quero destacar o sagrado protegido por To'á, a todo momento fazendo as ciências tradicionais indígenas se movimentarem, ela é essa sabedoria em seu dia a dia, potencializada por outros mestres guardiões, que inclusive são lembrados a todo momento. Além de ser essa guardiã dos biomas Caatinga- Cerrado, ela se tornou uma ativista pela saúde indígena, pelas águas e pela terra, fazendo denúncias contra empreendimentos que impactam negativamente a vida e a saúde de todos.

To'á Kaninã de escuta sensível e ativa desde sua infância, entre o Cerrado, a Caatinga, entre os saberes de sua tia Tereza Pankararu e outros povos no Cerrado se formou uma grande sábia que defende os povos dos rios onde passou. Atualmente, na curva do Rio Jequitinhonha onde está localizada a aldeia, ela continua carregando o legado de sua tia e de

nossos ancestrais. Ela carrega a raiz de nossas lutas pelos direitos indígenas, lutou e ainda luta junto às guerreiras contra todos projetos anti-vida que cercam os povos tradicionais. É uma verdadeira defensora do Bem Viver no estado de Minas Gerais, perpassando outros lugares junto ao Cerrado e aos rios onde passou.

Como um Awê Heruê, To'á anda para frente, com os pés firmes na terra, ela luta pelos direitos dos povos, sendo Pankararu, vestindo Pataxó, falando outras línguas. Ela vive com as memórias movimentando entre passado e presente.

Com o maracá ela canta para o futuro.

Com a benção dos rios e proteção do Cerrado, ela mantém sua voz ativa. Viva! A cobra protetora das pedras brancas!

(Ytxaha Braz)

Foto 70- To'á no Awê, ritual Pataxó na Fazenda Guarani, anos 1990.



Acervo: To'á Kaninã

12- To'á Kaninã- Mulher Cerrado- Caatinga

Foto 71- To'á Kaninã em oficina sobre plantas medicinais na trilha do conhecimento da aldeia Cinta Vermelha- Jundiba no Encontro de Mulheres Plantas Sagradas, 2015.



Acervo Pessoal

As mulheres indígenas sempre estiveram à frente da luta em defesa da vida e dos territórios indígenas. Em nossas aldeias são elas as mantenedoras dos conhecimentos e das ciências tradicionais. Há uma noção coletiva de defesa do “Corpo Território”, tema da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas que aconteceu juntamente à Marcha das Margaridas (movimento que leva o nome da paraibana Margarida Alves, uma mulher que lutou pelos direitos trabalhistas no seu estado durante a ditadura militar) no ano de 2019 em Brasília-DF.

A mobilização das mulheres indígenas se fortalecia no espaço do Acampamento Terra Livre (ATL), demandas como saúde, educação, combate à violência, alimentação, principalmente território, eram cada vez mais discutidas. O fortalecimento da organização das mulheres tornou-se prioridade, já que a ausência de direitos afeta diretamente seus corpos.

Para entender melhor o conceito “Mulher Bioma”, exemplifico a articulação de mulheres indígenas chamado ANMIGA- Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade, composta por mulheres de todos os biomas existente no Brasil. O movimento é constituído por mulheres que se autodenominam ramas e sementes, com essa

ancestralidade diversa, constroem o movimento, destacando a resistência dos biomas aos quais pertencem (Anmiga, 2023).

Nós somos porque nossas ancestrais foram. As mulheres indígenas sempre estiveram presentes nos movimentos: seja em movimentos mais locais no chão do território ou a nível nacional. Mulheres nas comunidades: parteiras, remedeiras, pajés, lideranças e cacicas. Desde a década de 80 até hoje (ANMIGA, 2023).

No documento final da Marcha das Mulheres “Território Nosso Corpo, Nosso Espírito” elas construíram uma carta- denúncia onde apontaram violências acometidas sobre a Mãe Terra, conseqüentemente atingindo seus corpos. Principalmente em um contexto de governo (Jair Messias Bolsonaro 2019- 2022) em que as demandas dos povos indígenas não eram correspondidas.

Essa forma de governar é como arrancar uma árvore da terra, deixando suas raízes expostas até que tudo seque. Nós estamos fincadas na terra, pois é nela que buscamos nossos ancestrais e por ela que alimentamos nossa vida. Por isso, o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito. (Manifesto das primeiras brasileiras, as originárias da Terra: a mãe do Brasil é indígena. 2021).

A pauta da luta das mulheres indígenas inclui a luta pelo território, trazer esse conceito de “Corpo- Território” para a atualidade e para a sociedade é essencial para a “Cura da Terra”, como propõe o movimento. Essa pauta está ligada à luta coletiva por território, inclui também à educação, saúde, identidade, práticas culturais etc. Barboza, Duarte e Xamen (2019) propõe a ampliação desse debate nos movimentos feministas, visto que, existem contextos indígena diversos ao qual observamos a necessidade de agregar tais pautas.

Oferecemos a concepção do conceito de “corpoterritorialização”, porque defendemos o pressuposto de que a territorialização indígena se constitui como um processo corporal onde corpos e fluidos femininos contagiam, direcionam e regulam a interação indígena

com e entre o território, e seus constituintes. Assim, proporcionamos um exercício preliminar de reflexão sobre o conceito de “corpoterritorialização”, a fim de que esta iniciativa seja debatida, melhorada e incorporada nos estudos antropológicos e feministas. (Barboza, Duarte e Xamen,2019: 507).

To'á Kaninã Pankararu se identifica mulher Caatinga- Cerrado, dois biomas que contam história de seu nascimento à sua luta atual, assim como os dois biomas contribuem com sua história, são os mesmos presentes em seu contexto como liderança em defesa das águas e da terra no Vale do Jequitinhonha. A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro, com diversas espécies de animais endêmicos (327), algumas de suas vegetações tem a capacidade de se adaptar devido às suas transformações no certo período do ano que varia entre chuvosa e seca, fazendo com que as suas folhas sejam eliminadas para evitar a evapotranspiração, o que deixa a vegetação com o aspecto “seco”, além disso, o bioma é rico em fibras, frutos silvestres, plantas medicinais que sustenta povos indígenas da Caatinga. Esse bioma é sagrado para nosso povo, pois é a morada dos encantados e dos animais que se manifestam na dança tradicional na noite dos “passos” no “flechamento do umbu” (ritual de celebração das farturas das roças, é início de um novo ciclo, agradecimento aos encantados pelas promessas atendidas).

Foto 72- To'á Kaninã com umbús no território Pankararu, Brejo dos Padres, PE, ano de 2023.



Foto: Uakyrê Braz

Os encantados são seres espirituais, é a nossa conexão com o sagrado, os mais velhos costumam dizer “abaixo de Deus, somente eles”, é deles que vem a cura, os cuidados e as interações com as pessoas que são preparados desde criança. Eles são seres antigos, antepassados e seres da natureza. São protetores das famílias, das matas e animais, é nossa espiritualidade. Eles são representados pelos “praiás” ou “forguedos”, vestimentas confeccionadas da fibra do “croá” ou “caroá” (uma espécie de bromélia), sagrados para o nosso povo. São de uso exclusivo dos homens Pankararu. Para usar, eles precisam se preparar durante um tempo para se purificar, tomando banhos somente com ervas, cuidando da alimentação, dentre outras restrições. As mais velhas falam que as roupas dos “homens” (assim que são referidos) são medicinais, antigamente poderíamos fazer chás para banhos quando encerrava o ciclo de seu uso.

Entre os meses de fevereiro e março, ocorre a iniciação da “Corrida do Umbú”, começo de um novo ano para o povo Pankararu. O Fruto Umbu ou Imbú (*Spondias tuberosa*) é considerado sagrado para o nosso povo, ele nos oferece sustentabilidade, além de participar da culinária das famílias com a bebida tradicional que se assemelha a um mingau chamado “imbuzada”.

Quando nasce o primeiro fruto, há a preparação para o “flechamento do umbu”, realizada pelos praiá, ocorre entre outubro e dezembro. Em seguida acontece o cabo de guerra, onde os praiás e os homens puxam um cipó, tudo isso definirá como será a colheita no ano seguinte.

O ritual ocorre no período de 4 semanas, nos finais de semana (sábado e domingo) ocorre a “noite dos passos”, momento em que mulheres dançam a madrugada toda ao som de toantes e músicas específicas que cantadores e cantadoras mais velhos cantam uma vez por ano. Em um terreiro escolhido, as mulheres manifestam as danças dos animais como abelha, sapo, papagaio, entre outros. Enquanto toda a comunidade assiste o ritual em um grande terreiro.

A próxima fase é a queima do cansaço (*Fleurya aestuans L.*), onde dançadores e dançadoras queimam uns aos outros com suas ramas. Nesse dia, o casal de dançadores oferece cestos com frutas, sucos, entre outros produtos comestíveis aos encantados. É uma forma de agradecê-los pela cura concedida e as promessas realizadas ao longo do ano.

Foto 73- Homens e mulheres com a rama de cansaço se preparando para queimação, Aldeia Brejo dos Padres, Pankararu, PE, 2016.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Foto 74- Mulheres e seus cestos com frutas, sucos, entre outros produtos para pagar suas promessas, aldeia Brejo dos Padres, Pankararu, PE, 2016.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Ao final do ritual é a saída do Mestre Guia, o encantado mais velho sai do Poró (local onde os homens se preparam para rituais) na aldeia Serrinha. Nessa etapa em específico, somente indígenas podem assistir. É o momento mais importante da corrida do umbu, somente neste dia é possível ouvir os toantes expressados pelos cantadores. Durante a madrugada, o pirão e a garapa são compartilhados com todos que estão assistindo e participando daquele momento.

Durante toda a corrida do umbu, as músicas são tocadas com ajuda de instrumentos próprios, como o rabo de tatu, pífano, maracá, normalmente manuseados pelos homens. Há também os dançadores, que em momentos específicos dançam o toré, as mulheres também dançam com os praiás em um momento que se chama “parêia”. Os praiás dançam do início ao fim do ritual, os homens se preparam com benzimentos com o “Campiô” (cachimbo), banhos com ervas medicinais, comida como o arroz, pirão e carne de bode, além da garapa feita de cana de açúcar ou rapadura.

Nesse sentido, coloco a Caatinga na história de To'á como a origem, ali está sua história, sua espiritualidade e fé com os encantados. Ela carrega esse pertencimento por onde for, pois ela é a parte desse tronco Pankararu, fortalecido por sua mãe, minha vó Benvina, que sempre os lembrou quem são durante toda a “andança” diaspórica.

O Cerrado também é nossa casa, pois abrigou minha família quando seguia em busca de meu bisavô na região da Chapada dos Veadeiros e no território Xerente, além de compartilhar sua vida e partilhar seus alimentos. O Cerrado foi uma companheira para To'á,

principalmente em sua formação como uma mulher da saúde tradicional. O bioma atravessa estados, sendo o segundo maior da América do Sul, localizado na região central do Brasil, dessa forma, possibilitando a conexão com outros, dentre eles a Caatinga (Silva, 2018).

“É o que eu penso sobre o Cerrado e sobre a caatinga é que são espaços sagrados né que oferece alimento e oferece remédio oferece moradia não só por ser humano, mas para todos os outros seres, que não é só moradia para o ser humano é moradia dos insetos e moradia para os répteis, os anfíbios. Então, é Espaço de Vida tanto Cerrado como a Caatinga, são espaço de Vida pra humanidade.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba 2023).

Esses dois biomas fazem parte de sua luta atual no Vale do Jequitinhonha, que possui uma área de transição (Cerrado- Caatinga), denominado ecótono. De acordo com Silva (2018) o encontro desses biomas promoveu a transmissão de um rico conhecimento sobre as plantas medicinais entre povos tradicionais habitantes da região. Desde seu nascimento, To’á transita nesses biomas- casas em busca do direito ao território (o Estado foi responsável por retirá-lo) para ter acesso a saúde e educação diferenciada, inclusive pelos direitos dos biomas e das medicinas tradicionais, pelo futuro de todos os seres (humanos e não humanos).

12.1- A Cobra das Pedras Brancas que protege o rio da sua história- Jequitinhonha.

To’á dedica sua vida à pesquisa relacionada às plantas medicinais, ela conclui que elas estão desaparecendo na região por conta dos impactos de grandes projetos, ela relata os desafios em continuar seu trabalho dedicando- se às plantas medicinais.

“A dificuldade de mexer com as plantas primeiro tem que ter tempo né, tem que ter tempo pra ter uma convivência com as plantas, para mexer na horta, para andar nas trilhas né. Nos matos, na mata e tem que ter território né. A minha preocupação é com os territórios e com o avanço da mineração, a gente se preocupa muito com o uso do agrotóxico que se espalha, mesmo que usa o agrotóxico a 10 km da gente, mas o vento, as correntes de ar traz e contamina as plantas da gente, então eu tenho muita preocupação sim com o desmatamento, com desequilíbrio ambiental, com a poluição das águas, porque usa

água para molhar as plantas. Então é muita coisa, tanta coisa que me preocupa. Mexer com as medicinais tem que estar em paz, tem que estar com Espírito em paz né, tem que estar com tranquilidade, tem que ter tempo, sem preocupação nenhuma tem que ter tempo para tratar das plantas, conversando, cuidando. Atualmente estão vendo que as plantas estão desaparecendo, que não está suportando o tempo como que está, o clima seco, a temperatura alta e sem umidade, então muitas plantas estão começando a sentir isso.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

Ela denunciou à Organização das Nações Unidas- ONU os impactos da exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha. As regiões do nordeste e norte de Minas Gerais, médio Jequitinhonha, concentram a maior reserva de Lítio do Brasil. A empresa responsável é a canadense Sigma Lithium, que já investiu mais de \$ 1bilhão para exploração no projeto na “grotta do cirilo” entre os municípios de Araçuaí e Itinga. Alegando ser “sustentável” e “verde” a empresa estima extrair mais de 270 mil toneladas ao ano, além disso, conseguiu a autorização para utilizar 42 mil litros de água por hora, em uma região onde agricultores e povos tradicionais encontram dificuldades de acesso à água. O Movimento Dos Atingidos por Barragens- MAB denuncia as problemáticas e contradições ditas pela empresa sobre o suposto desenvolvimento ofertado pela exploração de lítio na região. Os impactos como expulsão de agricultores de suas terras, danos à saúde, poluição do ar e das águas, aumento do custo de vida são algumas das consequências sentidas pelos moradores e povos de comunidades tradicionais.

Nós do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB acreditamos e construímos o debate do desenvolvimento com a participação popular. É fundamental que a sociedade tenha a informação do interesse e da destinação dessa extração apressada e em larga escala. O acesso à água de qualidade às famílias da região deveria ser o debate anterior à exploração de lítio, e a população deveria ser parte das decisões da exploração que afetam diretamente seus modos de vida. (site do Movimento de Atingidos dos Barragens, 2022).

Seguindo essa mesma lógica, To'á critica a forma que a empresa e seus representantes pronunciam sobre a forma de exploração, declarando ser “sustentável”, sendo que diversidades de árvores nativas foram exterminadas para dar vida a planta do empreendimento. Ela denuncia a irresponsabilidade do governo de Minas Gerais.

“O Vale de Jequitinhonha está sendo explorado pela mineração de lítio realizada por grandes empresas multinacionais, com o apoio e aval do governo de Minas Gerais, causando impactos irreparáveis à natureza.” (To'á Kaninã em entrevista ao Conselho Indigenista Missionário- CIMI 2023).

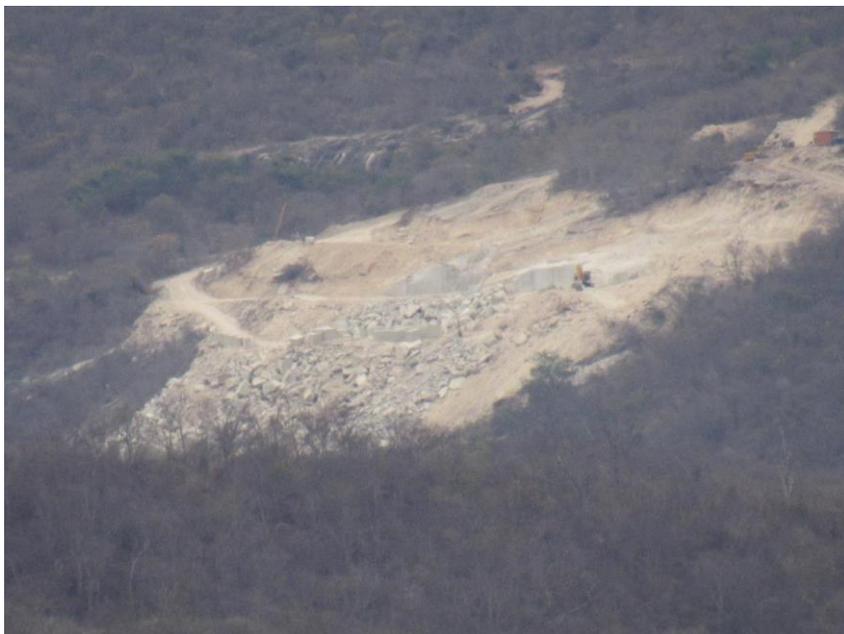
O “projeto” nomeado como “Vale do Lítio” pelo governo de Minas Gerais representado por Romeu Zema (Partido Novo) extingue e desconsidera o território ancestral que é o Vale do Jequitinhonha, o “rio largo cheio de peixe” é uma herança deixada pelos povos ancestrais da região, carrega uma lembrança de como nosso rio era no passado. Atualmente a luta é para dizer que não somos o lítio e tampouco resumidos a agropecuária e o eucalipto que invadem a região. To'á demonstra preocupação referente aos impactos sofridos pelas plantas medicinais em consequências da exploração, são eles:

Foto 75- Projeto de irrigação para monocultura em localidades próximo a aldeia e ao Rio Jequitinhonha, 2018.



Acervo: To'á Kaninã Pankararu

Foto 76- Exploração minerária em locais próximos a aldeia e comunidade quilombola, Vale do Jequitinhonha, ano de 2018.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Foto 77- Empresa Quartzo Brasil Mineração localizada ao lado da aldeia, produzindo barulho, poeira, explosões, entre outros prejuízos à flora e fauna local, Araçuaí- MG, ano de 2018.



Acervo: To'á Kaninã Pankararu

Foto 78- Mantiqueira transmissão de energia- torres que dão suporte a fios de alta tensão dentro e em torno da aldeia, instalada sem consulta prévia e conhecimento das lideranças da aldeia. A referida empresa tem participações da CYMI Holding S.A., Lintrando do Brasil Participação S.A., Brasil Energia Fundo de Investimento e Participações, administrada pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos. Além das denúncias da comunidade, outras têm relatado a falta de respeito quanto a ferramenta que assegura nossas tomadas de decisões a qualquer ato que fere nossos territórios, a Convenção 169 da OIT, que nos garante consulta prévia e informada de maneira autônoma a empreendimentos que invadem nossas comunidades sem nosso conhecimento, como foi o caso da Mantiqueira.

Foto 78- Torre de transmissão próximo a aldeia, proximidade não permitida, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, Araçuaí- MG, ano de 2022.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Foto 79- Invasão e derrubada da mata da aldeia para implantação das redes de transmissão, Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, Araçuaí- MG, ano de 2022.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

To'á relata sua preocupação com a exploração desenfreada tanto no Cerrado quanto na Caatinga. Os biomas são as moradas dos animais e as plantas, para além disso é a conexão com a nossa espiritualidade, são onde nossos encantados coexistem. Podemos dizer que tudo à nossa volta está interligado com a medicina sagrada, com a saúde do corpo e da mente. As consequências da exploração das empresas afetam nosso corpo e nosso espírito, To'á narra sobre o surgimento de outras doenças para além do corpo, a mente e espiritualidade também está ameaçada.

“Antigamente nosso povo era difícil adoecer, adoecia assim, quando levava uma picada de uma cobra, de um escorpião, de um outro animal peçonhento, ou então caía, fraturava a perna ou então levava um corte. A gente lidava, mas não era difícil, sabia que tinha que andar com cuidado, ali os pais já sabia como curar picada de cobra, mas hoje tá tendo muita doença, hoje não escapa ninguém, nosso povo tá mais assim com essa questão de pressão alta, diabetes, depressão. Então essas doenças que eles falam “doenças modernas” nosso povo já tá tendo tudo isso, e isso é as condições de vida, a luta pela sobrevivência do dia a dia, o desassossego. Olha só o desassossego que a gente tá agora com a mineração! Quem é que consegue dormir, olha só os agrotóxicos, olha só a devastação da

Caatinga, do Cerrado com o aumento da temperatura. Não tem nem como plantar mais assim na data certa, a alimentação saudável já não tem mais, os rios poluídos, já não tem mais aquele bicho, o peixinho que apareceu aqui na feira essa semana passada no sábado, o Surubim que custava R\$ 200, aí qual é o pobre que come um Surubim a esse preço? No rio não tem mais, vocês vão pescar longe. Então as doenças vão se chegando pela falta de alimentação, nessa monocultura a diversidade de alimento está desaparecendo, então você não tem mais vários tipos de feijão como de antigamente. Antigamente era feijão preto, feijão branco, feijão rajadinho, tinha fava preta, fava colorida, tinha feijão roxo, feijão Guandu é vários tipos também. Então os grãos hoje só têm soja, feijão roxinho, feijão fradinho.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha - Jundiba, 2023).

Diante da situação que o Vale do Jequitinhonha se encontra, To’á está dedicando sua vida a luta pelo território, não exclusivamente na aldeia Cinta Vermelha- Jundiba, mas por toda a região que abriga as serras sagradas, as árvores nativas, as plantas medicinais, os povos tradicionais. Defender suas funções como rezadores, benzedeiros e curandeiros é essencial, já que estão ameaçados pelo desaparecimento. Ela expõe:

“A partir do momento em que as plantas não são mais utilizadas, elas deixam de existir. Sua existência depende do uso, da procura, do manuseio, dos cuidados e da valorização, onde são reverenciadas, respeitadas e os conhecimentos sobre elas, fortalecidos entre as gerações.” (Silva, 2018)

Nós, Pankararu e Pataxó, costumamos dizer que o território é o refúgio dos animais existentes no entorno, ele está em recuperação há 18 anos, desde então observamos o restabelecimento da biodiversidade gradativamente enquanto cuidamos do território, convivem conosco espécies como de saguis (*Callithrix penicillata* e *Callithrix jacchus*), veados, pássaros, teiú, raposas, pássaros, tatu, jacaré, entre outros animais.

Indígenas dos territórios de Abya Yala (América Latina) como Bolívia, Chile, Argentina, atualmente denunciam os impactos que o lítio vem causando nas comunidades, juntamente com o Brasil formam um dos maiores reservatórios de lítio.

Foto 80 - To'á Kaninã e Uakirê Pankararu- Pataxó na III Marcha das Mulheres Indígenas, Brasília- DF, 2023.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

Foto 81 e 82- To'á com mulheres indígenas na III Marcha das Mulheres Indígenas em defesa da vida, Brasília- DF, 2023.



Acervo To'á Kaninã Pankararu

To'á demonstra sua tristeza quando percebe a realidade do Cerrado, ela ainda relembra da fartura do bioma em sua infância. Ela cita sua ida à aldeia do povo Kiriri de Minas Gerais, quando esteve no encontro de mulheres em 2023, notou que o único local

preservado é no território desse povo. A monocultura cercou a aldeia que neste momento se encontra em retomada.

“Nossa mãe, eu não gosto nem de pensar sabe, nossa é terrível quando a gente vê o Cerrado. Quando a gente era criança, a gente via um tanto de fruta, agora mesmo, quando nós fomos lá passear nas Kiriri, é um pedaço de Cerrado lá, só você vendo, um tanto de fruta, e eles estão só no pedacinho de Cerrado, no entorno a monocultura de cana de açúcar, desastre! Derrubaram todo Cerrado, a riqueza da biodiversidade para plantar uma só espécie. Nesse pedacinho lá da aldeia, tinha caju, tinha umbu, tinha coquinho, tinha bacupari, eu acho que é uma fruta que vocês não conhece. De remédio tinha Sucupira, tinha Buriti, só você ver o tanto de frutas que tinha num pedacinho, no entorno quando a gente saiu da Aldeia, a gente via aquele deserto, uma tristeza o que estão fazendo com o Cerrado. Eu acho que é por isso que o pessoal tá com depressão sabe, esses idosos começa não vê mais o que coletar, lá mesmo na aldeia daquele ali as mais velha nem sai para não ver essa destruição. Quando ela sai um pouquinho, que vão na rua e volta, diz que elas ficam doente, com dor de cabeça, elas vão lá pegar a alfazema né, o alecrim e toma banho para poder tirar essa energia ruim, e a cana-de-açúcar, monocultura causa tristeza.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

To’á reacende a esperança quando diz sobre o compartilhamento dos saberes na aldeia com auxílio do projeto da casa de saúde “Okhá Kahab”, fundamental para o fortalecimento dos conhecimentos.

“Eu gostaria de ensinar né. E vai ensinando aos poucos começa em casa, né ensinando em casa, ensina para o filho, ensina para o neto entre um sobrinho e vai ensinando as pessoas a conhecer as plantas a usar as plantas a respeitar as plantas. E eu pretendo né. Aos netos e aí tem que começar desde criança, o aprendizado é desde criança, por isso que tem o projeto Okhá Kahab né, Casa de Saúde cura e

harmonia para estar trabalhando esse respeito e essas práticas da medicina tradicional com as crianças, né. Então eu pretendo sim ensinar as minhas netas, os meus netos e a outras crianças da Aldeia também.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

O território é a luta prioritária para se viver uma vida digna, sendo respeitado nossos modos de vida e os modos de outras vidas, ainda que, em sua trajetória inteira não tenha esse direito garantido. Desde que saiu de sua aldeia, mãe andou em outros territórios, ela ainda enfrenta muitos desafios para adquirir esse direito.

“É importante dizer que o que nós queremos é a vida né, a gente que gosta de planta, que é raizeira, benzedeira, parteira. É território, é território preservado, território respeitado, território sem invasão de madeireiro, de garimpeiro, de transgênico. Então é isso que a gente deseja na vida, que a gente se sinta livre e preservando a cultura, a sabedoria, lutando por um mundo melhor, lutando pela humanidade, lutando em defesa do meio ambiente. Então o que eu desejo é isso, é que a gente tenha as nossas matas preservadas, floresta em pé e os rios limpos, as nascentes limpas, que a gente consiga melhorar a qualidade de vida, melhorar o ambiente que a gente vive e continuar lutando em defesa do meio ambiente.” (To’á Kaninã, Aldeia Cinta Vermelha Jundiba, 2023).

Como diria o lema da luta das mulheres indígenas “A luta pela terra é a mãe de todas as lutas”, sem território não temos vidas, To’á nos demonstra isso em sua luta. É necessário o rio vivo, as serras onde moram os encantados em pé, precisamos que as plantas tenham seus direitos respeitados. Assim teremos uma vida digna para as nossas gerações, assim teremos o mental e a espiritualidade saudáveis. A “protetora das pedras brancas Pankararu” é um exemplo de força e defesa das diferentes formas de vida, que com sua sensibilidade de ouvir as plantas, dar sua voz pela sua proteção.

13- Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016, 264.

A população Indígena de Minas Gerais- Panorama Histórico e Situação Atual. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1992.

ARRUTI, José Maurício. O reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu. Rio de Janeiro, 1996. 219f. **Dissertação de Mestrado em Antropologia Social**. –Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Museu Nacional, 1996.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). Dossiê Internacional de denúncias dos povos indígenas do Brasil. Brasília: APIB, ago. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE (ANMIGA). Manifesto das primeiras brasileiras, as originárias da Terra: a mãe do Brasil é indígena. 2021. Disponível em <https://anmiga.org/carta-das-primeiras-brasileiras/> . Acesso em: 5 set. 2021.

BARBOZA, Myrian Sá Leitão; DUARTE, Larissa Ye’padiho [Tukano]; XAMEN [Waiwai], Jaime. “Corpoterritorialização” Katukina: Lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas. *Amazônica: Revista de Antropologia*, Belém, v. 11, n. 2, p. 503-547, 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Terra Brasil- Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito> > Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

Braz, Domingos; *et.al.* **Aldeia Cinta Vermelha- Jundiba**. Araçuaí: Cedefes. 2007.

Campos, André. Um campo de concentração indígena a 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG). **Pública**. 25 de junho de 2013. Disponível em: <<https://apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>>. Acesso em 29 de dezembro de 2021.

Cantadeiras Pankararu Recebem o Diploma de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco. Disponível em: < <https://apoinme.org/cantadeiras-pankararu-recebem-o-diploma-de-patrimonio-vivo-do-estado-de-pernambuco/>>. Acesso em 21 de agosto de 2023.

Conselho indigenista missionário (CIMI). Liderança Pankararu denuncia na ONU os impactos da exploração de lítio e redes de transmissão de energia no Vale do Jequitinhonha. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/10/pankararu-denuncia-na-onu-exploracao-litio-redes-transmissao-vale-jequitinhonha/> . Acesso em: 15 de novembro de 2023.

Consulta Livre, Prévia e Informada Na Convenção 169 da OIT. Disponível em: < https://especiais.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

COSTA, Cristina R. O Príncipe de Maximiliano de Wied- Neuwied e *sua Viagem ao Brasil* (1815- 1817). 132. **Dissertação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**. Universidade de São Paulo. 2008.

Dia Nacional da Caatinga celebra importância do bioma predominante na Paraíba. Disponível em <sudema.pb.gov.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

DIEGUES, Antônio Carlos. 1992. “Desenvolvimento sustentado ou sociedades sustentáveis: da crítica aos modelos aos novos paradigmas”. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, pp. 22-33.

Empresa Mantiqueira Transmissora de Energia Invade Comunidades Tradicionais no Norte de Minas Gerais. Disponível em <https://coletivomargaridaalves.org/empresa->

[mantiqueira-transmissora-de-energia-invade-comunidades-tradicionais-no-norte-de-minas-gerais/](#). Acesso em: 17 de setembro de 2023.

Extração de lítio ameaça água e famílias da região do vale do jequitinhonha, em mg < <https://mab.org.br/2020/06/22/extracao-de-litio-ameaca-agua-e-familias-da-regiao-do-vale-do-jequitinhonha-em-mg/>> acesso em 15 de outubro de 2023.

Governo de Minas Realiza Lançamento Mundial do Projeto Vale do Lítio. Agência Minas. Disponível em < <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-realiza-lancamento-mundial-do-projeto-vale-do-litio>> Acesso em 5 de novembro de 2023.

GUIMARÃES, Sílvia. 1998. Oguatá Porã: experiências de um grupo Guarani-Mbyá no mundo. **Monografia de graduação em Antropologia**, UnB/DAN, Brasília.

Fauna e Flora da Caatinga. Instituto Sociedade, População e Natureza. Disponível em <<https://ispn.org.br/biomas/caatinga/fauna-e-flora-da-caatinga/>> Acesso em: 23 de agosto de 2023.

LITTLE, Paul E. 1994. Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história** 2(4): 5-25. Brasília.

“Memórias do Fogo de 51” do Núcleo de Pesquisa, Mídias e Arte, a polícia da cidade de Prado. 23:04 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=15GAxr95cgs>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

MORENO, C. **A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: A “Guerra Justa”** contra os índios. 2.ed. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2011.

MORENO, C. **A colonização e o povoamento do Baixo Jequitinhonha no século XIX: A “Guerra Justa”** contra os índios. 2.ed. Belo Horizonte: Canoa das Letras, 2011.

MOLLISON, B.; SLAY.S.M. **Introdução à permacultura**: Brasília: MA/SDR/PNFC, 1998.

RAMOS, Alcida. 1986. Sociedades indígenas. São Paulo: Editora Ática.

SACK, Robert David. 1986. Human territoriality: Its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.

Santini, Daniel. O Campo de Concentração de Índios de Minas Gerais, Cartografia de Ataques Contra Indígenas. Disponível em <<http://caci.cimi.org.br/#!/dossie/977/?loc=-16.1724728083975,-51.85546875000001,5&init=true>>. Acesso em 26 de janeiro de 2023.

SANTOS, Leandro B. **História Do Ponto de Vista Pataxó: Território e Violações de Direitos Indígenas no Extremo Sul da Bahia.** (Licenciatura Intercultural para Educadores Indígenas na habilitação de Ciências Sociais e Humanidades). Belo Horizonte. 2017.

SANTANA, Cleidiane Ponçada. **“Cantos Tradicionais Pataxó na Língua Patxohã”**. 63. Dissertação (Licenciatura em Línguas, Artes e Literatura). Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SILVA, V. L. FOGO DE 51 UMA NARRATIVA DA DOR DO POVO PATAXÓ DA BAHIA. Revista Escrita (PUCRJ. Online), v. 1, p. 1-13, 2013.

SILVA, Cleonice Maria. O desaparecimento das plantas medicinais do Cerrado: as implicações nas práticas de cura dos(as) raizeiros(as), benzedores(as), curandeiros(as) e pajés das comunidades indígenas Pankararu-Pataxó e Aranã.

SOUZA, Arissana B. **B.ARTE E IDENTIDADE: ADORNOS CORPORAIS PATAXÓ**; Início: 2012; Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Estudos Étnicos e Africanos;

TAVARES, Joana. Organizações pedem que território do Vale seja visto como um só. **Brasil de Fato**. Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasilefatomg.com.br/2020/01/23/organizacoes-pedem-que-territorio-do-vale-seja-visto-como-um-so>>. Acesso em 18 de novembro de 2021.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 518p.